



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XI

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 05 DE ABRIL DE 2022

Nº 059

SUMÁRIO

SUP DE RECURSOS HUMANOS.....	Capa
PRIMEIRA-SECRETARIA.....	0834
TAQUIGRAFIA	0834
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO.....	0881

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº0943/2022-SRH/SG/ALE

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.28 do §4º da LC nº 1056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

PRORROGAR

A Comissão de Trabalho Temporária de Reavaliação de Bens Móveis e Imóveis, instituída pelo ATO 0006/2022-SRH/SG/ALE, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 003 de 10 de janeiro de 2022, no período de 90 (noventa) dias, a contar de 01/04/2022.

Porto Velho, 05 de abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº0941/2022-SRH/SG/ALE

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

MESA DIRETORA

Presidente: **ALEX REDANO**
1º Vice-Presidente: **JEAN OLIVEIRA**
2º Vice-Presidente: **MARCELO CRUZ**
1º Secretário: **JAIR MONTES**
2º Secretário: **CIRONE DEIRÓ**
3º Secretário: **ALEX SILVA**
4º Secretário: **JHONY PAIXÃO**

FABIO GONÇALVES LUZ, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, no Gabinete do Deputado Ezequiel Neiva, a contar de 01 de abril de 2022.

Porto Velho, 05 de abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº0939/2022-SRH/SG/ALE

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

FATIMA GONÇALVES NOVAES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, do Gabinete da Comissão Permanente de Esporte Turismo e Lazer, a contar de 01 de abril de 2022.

Porto Velho, 05 de abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº0942/2022-SRH/SG/ALE

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

LOTAR

A Servidora **LUCIANA MARIA DOS SANTOS**, matrícula nº 300110065, ocupante do Cargo de Professor Classe C, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Depto. Legislativo - **Miranilde Rodrigues do N. Robles**
Div. de Publicações e Anais - **Eloy Santana Leôncio Almeida**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO



Estado de Rondônia, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 01 de abril de 2022.

Porto Velho, 05 de abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº0938/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

MIZAEL PEREIRA LAGO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-26, do Gabinete da Deputada Rosangela Donadon, a contar de 01 de abril de 2022.

Porto Velho, 05 de abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº0944/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, resolve:

DESIGNAR

A servidora **SABRINA FEITOSA ALVES**, matrícula nº 100021073, ocupante do Cargo de Assistente Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, para responder pela Secretaria de Planejamento e Orçamento, no período de 04 a 08/04/2022, em virtude do afastamento do titular.

Porto Velho, 05 de abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº0940/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

SARA GOMES CORREA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-14, do

Gabinete do Deputado Anderson Pereira, a partir de 30 de abril de 2022.

Porto Velho, 05 de abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº0937/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

VITOR LEITÃO MAIA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-14, no Gabinete da 2ª Secretaria - Deputado Cirone Deiró, a contar de 01 de abril de 2022.

Porto Velho, 05 de abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº0945/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

WILIANS DE AGUIAR SANTANA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, do Gabinete do Deputado Lazinho da Fetagro, a contar de 01 de abril de 2022.

Porto Velho, 05 de abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº 192/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias, no período de 05 a

09/04/2022, ao Deputado Estadual José Geraldo Santos Alves Pinheiro, cadastro nº 200163216, que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a cidade de Macapá/AP, participar da Solenidade de posse da Mesa Diretora do Parlamento Amazônico, conforme processo nº 10081/2022-e.

Porto Velho - RO, 04 de Abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº 193/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias, no período de 05 a 09/04/2022, a servidora relacionada que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a cidade de Macapá/AP, acompanhar e assessorar o Deputado Estadual José Geraldo Santos Alves Pinheiro, na Solenidade de posse da Mesa Diretora do Parlamento Amazônico, conforme processo nº 10081/2022-e.

Matrícula	200168813
Nome	Yasmin Rafaela F. Torchite
Cargo	Assist. Parlamentar
Lotação	Dep. Geraldo da Rondônia

Porto Velho - RO, 04 de Abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº 194/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 06 a 08/04/2022, ao Deputado Estadual Ismael Crispin Dias, cadastro nº 200165397, que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a cidade de Macapá/AP, participar da Solenidade de posse da Mesa Diretora do Parlamento Amazônico, conforme processo nº 10103/2022-e.

Porto Velho - RO, 04 de Abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº 195/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 06 a 08/04/2022, aos servidores relacionados que irão via transporte aéreo de Porto Velho/RO a cidade de Macapá/AP, acompanhar e assessorar o Deputado Estadual Ismael Crispin, na Solenidade de posse da Mesa Diretora do Parlamento Amazônico, conforme processo nº 10103/2022-e.

Matrícula	200166654
Nome	Luiz Goncalves Filho
Cargo	Chefe Gab. Deputado
Lotação	Dep. Ismael Crispin

Matrícula	200168022
Nome	Claudio Jovelino A. dos S Junior
Cargo	Assessor Esp. de Gab.
Lotação	Dep. Ismael Crispin

Porto Velho - RO, 04 de Abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº 196/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 06 a 08/04/2022, ao Deputado Estadual Neidson de Barros Soares, cadastro nº 200160355, que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a cidade de Macapá/AP, participar da Solenidade de posse da Mesa Diretora do Parlamento Amazônico, conforme processo nº 10162/2022-e.

Porto Velho - RO, 04 de Abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº 197/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº

461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 06 a 08/04/2022, ao servidor relacionado que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a cidade de Macapá/AP, acompanhar o Deputado Estadual Dr. Neidson, na Solenidade de posse da Mesa Diretora do Parlamento Amazônico, conforme processo nº 10162/2022-e.

Matrícula 200166343
Nome Jose Evaristo da Silva
Cargo Assistente Técnico
Lotação Com. Esp. Tur. e Lazer

Porto Velho - RO, 04 de Abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº 198/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021;

Considerando o Memorando nº 147/2022-GDEP CIRONE e o Despacho nº 1391/2022-SF, contidos no Processo nº 9836/2022-e;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o Ato nº 186/2022-SRH/D/SG/ALE de 31/03/2022, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 058, pág. 814-815, em 04/04/2022, concedendo 03 (três) no período de 06/04/2022 a 08/04/2022, ao Deputado Estadual Elcirone Moreira Deiró, matrícula nº 200165392, para se deslocar de Porto Velho/RO a Macapá/AP.

Porto Velho - RO, 05 de Abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº 199/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021; Considerando o Memorando nº 147/2022-GDEP CIRONE e o Despacho nº 1391/2022-SF, contidos no Processo nº 9836/2022-e;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o Ato nº 187/2022-SRH/D/SG/ALE de 31/03/2022, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 058, pág. 815, em 04/04/2022, concedendo 03 (três) no período de 06/04/2022 a 08/04/2022, ao servidor Simonio Alves Veiga, Assistente Técnico, matrícula nº 200169008, para se deslocar de Porto Velho/RO a Macapá/AP juntamente com o Deputado Estadual Cirone Deiró.

Porto Velho - RO, 05 de Abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº 200/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 06/04/2022 a 08/04/2022, ao Deputado Estadual Jhony Pedro da Paixão, matrícula nº 200165393, que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Macapá/AP, participar da solenidade de posse da mesa diretora, onde será discutido e votado o calendário de atividades do Parlamento Amazônico para o ano de 2022, conforme Processo nº 10111/2022-e.

Porto Velho - RO, 05 de Abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº 201/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 06/04/2022 a 08/04/2022, à servidora relacionada, que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Macapá/AP, realizar registros fotográficos e assessorar o Deputado Estadual Jhony Paixão na solenidade de posse da mesa diretora, onde será discutido e votado o calendário de atividades do Parlamento Amazônico para o ano de 2022, conforme Processo nº 10111/2022-e.

Matrícula 200170309
Nome Iracema Monteiro Chaves Inacio

Cargo Secretário de Apoio
Lotação Dep. Jhony Paixão

Porto Velho - RO, 05 de Abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº 202/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 06/04/2022 a 08/04/2022, a servidora relacionada, que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Macapá/AP, assessorar o Deputado Estadual Jhony Paixão na solenidade de posse da mesa diretora, onde será discutido e votado o calendário de atividades do Parlamento Amazônico para o ano de 2022, conforme Processo nº 10111/2022-e.

Matrícula 200170676
Nome Cerislene Carla Sandro Amaro
Cargo Assessor Técnico
Lotação Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 05 de Abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº 203/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 04/04/2022 a 06/04/2022, ao servidor relacionado, que, via transporte terrestre de Ji-Paraná/RO a Porto Velho/RO, foi acompanhar o Deputado Estadual Laerte Gomes no cumprimento de agenda institucional, conforme Processo nº 10243/2022-e.

Matrícula 200168029
Nome Danilo Lopes Nunes
Cargo Assessor Militar Esp.
Lotação Sec. de Seg. Institucional

Porto Velho - RO, 05 de Abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº 204/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 06/04/2022 a 08/04/2022, às servidoras relacionadas, que irão via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Macapá/AP, assessorar os Deputados Estaduais desta Casa de Leis na Solenidade de Posse da Mesa Diretora do Parlamento Amazônico e na reunião, conforme Processo nº 10120/2022-e.

Matrícula 200166827
Nome Joelma da Silva Teles
Cargo Assessor
Lotação Div.de Eventos e Agendas

Porto Velho - RO, 05 de Abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº 205/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 07/04/2022 a 09/04/2022, ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Cujubim/RO, coordenar o trabalho legislativo e elaborar Ata sucinta sobre a realização de Audiência Pública, a qual tem como finalidade debater sobre a Criação da Estação Soldado da Borracha e sobre as Reservas Biológicas do referido município, conforme Processo nº 10570/2022-e.

Matrícula 200169364
Nome Carlos Alberto M. Manvailer
Cargo Secretário Legislativo
Lotação Gab. Sec. Legislat.

Porto Velho - RO, 05 de Abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº 206/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 07/04/2022 a 09/04/2022, ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Cujubim/RO, instalar e operar os equipamentos de sonorização para a realização de Audiência Pública, a qual tem como finalidade debater sobre a criação da Estação Soldado da Borracha e sobre as Reservas Biológicas do referido município, conforme Processo nº 10570/2022-e.

Matrícula	200169434
Nome	Milson Alves da Guia
Cargo	Assessor
Lotação	Gab. Sec. Legislat.

Porto Velho - RO, 05 de Abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

ATO Nº 207/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021;

Considerando o Memorando nº 092/2022-GDEP RIBAMAR e o Despacho nº 1483/2022-SF, contidos no Processo nº 8198/2022-e;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o Ato nº 179/2022-SRH/D/SG/ALE de 29/03/2022, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 054, pág. 752, em 29/03/2022, concedendo 03 (três) diárias no período de 06/04/2022 a 08/04/2022 ao Deputado Estadual José Ribamar Araújo, matrícula nº 200170259, para se deslocar de Porto Velho/RO a Macapá/AP.

Porto Velho - RO, 05 de Abril de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
SECRETÁRIO-GERAL ALE/RO

PRIMEIRA-SECRETARIA

ATO Nº. 06/2022

Relotação do Servidor Estatutário **Antônio Geraldo Ramos** para desenvolver suas atividades laborais na Divisão de Transporte.

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Inciso II do artigo 16 do Regimento Interno e do Inciso II do Artigo 1º da Instrução Normativa 001, de 30 de maio de 2019, desta Casa de Leis.

RESOLVE:

Art. 1º - RELOTAR na Divisão de Transporte, o Servidor Estatutário **Antônio Geraldo Ramos**, inscrito sob a matrícula nº 100006636, motorista, onde desenvolverá suas atividades laborais.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação e com efeitos legais a contar do dia 01 de abril de 2022.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Velho, 31 de março de 2022.

DEP. JAIR MONTES
1º Secretário/ALE/RO

TAQUIGRAFIA

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA
"EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ESTADO DE RONDÔNIA"

EM: 16.03.2022
INÍCIO: 15h32min

PRESIDENTE: SR. CIRONE DEIRÓ

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Cirone Deiró, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para debater sobre "Educação Inclusiva no Estado de Rondônia". Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, no YouTube e pela TV Assembleia canal 7.2 e mais uma novidade, agora pela Rádio Assembleia.

Convidamos neste momento para compor a Mesa desta Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Cirone Deiró, proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Paulo Curi Neto, Presidente Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; Senhora Heluizia Patrícia Lara, Chefe de Núcleo da Educação Especial, representando a Secretaria de Estado da Educação, Seduc/RO. Convidamos ainda o Major PM Camilo, Diretor do Colégio Tiradentes Unidade 2, representando neste ato o Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia; Excelentíssimo Senhor Defensor Público Eduardo Guimarães Borges, Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e da Coletividade, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia. Convidados também o Doutor Pétersson Henrique Nascimento Lima, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, representando neste ato a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Rondônia; Senhora Izenilda Evangelista de Souza, Coordenadora Estadual da Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Estado da Saúde – Sesau; Professora Luslarlene Fiamett, Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime/RO; Senhor Augusto Medeiros Pellucio, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular do Estado de Rondônia – Sinepe/RO; Senhora Klivia Meireles, Fonoaudióloga e ativista social, neste ato representando o Gabinete do Deputado Federal Leo Moraes.

Podeis assentar. Neste momento, Sua Excelência, o Deputado Estadual Cirone Deiró procederá à abertura desta Audiência Pública.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Boa tarde a todos. Sejam todos bem-vindos. Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para debater sobre “Educação inclusiva no Estado de Rondônia”.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Céus de Rondônia. (Letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Melo Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podeis assentar. Também gostaríamos de agradecer a presença, nesta Casa de Leis, das seguintes autoridades presentes: Excelentíssima Senhora Defensora Pública Flávia Albaine Farias da Costa, que se encontra on-line conosco nesta tarde. Muito obrigado pela presença. Seja bem-vinda à nossa Casa de Leis.

Agradecemos ainda ao Senhor Claudemilson Souza, representando a Secretaria de Estado da Saúde, Sesau/RO. Agradecemos também a Senhora Gláucia Negreiros, Secretária Municipal de Educação. Senhor Marcus César Santos, Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Agradecemos ainda

a Senhora Maria Gleidivana, Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Senhor Leonardo Emanuel, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, TCE. Senhora Vanessa Pires, Auditora do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Senhor, Abnael Machado, assessor do gabinete da Secretaria de Estado da Educação, Seduc/RO. Senhora Nilta Moreira, Coordenadora Regional de Educação de Ariquemes, CRE/SEDUC.

Neste momento devolvemos a palavra ao Deputado Cirone Deiró, que conduzirá a presente Audiência Pública.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Boa tarde a todos. É com muita alegria que recebemos todos vocês aqui na Assembleia Legislativa para debatermos um tema relevante em nossa sociedade. Quero aqui agradecer a presença do nosso Presidente do Tribunal de Contas, Doutor Paulo Curi, pelo engajamento, Doutor Paulo Curi; leve o nosso agradecimento a todos os Conselheiros do Tribunal de Contas nessa demanda latente aqui no Estado de Rondônia. Em nome do Marcus, agradecer a presença aqui de todos os técnicos, todos os auditores aqui do Tribunal de Contas.

Hoje iremos fazer uma Audiência Pública para podermos, além de debater o assunto, ter conhecimento a fundo do assunto, aquilo que nós possamos implementar dentro do Estado de Rondônia como política pública. Então, vamos fazer uma Audiência muito técnica aqui hoje. E quero ressaltar que, além da presença das mães e pais — obrigado pela presença de vocês aqui na plenária da Assembleia Legislativa —, nós temos aqui várias mães, várias participações de entidades via remoto participando dessa Audiência Pública. Então, é um tema de relevância dentro do Estado de Rondônia. E mais uma vez, volto a frisar a importância de expressar aquilo que nós queremos para o nosso Estado Rondônia.

Essa é uma Audiência de trabalho, uma audiência de encaminhamentos. Então, hoje não terão falas, vamos dizer, festivas, de celebração, não. Hoje nós temos aqui uns encaminhamentos de trabalho. Então essa é a propositura dessa Audiência para que aqui possamos ter um norte, que os nossos técnicos, juntamente com os nossos auditores do Tribunal de Contas, possam fazer os encaminhamentos para que possamos ter resultados positivos.

Quero aqui cumprimentar Heluizia, representando aqui a Secretaria de Educação do Estado de Rondônia. Agradecemos a sua presença, Heluizia. Queríamos ter aqui o Secretário, mas está aqui muito bem representado. E nós vamos fazer o encaminhamento e vamos estar aqui juntos.

Major PM Camilo, representando aqui a Polícia Militar do Estado de Rondônia, Diretor do Colégio Tiradentes, aqui na capital. Excelentíssimo Defensor Público Doutor Eduardo, representando aqui o Presidente Doutor Hans. Leve o nosso abraço ao Doutor Hans. A Defensoria Pública tem sido uma grande parceira das famílias

rondonienses. Doutor Pétersson, representando aqui a OAB, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Obrigado pela presença. A OAB tem um papel importante na nossa sociedade, e aqui é a caixa de ressonância do povo de Rondônia: Assembleia Legislativa.

A senhora Izenilda Evangelista, Coordenadora Estadual da Rede de Cuidados à Pessoas com Deficiência, da Sesau. E quando falamos de pessoas com deficiência, nós temos tripé que faz a sustentação e precisa ter essa harmonia nesse tripé, que é a Secretaria de Educação, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Assistência Social, as Secretarias que devem regimentar e ter as políticas aplicadas dentro do Estado de Rondônia, através do Governo de Rondônia.

Agradecer a Professora Lene, que representa aqui todos os Secretários Municipais de Educação dos 52 municípios do Estado de Rondônia. A presença do Augusto Pellucio, que é Presidente do Sindicato das Escolas Particulares e Faculdades Particulares do Estado de Rondônia.

Essa audiência tem a propositura não só no público e no privado. Nós vamos tratar aqui da inclusão das pessoas seja em qual instância for: pública, privada, municipal, estadual. Então é uma audiência, como dito no início, uma audiência de trabalho para buscar soluções e políticas públicas para a sociedade rondoniense.

Agradecer também a presença aqui na Mesa, Klivia, que tem contribuído muito com o nosso gabinete, representando aqui o Gabinete do Deputado Leo Moraes. Mando o nosso abraço ao Deputado Leo Moraes, sempre engajado na causa. E ficamos muito felizes aqui com a presença de vocês.

Em especial, agradecer as mães que estão aqui, que vão elucidar, trazer à luz aquilo que vocês sofrem na pele no dia a dia. O acesso, a inclusão, todas as necessidades que as famílias de vocês sentem no dia a dia, na vivência de vocês. Então, muito obrigado pela participação de vocês. Nós gostaríamos de ouvir cada uma de vocês. Infelizmente o nosso tempo é curto, então vão ter aqui representantes das entidades de vocês, mas nós estaremos atentos, e depois nosso gabinete está aberto para receber as demandas de vocês. Aquilo que não foi tratado, nós estamos com o gabinete aberto à disposição, juntamente com o Tribunal de Contas, de sugestões, algo que não foi tratado aqui, se por acaso não houver tempo hábil.

E aos profissionais, mais uma vez, gratidão por vocês estarem aqui. Há várias mãos. Nós vamos fazer, sim, uma educação inclusiva. Eu falei ontem na tribuna desta Casa, nós vamos valorizar a sociedade rondoniense. O que nós temos de mais importante nesse Estado não é infraestrutura, não são prédios, não é a natureza, é o ser humano. E nós vamos ser referência, com toda certeza, na Federação. O Estado de Rondônia é um Estado pujante, um Estado rico, que cresceu o ano passado mais de 30% em uma pandemia, valorizar as pessoas que aqui moram.

Eu, antes de fazer a minha fala, gostaria de

pedir as autoridades. Geralmente, as autoridades falam primeiro. Como nós vamos fazer uma audiência de trabalho, de encaminhamentos, eu gostaria de fazer um encaminhamento aqui com vocês, que nós falássemos ao final — se houver esse entendimento aqui da Mesa — porque nós vamos ouvir as demandas, vamos ouvir realmente o público e depois a gente faz as falas e fazemos o encaminhamento.

Como ficamos alinhados, vamos falar ao final. Eu vou falar um pouquinho só — fiz aqui um pequeno texto da importância dessa audiência —, e em seguida nós já vamos ouvir as mães. Enquanto eu faço a leitura, vou chamar aqui a primeira mãe que vai falar para se preparar. Nós vamos falar com a Rossilena Marcolino. Então já se prepare, que será a primeira a falar.

Audiência Pública sobre Educação Inclusiva em Rondônia. Com o aumento da vacinação e a redução dos casos de COVID, e a retomada das aulas presenciais, o momento é oportuno para refletirmos sobre os desafios da educação, especialmente no que diz respeito à educação inclusiva.

Em 2019, ao tomarmos posse, assumi o compromisso com a sociedade rondoniense de ser porta voz das reivindicações dos diferentes segmentos da sociedade. Logo no início, me reuni com mães de crianças com deficiências em idade escolar. Desde então, passei a atuar em várias frentes e fiz uma série de encaminhamentos no sentido de buscar solução para esse grave problema.

Nesse sentido, a educação inclusiva ganhou voz, relevância e protagonismo no Parlamento Estadual. No mês de maio de 2019, foi realizada uma Audiência Pública para apresentar as reivindicações das mães aos gestores educacionais e conhecer as ações da Política Educacional Inclusiva no Estado de Rondônia.

A ausência de um ambiente acolhedor na escola e a falta de profissionalismo para atuar na condição de mediador pedagógico e do cuidador foram apenas algumas das reivindicações apresentadas durante a Audiência Pública.

Diante dos fatos relatados durante a referida Audiência Pública, apresentei à Secretaria de Estado da Educação a necessidade urgente de contratar o profissional para exercer a função de mediador pedagógico e também de cuidador. Com a chegada da pandemia, em 2020, o sentimento de incerteza entre as mães só aumentou com a suspensão das aulas. Essa foi uma espera que agravou ainda mais a realidade das mães de crianças em idade escolar.

A vacina trouxe o sentimento de retomada da economia e de todas as atividades, inclusive com as aulas presenciais. Ocorre que os problemas da educação inclusiva continuaram os mesmos, em alguns casos até mais graves. Diante dessa constatação, levei a pauta da educação inclusiva para o Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Rondônia (Gaepe), um organismo multi-institucional sob a coordenação do Instituto Articule e do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa, que têm a

participação de órgãos de controle do sistema de justiça como o Tribunal de Contas, os Ministérios Públicos de Contas, o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública, o Ministério Público de Rondônia.

O Gaepe mantém constante diálogo com representantes da Secretaria de Educação do Estado, com a União dos Dirigentes Municipais de Educação e com o Conselho Estadual de Educação. O Gaepe Rondônia ainda oferece expertise, know-how e elementos técnicos a fim de indicar e fomentar a tomada de decisões relacionadas à manutenção do ensino público. Também discute as possibilidades de um retorno seguro das atividades escolares presenciais no pós-pandemia. Após o acolhimento do tema de educação inclusiva, tema que no Gaepe ficou evidenciada a necessidade dos órgãos de controle de conhecerem mais detalhadamente os problemas e desafios que os alunos com deficiência enfrentam em decorrência da ausência de políticas educacionais inclusivas.

Diante dessa constatação, no final de 2021, solicitei ao Presidente do Tribunal de Contas, o Senhor Paulo Curi, a realização de uma auditoria operacional na execução de políticas educacionais, especialmente no que diz respeito à educação inclusiva, executadas no âmbito do Estado de Rondônia. A realização dessa audiência pública na data de hoje, 16 de março de 2022, busca subsidiar os técnicos do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia que atuarão na auditoria operacional. Estou confiante que hoje estamos dando um importante passo na conjunção de esforços em prol da inclusão social e educacional da educação inclusiva.

Agradeço a cada mãe que contribuiu com sugestões para realização dessa audiência. Meu agradecimento à equipe do Cerimonial na pessoa da minha amiga Josi, à equipe da Superintendência de Comunicação na pessoa do jornalista Lubiana e demais servidores desta Casa que estão trabalhando para o êxito desta audiência. Agradeço especialmente a cada mãe que está presente e também aquelas que nos acompanham dos diferentes municípios. Em Cacoal, quero agradecer aqui a minha esposa Noeli, que está lá reunida com um grupo de mães, acompanhando esta Audiência Pública, minha gratidão a você pela parceria e apoio na caminhada, especialmente no trabalho pelo bem-estar da deficiência.

Quero agradecer aqui também as mães que comunicaram de Alvorada, de Colorado, de Vilhena, entre outras cidades aqui do Estado de Rondônia e as mães que acompanham remotamente. Reitero a vocês que estamos comprometidos com a construção de uma política educacional inclusiva. Falo em nome da Assembleia Legislativa e de todos os representantes dos poderes e instituições que se fazem representados nesta Mesa. Então o meu muito obrigado a cada um de vocês. Daremos aqui continuidade a essa Audiência.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Convidamos para compor o nosso dispositivo o Excelentíssimo Senhor Promotor Doutor Julian Imthorn

Farago, Promotor de Justiça da Educação do Ministério Público do Estado de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Convido para apresentação do fluxograma a Senhora Rossilena Marcolino, representando a Associação das Pessoas com Deficiência – ASDEF. A senhora pode se sentir à vontade de falar daí ou pode usar a tribuna aqui da Casa, como quiser.

A SRA. ROSSILENA MARCOLINO DE SOUZA – Boa tarde a todos. Gostaria de começar dizendo que, como a tribuna não me favorece, aqui eu permanecerei. Quero cumprimentar, a partir do Deputado Cirone Deiró, todas as autoridades que se encontram presentes nessa Mesa e nesse recinto. Cumprimentar todas as mães, todas as pessoas com deficiência que se fazem presentes, sejam elas as crianças ou mesmo adultos que aqui estejam. E parabenizar o deputado pela iniciativa, por ter tomado essa medida que é muito importante. Agradecer o convite de participar desse momento.

E dizer para vocês que para quem não me conhece eu sou Rossilena Marcolino de Souza. Eu gosto de falar que eu tenho um marco histórico nesse Estado, que fui a primeira atleta a conquistar um título mundial para o Estado de Rondônia. Parece um pouco de demagogia, mas não é. É porque faz parte do processo daquilo que eu vou falar. Sou formada em Administração, mas antes da minha formação acadêmica eu passei por algumas escolas públicas. E o meu nível médio foi cumprido na escola privada por uma questão de bolsa, que o Governo do Estado me beneficiou com isso.

Sou cadeirante hoje, mas comecei andando de muletas, porque eu sou vítima, sou uma sobrevivente de um surto de poliomielite, que aconteceu na década de 1970 no mundo inteiro. Aproveito o momento para recomendar as autoridades competentes, aos pais e todas as pessoas que levem seus filhos para vacinar, porque está tendo uma baixa no número de crianças vacinadas contra a poliomielite. Então, eu estou aqui para dizer que quando ela não mata, ela deixa sequelas. E não gostaria que nenhuma criança passasse por coisas que eu passo.

Eu costumo dizer que a minha história de vida se confunde com a história de luta pela inclusão, em todos os níveis. Quando eu lembro de determinados detalhes da minha vida — e eu faço questão de colocá-los neste momento, antes de apresentar o fluxograma que eu farei, porque essa passagem se faz necessária —, eu cheguei até aqui e venci, porque muito esforço houve por parte da minha família, e depois um esforço pessoal meu a partir do momento em que eu — como dizem os nossos nordestinos — me entendi por gente. Eu comecei a estudar com oito anos de idade, porque aos cinco — entre cinco e sete anos —, eu estava em Brasília fazendo um tratamento no Sarah Kubitschek, porque era o único hospital do aparelho locomotor que oferecia esse tratamento para pessoas com sequela de poliomielite. Eu não andava. E a partir deste momento eu passei a

andar de muletas, o que me propiciou fazer a inclusão dentro da escola que eu precisava fazer.

Comecei aos oito anos, e ali aconteceu um episódio, que é esse que eu faço questão de mencionar para os senhores, entre outros por que eu já passei na minha vida, mas esse foi em tenra idade, eu tinha 8 anos quando eu estava iniciando a vida escolar. E aí, no intervalo para as crianças brincarem, eu saí juntamente com o meu irmão, que estudou comigo também, ele é mais novo 1 ano, mas ele também foi para a escola iniciar junto comigo. E aí ele queria brincar num brinquedo que tinha lá. Não era um brinquedo, era uma grande tora de madeira que as crianças faziam de cavalo. Eu não conseguia subir nesse brinquedo, porque usava aparelhos tutores longos e mais as muletas. Mas ele gostaria de brincar e não conseguia, porque eram muitas crianças brincando. E todas as vezes em que ele queria brincar ali, ele me chamava. E eu vou explicar porquê. Porque todas as vezes em que eu chegava perto do objeto e das crianças, elas corriam, elas saíam de perto. É um episódio que me causa um pouco de — essa lembrança, essa memória afetiva —, me causa um pouco de emoção, porque ela é o resultado da ausência da inclusão. As crianças normalmente são integradas, mas não são inclusas. Para uma criança pensar que eu era algo ruim, ou algo que iria machucá-las, ou algo diferente delas, é porque elas não foram ensinadas que existem pessoas diferentes, que a sociedade é composta por diversidade.

Então, a partir do momento em que as crianças são ensinadas a conviver com o diferente, elas respeitam o diferente. E aí, a gente talvez não tenha que estar fazendo Audiências como essas.

Eu gostaria de mencionar para vocês que o artigo 5º da Constituição Federal tem como essência assegurar uma vida digna, livre e igualitária; que o artigo 205 dessa mesma Constituição garante que a educação é um direito de todos e dever do Estado, com o auxílio da família, e por aí vai; que a Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, no seu artigo 8º, garante que constitui crime punível de reclusão, de 2 a 5 anos e multa, recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau público ou privado em razão de sua deficiência.

Falar para vocês também que a Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana, no seu artigo 1º, § 2º, diz que a pessoa com transtorno de espectro autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.

Lembrar ainda que a Lei Brasileira de Inclusão, que é a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, diz no artigo 1º que “É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”. No seu artigo 4º, diz que “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. No § 1º do art. 4º diz que: “Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de

distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.”.

Dito isso, eu quero dizer para vocês que o não cumprimento desses normativos, além de outros que aqui eu não mencionei — inclusive tem ainda mais recentemente a Lei nº 14.754, de novembro do ano passado (2021), que trata da questão da dislexia, onde é obrigatória a inclusão nas escolas do tratamento dessa..., além do TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade), TDAH também, e outros normativos que nós temos —, não mencionei nenhum aqui do Estado, porque nós temos pouquíssimas leis que tratam da questão.

Quero dizer que o descumprimento desses normativos causam, entre outras coisas: negativa de matrícula por alegarem já terem pessoas com deficiência no limite na sala de aula, negativa de matrícula alegando indisponibilidade de profissionais de apoio, negativa de matrícula por alegarem não ter estrutura física, tratamento aversivo à família e pessoas com deficiência, uma espécie de cegueira proposital quanto às necessidades de pessoas com deficiência, inclusivismo, mas, acima de tudo, invisibilidade da pessoa com deficiência.

Vou apresentar agora para vocês o fluxograma. Gostaria que colocasse ali na tela.

(Apresentação slides)

O processo de matrícula de uma criança ou de uma pessoa com deficiência — e eu vou falar exclusivamente nesse momento de criança, porque é o que mais ocorre —, senhoras e senhores que compõem a Mesa, ele diz respeito a dois momentos: vocês poderão ter uma criança que tem o laudo e uma criança que não tem o laudo. Quando essa criança não tem o laudo, ela passará, isso aqui gente, eu quero deixar bem claro que é o nosso desejo, nem sempre é assim que acontece. A identificação de déficit dessa criança, a mãe matricula, fica feliz em colocar a criança em uma escola, a direção a leva para a sala destinada e ao longo da aula a professora identifica nela algum déficit. Comunica para a família, a família procura um atendimento especializado, faz a avaliação. E, se for o caso de um aluno surdo, ele vai ter uma educação bilíngue de surdos. É o nosso sonho de consumo, tá, gente. Se for surdo/cega, ela também terá o mesmo tratamento. Se for uma criança totalmente cega, ela terá os recursos necessários, como o braile.

Se essa criança já vier com o laudo, haverá o atendimento educacional especializado que vai assisti-la. Como já mencionei anteriormente, ela sendo surda ou surdo/cega ela vai ter o atendimento através da educação bilíngue de surdos. A avaliação para preparação do PEI dela, do Plano de Educação Especializada; deveria ter, junto com todas as crianças, passada as duas etapas, seja com ou sem laudo, o correto seria que ela tivesse

um mediador pedagógico dentro de sala de aula para facilitar — e é claro que aqui eu estou falando de crianças que têm dificuldades de aprendizagem. Porque uma criança como eu, quando estive em sala de aula, por a deficiência ser somente física, não passei por isso. Crianças com cegueiras não passam por essa situação específica que eu vou explicar agora, aliás, com cegueira também, crianças de outras naturezas.

O mediador pedagógico, que vai dar o suporte para ela nessa aprendizagem; a professora está ensinando e, de repente, ela não consegue captar como toda criança. Então ela teria que ter esse mediador pedagógico para ela nivelar o máximo possível o entendimento dela daquilo que está sendo passado em sala de aula. O cuidador deveria ser aquela pessoa que vai tratar da questão da alimentação dela, do cuidado de higiene pessoal. Ela precisa ir ao banheiro; se tem mais de uma criança em sala de aula, aquele mediador não precisa sair para levar essa criança; ele vai continuar na sala de aula dando assistência para as demais crianças e o cuidador é quem vai levar essa criança, se ela assim necessitar, para ir ao banheiro ou outra necessidade que ela tiver.

No caso de uma criança com cegueira, ela vai ter o livro tinta braile e recursos ópticos; são também recursos adaptados, que são feitos para elas. Crianças com dificuldade de visão, não cegueira total, por exemplo, precisam de um recurso. Muito importante que ela tenha, principalmente, a tecnologia assistiva.

E aí eu quero dizer a vocês que eu vou parar por aqui com o nosso organograma, porque na verdade a nossa intenção era trazê-lo por completo para vocês; mas, infelizmente, duas coisas acontecem: uma, esta não é a nossa realidade; muito pelo contrário. Quando a mãe vai matricular a criança na escola, começam os gargalos, começam os entraves. A própria Direção da escola já, de pronto, fala que não tem profissional preparado para receber aquela criança, como a gente viu em várias reportagens recentes em Rondônia. Inclusive, com repercussão nacional. Infelizmente.

E aí, eu quero dizer para vocês que estão aqui presentes, sobretudo às autoridades, que nós contamos com vocês para que esse organograma seja completo e de forma correta, para que não haja a situação que eu mencionei no início da minha fala; para que, depois, a sociedade não seja uma sociedade doente, com pessoas discriminadoras, com pessoas preconceituosas, com pessoas falso-moralistas, que pregam uma coisa, vivem outra; que falam para os seus filhos respeitarem os mais velhos, mas não respeitam as pessoas que têm algum tipo de deficiência; não querem nem que eles convivam com essas crianças.

Esse fluxograma, como eu disse, está incompleto. Exatamente porque a partir daqui a gente quer que a educação inclusiva em Rondônia seja verdadeira. Seja real. Concreta.

Eu quero dizer, em nome de todas as pessoas com deficiência, em nome de todas as mães que aqui estão responsáveis por crianças e também adultos

com algum tipo de deficiência, que nós esperamos que o Poder Público possa atuar de maneira a minorar as dificuldades advindas das sequelas que as pessoas com deficiência já vivem naturalmente em suas vidas num País chamado Brasil, num Estado chamado Rondônia e num Município chamado Porto Velho. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Dona Rossilena. Nossos técnicos auditores estão acompanhando esta Audiência, anotando. Isso aqui está nos Anais da Casa, depois nós vamos ceder todo esse material para o Tribunal, porque a importância que tem a fala de vocês, para a gente ver realmente as necessidades.

Por favor.

A SRA. ROSSILENA MARCOLINO DE SOUZA - Eu só gostaria de cumprimentar meus colegas auditores do Tribunal de Contas que estão aqui, juntamente com o Presidente do Tribunal, afinal de contas, sou funcionária da Casa, do Tribunal de Contas. Eu não falei para vocês toda a minha formação, toda a minha trajetória, mas eu sou Auditora de Controle Externo, também, no Tribunal de Contas e sou muito feliz de estar naquela Casa, porque eu sei que ali está sendo feita muita diferença na vida das pessoas com deficiência.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado. Obrigado. Eu quero convidar a senhora Flaviana Tertuliana para usar a fala. Ela é da Mães Coragem Indesistíveis. O tema é "Estimulação precoce".

Quer usar a tribuna, Flaviana? Se quiser falar daí, também, fique à vontade. Como você se sentir melhor. Flaviana, que contribuiu conosco na Indicação e na composição da Lei das mães atípicas de Rondônia. É a primeira Lei do País em que foi feita "as mães atípicas".

A SRA. FLAVIANA TERTULIANA DE BARROS – Boa tarde a todos e a todas. Quero agradecer o convite para estar aqui falando sobre um assunto que nunca se acaba, não é? Quanto mais se fala, mais tem o que se falar; quanto mais a gente supera, mais tem a superar, porque a vida da pessoa com deficiência é assim. Quando não se tem acesso, oportunidade, eles continuam andando lá atrás, esquecidos.

Sou mãe de duas pessoas com deficiência. E estar aqui representando todas as pessoas com deficiência é uma responsabilidade muito grande porque estamos falando de pessoas.

A partir do momento em que eles escolheram essa nomenclatura, de ser chamado ou ser identificado como pessoas com deficiência, eles quiseram dizer que a pessoa vem primeiro do que a deficiência, do que as suas limitações. E acredito que é isso aqui que todos nós estamos buscando: a valorização da pessoa, do ser humano. Aqueles que têm limitações não são incapazes de chegar aonde eles desejarem chegar.

Eu não sei se o material que eu vou apresentar chegou até vocês, mas poderia estar passando, que eu

vou tentar falar de uma forma rápida. Não sou técnica, não posso ser objetiva, porque são duas coisas que uma mãe não consegue. Primeiro, porque estamos movidas pela emoção de uma vida inteira.

E eu vou falar sobre a estimulação precoce. Estimular é incluir. E eu vou contar um pouquinho da história dessa terapia que meu filho recebeu — e hoje ele tem 21 anos — para mostrar a diferença que isso faz na vida da pessoa.

(apresentação de slide)

Esse é o Lucas Rafael. Ele é um prematuro de 6 meses, nascido com 30cm, 700g. Ele é uma criança que passou por toda dificuldade da prematuridade. Ele teve parada cardiorrespiratória, hemorragia intracraniana e foi sequelado pela paralisia cerebral. A partir do momento que o Lucas nasceu, ele já foi acompanhado por uma fisioterapeuta e uma fonoaudióloga ainda dentro da UTI. Por quê? Porque todos os prematuros têm um risco maior de ter sequelas. E isso acontece até hoje. E através desses estímulos o Lucas foi prosseguindo a vida dele. O Lucas saiu da UTI. E não acaba por aí.

Até os três anos ele fez todo o processo da estimulação precoce, porque ele tem as dificuldades motoras, neurológicas; e quando se morre um neurônio, ele não nasce. É mais ou menos isso. Eu gosto de uma linguagem simples para que todos entendam. Os neurônios do meu filho, do lado direito do cérebro, foram mortos. E durante toda vida dele tivemos que trabalhar os neurônios do lado esquerdo para que fizessem todo o processo daqueles neurônios que não existiam. E aí a gente vê que o Lucas sempre participou de tudo aquilo que estimulasse a vida dele, tanto no esporte — ele fez natação, atletismo, ele competiu lá fora, ele trouxe medalha para Rondônia, ele anda a cavalo, ele anda de bicicleta, mesmo tendo a dificuldade motora dele.

O melhor troféu para uma mãe não é só ver o seu filho se desenvolver, mas ver ele ser feliz e ele chegar no patamar que muitas pessoas não acreditavam que ele iria chegar. Mas dentro desses estímulos eu encontrei profissionais aqui dentro de Rondônia a quem eu sou muito grata e honro todos eles por terem acreditado que o Lucas, dentro daquela dificuldade, até os 11 anos o Lucas não tinha uma escrita legível, e mesmo assim os professores se curvaram para prestar atenção a ele e oferecer aquilo que ele realmente precisasse para melhorar a escrita. Ele estudava numa escola que tem o método construtivista, e eles trouxeram aquele antigo método que é caderno de caligrafia, e todas as vezes que os coleguinhas ficavam em recuperação, mesmo ele tendo nota máxima, ele ficava de recuperação para estar treinando a caligrafia.

Essa carteirinha é do João Victor. Isso aí é só para mostrar que dentro do Estado de Rondônia, lá na Escola Marise Castiel, uma escola estadual, existia a estimulação precoce. E aí veio o entendimento que a estimulação não era para pertencer à Educação, e sim à Saúde. Então foi retirada a estimulação precoce. A única escola do Município de Porto Velho, estadual, que oferecia esse serviço, foi retirado. E hoje o João Victor tem 16 anos.

A gente se pergunta: onde está a estimulação precoce? Onde foi colocada? Se não pertencia à Educação, o que a Saúde fez com ela? Porque existe um ponto que todos têm que ter ciência: a educação inclusiva não acontece na escola, ela acontece, primeiramente, na Saúde. E a partir disso a escola, a Educação e a Saúde precisam caminhar juntas. Porque se são pessoas com deficiência, que existe dentro da sua rotina toda aquela situação de terapias, que é envolvida a Saúde e precisa estar na escola, como que vamos fazer uma educação inclusiva sem essa parceria? É a junção das duas que vai fazer a pessoa com deficiência ter êxito naquele processo de desenvolvimento.

Esse aí é o Lucas Rafael, o aluno que poucos acreditavam, mas muitos profissionais fizeram a diferença. Hoje, ele está no último período de nutrição. Fez o terceiro como qualquer outra criança, qualquer outro adolescente. Fez ENEM, ganhou bolsa 100% por mérito dele. E mérito de todos os profissionais que acreditaram que uma pessoa paralisada cerebral pode chegar onde ele quiser. E hoje o Lucas diz que essa primeira graduação foi só o início. O Lucas, como ele foi nascido precocemente, ao 6º mês de gestação, ele também entrou na faculdade aos 16 anos e vai se formar aos 21 anos. Aprendeu a ler aos quatro anos de idade, mesmo não sabendo escrever. Ele mostrou que ele é capaz de superar. Se existir acesso, ferramentas, profissionais que acreditem na pessoa com deficiência, eles vão chegar onde eles devem chegar. Porque a vida da pessoa com deficiência é igual a de todos nós. Sempre vai existir uma folha em branco para escrever mais um capítulo dessa história. E que estimulação precoce chegue para os pequenos e que em toda a sua vida de desenvolvimento sejam incluídos todos os estímulos possíveis, todas as ferramentas.

Pense no básico, pense na união da Saúde com a Educação, porque aí, sim, teremos uma educação inclusiva, de verdade, de qualidade e que vá mudar a história de muitos "Lucas", porque esse é o que deseja o Movimento Mães Coragem Indesistíveis. Obrigada a todos por me ouvirem.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Flaviana. Sempre contribuindo, sempre participando. Parabéns pelas palavras. Nós tivemos o tema "Estimulação precoce".

Eu vou fazer um, como se diz aqui para pessoas com deficiência visual, nós temos várias pessoas participando da Audiência, com deficiência visual. Então, vou me autodescrever. E peço às pessoas que forem usar a fala, que se autodescrevam.

Eu sou o Deputado Cirone Deiró. Estou usando um terno azul, gravata vermelha, camiseta branca. Loiro, pouco cabelo, barba.

A SRA. ROSSILENA MARCOLINO DE SOUZA – Senhor Deputado, nós temos aqui um intérprete de libras?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Temos. Temos intérprete de libras. Temos dois intérpretes.

A SRA. ROSSILENA MARCOLINO DE SOUZA – Perfeito. Obrigada. Era só para constar.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Só me descrever, então, como disse o Doutor Paulo, pouco cabelo, sendo bem generoso, barba branca, olhos azuis, então estou autodescrito.

Quero agradecer todas as mães que estão acompanhando remotamente. E vamos aqui dar continuidade aos nossos trabalhos. Vamos ouvir agora Elissandra Alcantara, do grupo de Mães Atípicas de Porto Velho, com o tema “Educação inclusiva: o que estamos fazendo?”

Pode ficar à vontade de usar ali na bancada ou na tribuna.

A SRA. ELISSANDRA ALCANTARA – Boa tarde. Meu nome é Elissandra. Eu sou mãe de uma criança autista. Sou pessoa com deficiência e não poderia deixar de dar aqui meu recado em prol dessa causa, em nome do Movimento. E vamos lá.

Bem, quando se fala em educação inclusiva, nós devemos ter um olhar bem, como já foi explanado, um olhar amplo. Uma inclusão com sentido real da palavra: inclusão. E por isso, eu quis trazer a temática: “Educação inclusiva: o que estamos fazendo?”. É uma provocação. Pode ir passando, por favor.

(Apresentação de slides)

Eu tive um cuidado de tentar transferir algo que, realmente, tocasse o coração de quem vai trabalhar nesse encaminhamento; algo que realmente traga efeito, porque a luta é grande e, como se diz, as palavras vão ao vento.

Essa imagem é a escultura que homenageia 82 crianças que foram capturadas na época do nazismo para sofrerem e serem torturadas; sofrerem diversas violações de todos os tipos. Eu afirmo para vocês que o ambiente escolar se transformou em um espaço de violação de direitos da pessoa com deficiência. Isso é o que nós mães vivemos dia após dia.

A criança vai para a escola para sofrer. Não pensem que é um exagero. Não pensem que é sensacionalismo. Aliás, tem muita mãe aqui que nem consegue mandar o seu filho para a escola. Ele é traqueostomizado, ele usa sonda de alimentação, ele usa bolsinha de colostomia, porque tem o intestino exposto, e diversas demandas que o impedem de frequentar a escola. Ele é proibido.

Eu poderia ficar aqui falando o restante da tarde inteira sobre várias legislações que nos amparam, que nos norteiam, leis, decretos, convenções... isso a gente já conhece muito bem, pelo jeito. A Rossi já falou um pouquinho. Então, não é o foco aqui ficar lendo leis o tempo inteiro, na Casa de Leis, para os representantes, principalmente das Secretarias de Educação.

Eu gostaria de dizer, inclusive, que, assim, só um adendo aqui. A gente não pode deixar nunca de citar a nossa Carta Magna, a nossa Constituição, que nos ampara, e que traz dentro do contexto dela vários artigos que nos asseguram uma educação de qualidade; uma educação decente, aquela que queremos. A nossa

doutrina de proteção integral da criança e do adolescente, o nosso Estatuto da Criança e do Adolescente, ele ampara os nossos filhos, que tenham educação pública e de qualidade.

Temos ainda a nossa Lei de Diretrizes e Bases, a nossa Diretriz Nacional que norteia tudo isso. E bem especificado, muito bem delineado. E ainda a LBI (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), que considero inclusive uma lei de extrema importância. Eu enquanto pessoa com deficiência não poderia deixar de falar. Ela é considerada o estatuto da pessoa com deficiência. E mais que isso, diante das convenções, isso é uma luta já antiga, de movimentos sociais de longas datas, para que chegássemos até aqui, hoje.

O decreto que internalizou a Convenção de Nova Iorque, no Brasil, inclusive tem força de Emenda Constitucional, que foi o que encaminhou a nossa LBI, o nosso Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ou seja, se nós pegássemos todas as legislações, igual eu falei, para ficar abordando uma por uma, desnecessário. Se olharmos ao menos para o decreto e a LBI, a gente consegue ter uma visão clara do que é inclusão. Simples. No ambiente escolar, na sociedade, na Saúde, em todos os espaços.

Bem, eu quis trazer também, tem ali, vocês podem observar. Pode o Estado se comportar dessa maneira? Como se a deficiência fosse um atributo da pessoa? Como vem se comportando, dia após dia? É possível isso? De forma alguma. Nós já temos o advento da LBI, que mudou drasticamente esse paradigma. Quebrou, caiu por terra. A deficiência está no meio, não está na gente, de forma alguma; nem nos nossos filhos. O Estado não pode continuar se comportando como se a deficiência fosse um atributo da pessoa com deficiência.

As mães que aqui estão não me deixam mentir. Como que é o acesso à escola, à permanência, o acesso ao currículo. Como são os resultados. O que os filhos oferecem a si e à sociedade. É tudo perfeito? Maravilhoso? Ele acessa, permanece, tem acesso ao currículo, faz todas as atividades daquele jeitinho bonitinho, como manda a cartilha, meninas? Acho que não. Os nossos filhos, as nossas crianças são invisíveis ao Poder Público. São invisíveis, porque a deficiência está nela. Ela tem uma deficiência, então ela não pode frequentar a escola. Como se ela tivesse que ser o tempo inteiro responsabilizada pela falta de acesso: arquitetônico, pedagógico, atitudinal... Que é um fator que pesa muito, diga-se de passagem.

Inclusive, tem alguns relatos não só de usuários. Inclusive de professores e outros profissionais técnicos. Professor reclama que fica preso dentro de sala com criança. Da 13:30 às 17:30, almoça, toma um cafezinho em casa e isso eles falam com o olho assim. Quatro crianças especiais dentro da sala. “Eu não posso sair para fazer xixi, mãe”. Eu coloquei “ao banheiro” ali, desculpa. Pai diz: “Não quiseram ele lá”, ali está com a fala do pai mesmo. “Não quiseram ele lá”. É essa a resposta que os nossos filhos têm quando vão buscar educação.

Outros profissionais, inclusive da alimentação, merendeira, vê como eles tratam as pessoas cegas na escola ou com qualquer deficiência. Essa, por exemplo, quando serve a merenda fica pedindo a Deus que apareça alguém para ajudar a criança com o prato. Para que ela não derrube, se queime, suje, passe vergonha e desista de ir para a escola. E perca a oportunidade única de ter estimulação, educação e tudo aquilo que é de direito. Então é uma coisa grave.

A criança sempre tem prioridade no sistema brasileiro. Chega de crime, minha gente. Chega. Chega de omissão com as nossas crianças. E somado a isso, fora toda a prioridade que ela tem, soma-se ainda, ela é pessoa com deficiência, tem uma prioridade extra. E o que estão fazendo, pelo amor de Deus? É dessa maneira? Chega. Nós não vamos mais aceitar tortura com os nossos filhos de todas as maneiras: físicas, psicológica, arquitetônica, material pedagógico, de nenhuma das formas.

Eu gostaria só de falar rapidinho — eu sei que o tempo é curto — com relação ao custeio da educação especial. É um ponto muito importante, porque para onde vai o nosso dinheiro? Para onde vão os nossos impostos? O que será que estão fazendo? A gente gostaria muito de saber se está sendo usado corretamente. O financiamento-mor da educação, a nossa Constituição, ela traz todo o delineamento certinho no artigo 212 como ele deve ser feito. O Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), o muito conhecido, ali tem as leis. O primeiro Fundeb foi de 2007, teve a nova lei do Fundeb em 2020. E já teve uma revogação em 2021. Não é nada de estrambólico, isso daí já está há quantos anos? Décadas... Década, perdão. Mais de década. Então é algo que já dá para se preparar, trabalhar, direcionar com compromisso e responsabilidade a verba para aquele que precisa, para aquele desígnio que precisa lá dentro da educação.

Existem programas suplementares que a instituição pode se inscrever para fazer o recebimento de suplementação do Governo Federal. Será que estão sabendo fazer esse tipo de manuseio nas plataformas? Será que a gente participa ao menos de algum desses programas?

(manifestação da galeria)

A SRA. ELISSANDRA ALCANTARA - Será? O censo escolar, porque não adianta participar dos programas, não tem censo. Não tem demanda. Nós somos invisíveis. Como é que chega verba? Como é que está sendo administrado? E ainda temos alguns indicadores de melhoria, porque não cessa por aí. Se a instituição se pauta em um currículo que segue os preceitos da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), tem uma melhoria, tem um suplemento financeiro. Estão trabalhando de acordo com a nossa Base Nacional Curricular Comum para vir benefício para nós? Estão trabalhando temas étnicos-raciais para vir benefício para nós?

(manifestação da galeria)

A SRA. ELISSANDRA ALCANTARA - Existem vários meios, minha gente, de se trabalhar e fazer uma

gestão digna, com competência. A gente não deve pagar pelos erros e pelas incompetências. Isso é inaceitável.

Ali está bem pequenininho, mas eu vou explicar rapidinho, ainda com relação ao financiamento da educação pública e de qualidade, tá? Não basta ser só pública, ela tem que ser de qualidade. Ficou pequenininho porque foi feito um recorte da nova cartilha do Fundeb, agora de 2021. Ele trata dos valores aluno/ano e também do valor aluno/total, que é um valor que o pessoal que trabalha na questão do financiamento, das secretarias, deve conhecer isso melhor do que eu, acredito. Como que é computado, como que é dividido, como que é disponibilizado? Quanto que vale um aluno? Qual é o valor para que se tenha uma educação de qualidade? Está tendo complemento? A gente está alcançando? Está precisando suplemento do Governo Federal? Porque ele faz o repasse. Se o custo aluno/ano for, um exemplo, R\$ 3 mil reais, e foi alcançado R\$ 2 mil e 900, a conta vai fechar, porque o Governo Federal faz o complemento.

Então, isso é uma visão rápida. Só para a gente entender um pouco do valor que vem o custo aluno individual e no final o total por ano. Porque fecha no final do ano, lança a Portaria Ministerial de quanto custa cada aluno, e no ano posterior vai ver qual é o valor. E se não chegar, o Governo Federal faz o complemento.

Acho que é o último slide agora com relação ao financiamento. Também ali só tem um recorte pequeno do Fundeb. Eu quis trazer isso porque é uma informação muito importante — nós temos que ficar de olho —, porque o repasse, a suplementação praticamente vai dobrar. O que é 10%, ela vai subir, chegará até um total de 23%, partindo de 2021 até 2026.

Então, quer dizer, teremos aí uma longa caminhada de verba entrando, mas tem que saber ganhar. Eu acabei de dizer, eu acredito que o pessoal que trabalha deva saber melhor do que eu, como é que a gente acelera isso para vir verba para a gente? Porque, quando falta, a gente sofre.

Com relação à remuneração os profissionais de Educação, fazendo um elo com a Saúde, que as meninas disseram agora há pouco. No antigo Fundeb era 60% para o pagamento de profissionais da Educação básica. No novo Fundeb, na nova cartilha agora de 2021, teve um aumento de mais 10%, onde serão encaminhados 70% para pagamento de profissionais da Educação básica. Tem um grande diferencial aí, que isso não é só para profissionais do magistério. A novidade da cartilha do Fundeb é realmente ampliar, porque aqueles profissionais da Saúde — fono, TO (Terapeuta Ocupacional), psicólogo — que estiverem atuando no chão da escola, com a nova cartilha do Fundeb, ele poderá receber. Então, é ampliando horizonte para nós para que nós cobremos algo que já está planejado, algo que já tem base, para que nós nos organizemos e que não passemos por isso que a gente vem passando.

Deixa eu ver se tem mais uma coisa.

Eu só queria dizer que todo aluno é o amor da vida de alguém. E que todos os envolvidos em fazer a inclusão, que faça com compromisso, faça com amor,

faça com respeito, faça pelo simples fato de ser humano, porque foi a isso que viemos. Temos que ser humanos, ter sensatez.

Eu gostaria de me reportar aos técnicos do Tribunal de Contas e fazer um elo para que a gente tenha uma resposta, um prazo, que não fique só adiando, adiando. Que a gente possa ter retorno mais palpável, e a gente veja as coisas acontecerem de fato.

Era o que eu tinha para o momento. Muito obrigada pela atenção.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Elissandra. Trouxe aqui vários esclarecimentos e pontuou muito bem que nós temos leis que já beneficiam as pessoas com deficiência, o aluno em geral, e temos que implementar e cobrar que sejam aplicados aqui dentro do nosso Estado.

Eu gostaria aqui de convidar Marlúcia Ferreira, Comissão das Mães Atípicas, tema “Exclusão dos Alunos”.

A SRA. MARLÚCIA FERREIRA DA SILVA - Olá, boa tarde a todos.

A exclusão e a inclusão.

Inclusão. Você incluir uma criança na escola não é inclusão, é uma exclusão. Da maneira que está sendo feita não é uma inclusão. Você aceitar a matrícula de uma criança, de um adolescente portador de qualquer que seja a necessidade, só por aceitar a matrícula, isso não é inclusão. Isso é uma exclusão.

Então a gente tem que distinguir a situação. Por que eu digo isso? Porque hoje meu filho está com quinze anos. Autista. Teve um período muito agressivo, de agressividade. E foi difícil. Passamos por duas escolas. Meu filho, na primeira infância, foi amordaçado pela professora por causa do comportamento dele que, em tese, era inadequado. Na segunda fase da escola, a mesma coisa. Ia para o colégio, o professor se escondia atrás da porta por conta do comportamento agressivo que ele tinha. Gente, não era falta de tratamento, não. Tinha todo um acompanhamento com neurologista, psiquiatra, medicação. O professor se escondia; os coleguinhas, também.

Quando tinha um conflito, tudo pra ele era motivo de estresse. Eu não sabia qual era o motivo, o que acontecia, se era o ambiente sensorial. Nunca consegui descobrir. Então eu vivia dentro da escola. Mesmo sendo proibido, estava eu lá na escola, período da manhã. Então, assim, aceitar ele na escola foi muito difícil. Mantinha, ia na escola, conversava com uma, era correndo, psicopedagogo, era psiquiatra, psicólogo, terapia ocupacional, fonoaudiólogo. É uma luta.

Consegui alfabetizar o meu filho aos 8 anos de idade. Eu já estava desesperada. Ah, um menino extremamente inteligente, mas totalmente descontrolado emocionalmente. Qual é a escola que quer? Professor pedia licença porque não queria mais ficar com ele, porque tinha que ele estar na sala de aula. Professor se escondia atrás da porta, professor pedia licença. “Esse menino não tem controle.” Então, assim,

ele estava inserido no ambiente escolar só por ir, não tinha aproveitamento, não tinha material adaptado, não tinha professor que conseguisse trabalhar com ele. É muito complicado isso.

Então, não podemos deixar de falar da capacitação dos professores. De forma alguma. Como que um professor, realmente, há 40 alunos e 2, 3, 5 deficientes em uma sala de aula, mas isso não é motivo para excluir os nossos filhos. Tem que ter um programa, tem que ter uma adaptação, uma capacitação extensiva a todos professores, não é só um, não. Aquele professor cuidador que está exclusivo para aquele aluno. E se aquele professor faltar? Se o professor de sala de aula está em um momento só, ele não vai saber lidar com aquela criança em um momento de crise. Tudo isso a gente tem que ver, porque não adianta fazer matrícula da criança e não ter um suporte. Sem suporte não tem aprendizado, só tem estresse, só tem reclamação na escola. “Mãe, não traga o seu filho hoje, porque hoje o cuidador não veio.” “Não pode vir essa semana por isso e por aquilo.” A gente tem que parar de ouvir essas situações na porta da escola. É muito dolorido.

Hoje eu digo, o meu filho está inserido hoje? Hoje ele está na inclusão? Está. Com muita dificuldade, mas eu digo que hoje ele foi incluído. Porque Deus me ajudou, me deu forças, porque eu não tinha mais. Eu já estava em um momento depressivo muito forte. Meu filho adolescente, meu filho crescendo, enorme, 1,80 metro, um adolescente com 1,80 metro, forte. E eu dizia: “Meu Deus, o que eu vou fazer com o meu filho agora?” Mudei de escola. Mudei de escola e foi o terror da minha vida, digamos assim.

Saí da escola pública e fui para a escola privada. Chegando lá a aceitação foi boa da gestão. “Não podemos negar vaga para aluno especial”. Essa é a situação. Ou quando diz: “Não temos vaga porque já temos alunos laudados.” Consegui. Foi outro transtorno para nós. Eu tive rejeição da parte pedagógica da escola, material adaptado; eu tive rejeição dos pais, porque não queriam ele na escola, porque o menino era agressivo, porque ele não se comportava, porque ele era inadequado para estar naquele ambiente escolar. Lutei. Fiz campanha dentro da escola, eu mesma. Levei psicólogo para palestrar, levei fonoaudiólogo, levei terapeuta ocupacional, tudo para fazer um trabalho. Me dediquei mais. Aula de reforço, porque não supria as aulas da turma, não acompanhava. Tudo isso eu passei, gente.

Quem tem o suporte para fazer tudo isso vai caminhando, com muita dificuldade porque não é fácil. Não é fácil. Não é fácil para ninguém. E quem não tem suporte terapêutico, multidisciplinar para caminhar com o seu filho? Meu filho não tem problema de déficit de aprendizado. Não tem. Mas tem comportamental. Se ele não gosta, ele não gosta. Pronto, acabou. E a gente tem que lidar com essa situação. Mas a gente está vencendo. Hoje ele está bem mais tranquilo. Aluno de 9 e 10. Mas até chegar no nível que ele está, caminhando para o ensino médio, é muito difícil.

Então, a escola precisa de material adaptado. O

professor precisa de movimento, de aprendizado. Não é só na escola básica. A gente fala da escola básica porque é o início, mas quando chega no ensino médio são 12 professores; 40 minutos, sai. Eu estou falando do autismo. Para uma criança, para um adolescente autista, 40 minutos entra um professor, com 40 minutos entra outro professor, não conecta. Ele não conecta rápido, não. Tem que ter, por mais que seja inteligente, esperto, tem que ter um mediador, tem que ter um auxiliar para direcioná-lo. A tarefa vem, a atividade, não é de qualquer jeito. Ele não vai entender, como uma criança atípica, de imediato, ele não vai entender. O mundo concreto, ele é muito mundo concreto. Às vezes vem uma questão no abstrato. Tem que ter alguém lá para incentivar, para estimular. E tem aqueles mais agitados, tem aqueles mais calminhos.

É muito “bonito” pegar um aluno autista de pouca fala — que não é o caso do meu filho, meu filho fala demais —, senta lá e ele fica igual um robzinho. Toca o sino, sai o professor, o professor não está nem aí para ele, não vê que aquele aluno está ali, ele existe, ele é visível. E aí vem outro transtorno. A família, os outros alunos. Antigamente os deficientes ficavam em casa. Não iam para a escola. Agora eles são visíveis, eles estão no mundo. Todo mundo está sabendo que eles existem e eles querem um espaço. E eles querem ser respeitados, não é? Tem as leis que nos amparam. A gente não quer só a lei no papel. A gente quer que ela funcione. A gente quer que ela brilhe e tenha espaço pedagógico, e nossos filhos sejam atendidos. Sejam quais forem as deficiências deles. Eles têm que ter um aparato pedagógico para eles prosseguirem. Eles precisam disso.

Não podemos falar da educação inclusiva sem a gente falar da Saúde. Não tem como. Como a gente vai dar suporte pedagógico para os nossos filhos, o professor, se eles não têm acompanhamento multidisciplinar? Cadê a Saúde, que não oferece? Quem tem condições de pagar o plano de saúde, maravilha. Paga o plano de saúde, tem as atividades, as terapias. E quem não tem? A criança vai para a escola sem nenhum controle emocional de terapia, de psicólogo, de TO (Terapeuta Ocupacional), de nada; de fonoaudiólogo, nada. Aí, em contrapartida, o professor também precisa desse apoio. A tecnologia está evoluindo, a medicina acompanha, as atividades multidisciplinares e a escola. Do jeito que a escola flui no desenvolvimento para os típicos, com os atípicos tem que ocorrer da mesma forma. De forma que eles aprendam, de forma que eles compreendam, de forma que eles caminhem.

Nós, pais, não somos eternos. Uma hora a gente vai faltar. E como é que vão ficar os nossos filhos? Aqueles que têm desenvolvimento cognitivo, de se desenvolver, de caminhar, estão sendo tolhidos no seu desenvolvimento, está sendo suprimido por conta disso. Então, eu digo assim, a inclusão não é só fazer matrícula na escola, não. Tem todo um aparato que a gente precisa rever para que tudo caminhe conforme diz a lei.

A lei é muito bonita no papel. A gente tem que tirar ela do papel e colocar ela na prática. Ela tem que ficar na prática. Tirar ela. É muito linda, maravilhosa. Mas a gente precisa que ela seja real na nossa vida. Real. A gente chegar e dizer assim: a escola X, a escola Y. Não é só uma, não; são todas. Elas têm que estar preparadas. Os pais desses alunos, outra coisa também que ocorre na escola: a não aceitação por parte dos pais típicos. Tem a questão: “Não fala com aquele menino, não, que ele é maluquinho, ele bate.”

Na última escola do meu filho fizeram campanha para tirar meu filho. Campanha de pais. Foram lá: “Ou esse menino sai, ou eu tiro o meu filho”. A Direção da escola: “Pois tire o seu filho, porque ele vai ficar”. Eu não sei se foi para me agradar ou se foi por medo de uma ação judicial. Ficou a interrogação. Mas o meu filho permaneceu; não foi fácil.

E aí vem o bullying. Não tenho vergonha. Eu falo. Eu me disponibilizo para ir à escola com o meu pouco conhecimento do dia a dia, de ir na escola. Eu ia, na hora do intervalo, ficava no pátio conversando com os adolescentes, falando do meu filho, falando de deficiência, falando de autismo, falando de bullying, falando da dislexia, porque o adolescente precisa saber que essas pessoas existem e elas precisam ser respeitadas. E eu fiz isso e eu sou disposta. Eu faria tudo de novo, o que eu fiz pelo meu filho. Não perdi meu tempo. Eu ia, na hora do intervalo, conversava mesmo. Eu chegava perto das crianças e dos adolescentes e conversava. Falava do Dani para eles. O nome do meu filho é Luís Daniel. Eu falava do Dan para eles. E hoje, na escola, não tem quem não conheça, não tem quem não respeite, porque a gente precisa mostrar para os pais que uma criança especial tem todo o direito que um outro que não seja. Então essa é a minha fala. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Marlúcia, pelo seu depoimento. Gostaria de convidar a Klivia Meireles para falar sobre a importância da figura do mediador pedagógico no processo de ensino e aprendizagem. Klivia que é fonoaudióloga, ativista social, está aqui hoje representando o gabinete do Deputado Federal Léo Moraes.

A SRA. KLIVIA MEIRELES – Boa tarde a todos. Em nome do Deputado Cirone Deiró eu cumprimento toda a Mesa. Já aproveito para externar aqui a minha felicidade e uma pontinha de esperança, eu nem diria uma pontinha, uma grande esperança com relação à presença do Tribunal de Contas aqui nesta Casa, em especial a auditoria que vai ter, que, com certeza, apontará os gargalos da educação inclusiva no nosso Estado. Sabemos que são vários. Sabemos que a nossa pauta — a gente sempre fala isso —, a nossa pauta é uma pauta muito cara. É cara porque ela vem de anos de abandono. Quando você não paga sua fatura de cartão de crédito, o mês seguinte ela vai vir com juros.

E é isso que acontece com a educação inclusiva.

Quando nós não conseguimos incluir essa criança de maneira adequada, esse aluno; quando ele é apenas integrado na escola — a Marlúcia falou de exclusão, não é? Não vou dizer que ele é excluído, mas ele é integrado, ele é depositado dentro daquela escola e não recebe o atendimento educacional especializado que ele deveria receber. Porque todos eles possuem as suas necessidades específicas. Todos eles têm potencialidades a serem desenvolvidas.

E aí entra a figura desse profissional, que é tão importante, essa figura do mediador pedagógico. Estou eu aqui para falar dele. Sabemos que o Estado dispõe do cargo do cuidador. Heluizia, da Educação Especial, gerente do Núcleo de Educação Especial aqui presente. Mas nós precisamos da figura do mediador pedagógico, profissional especializado. O cuidador é nível médio, até nível fundamental nós temos também, um cargo passível já de extinção. No entanto, quando nós falamos da figura desse profissional — mediador pedagógico —, ele vai cuidar das questões pedagógicas desse aluno, ele vai auxiliar o professor regente no processo de aprendizagem desse aluno que possui suas necessidades, que seriam identificadas a partir de uma equipe multidisciplinar, que alguém vai falar, eu acho que a Tércia vai falar, a Marx, as meninas vão falar sobre essa questão da importância da equipe multidisciplinar, que deveria estar ali também inserida no contexto educacional.

Como, por exemplo, a figura do fonoaudiólogo. Nós temos uma área de atuação que é a fonoaudiologia educacional. E nós não estamos presentes, gerente, no contexto escolar. Não tem esse cargo no Estado. Humaitá tem, o Acre tem. Rondônia não tem. Então, em nome da minha categoria, eu também trago essa necessidade. Lógico, sabemos que existe impacto financeiro, não somos negligentes de jogar uma demanda para o Estado sem saber que isso requer recurso público, mas a Educação e a Saúde recebem muitos recursos. Cabe uma organização, cabe um planejamento para que esses recursos sejam alocados de maneira que atenda a ponta, que atenda as pessoas que de fato precisam ser atendidas com uma educação inclusiva de qualidade. A figura do mediador pedagógico também é um cargo a se criar. Então quando a gente fala da educação inclusiva a gente está falando de gastos. E esta Casa de Leis — foi a Rossilena, acho, que falou, alguém falou sobre a questão de... não, Elissandra falou sobre a questão de... “ah, não precisamos falar sobre leis, porque temos realmente leis a rodo”. Temos uma legislação completa, eu diria. O que nós precisamos, de fato, é de efetividade dessa legislação. E quando nós falamos das leis que ainda precisam ser criadas, elas são de competência do Poder Executivo. Esta Casa de Leis, por exemplo, não pode criar cargo. Quem tem que criar cargo, quem tem que fazer estudo do impacto financeiro com relação à criação de novos cargos é o Estado, é o município.

A Secretária estava aqui, a Gláucia, já foi. Também temos um gargalo muito grande em relação ao município. E nós sabemos que o Estado e o município precisam, também, caminhar juntos. Porque esse aluno que chega

para você, Heluizia, às vezes analfabeto, ele veio da rede municipal. Então, o trabalho deve ser integrado. Quando isso acontecer, a gente vai começar a avançar. Quando os profissionais também começarem a ser capacitados, também teremos um avanço nisso. Só que isso requer investimentos. Por exemplo, o Fundeb teve um rateio gigantesco agora.

Então, assim, cabe, de fato, a gente apontar. E aí nós temos a figura do Tribunal de Contas aqui, que é um órgão de controle, que muito nos anima estar participando desse processo, porque faz auditoria das contas do Estado. Então, de fato, o Deputado Cirone Deiró ter conseguido provocar o Ministério Público para que viesse a somar conosco nesta pauta é, de fato, algo histórico no nosso Estado. E ficamos realmente muito gratas ao deputado por ter encampado isso.

Quanto à representatividade do Deputado Federal Léo Moraes, aqui coloco a disposição, em nome dele, ele pediu que eu trouxesse essa palavra para vocês, que ele se coloque inteiramente a disposição tanto para contribuir, seja com recurso público proveniente de Emenda parlamentar, Emenda de bancada, ele se coloca a disposição para contribuir com a pauta. Leve esta mensagem ao Secretário de forma também que quem está representando o município leve, porque é importante, sobremaneira é importante executar os recursos públicos. E o deputado tem destinado. Então é importante que esses recursos cheguem na ponta, que de fato a população que precisa da execução de política pública receba esse benefício que está sendo destinado para as pastas de Educação, de Saúde e demais.

No mais, Deputado Cirone Deiró mesmo é autor de um anteprojeto de Lei que cria, que dá atribuição, inclusive, desse cargo profissional. Ele foi construído, inclusive, com a ajuda de pais. Falo isso porque já foi encaminhado ao Poder Executivo, então, cabe, de repente, resgatar esse anteprojeto de lei, porque o deputado não vai criar um projeto com vício de iniciativa. Ele tem esse conhecimento jurídico. Ele teve o cuidado de encaminhar, na forma de Indicação, ao Poder Executivo. Então, Heluizia, leve ao Secretário Suamy, ao próprio Governador do Estado essa proposta. Ela é bem completa. Ela fala da atribuição do cargo desse profissional. E cabe, de repente, ao Estado encaminhar essa proposta para cá, para essa Casa de leis, que eu tenho certeza que vai ser aprovada por unanimidade. Nenhum parlamentar vai votar contra isso. No mais, esta é a minha fala. Eu agradeço a atenção de todos. Desculpa o nervosismo. A gente está sentada ali e quando vem para cá fica nervosa. No mais, é isso.

OSR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Klivia, pelas palavras. Estamos realmente nos encaminhamentos, a gente vê a necessidade do mediador pedagógico. Esse cargo, já foi feita uma propositura nossa, para que o Governo do Estado criasse esse cargo. É um consenso em todas as reuniões do GAEPE (Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Rondônia), quando foi tratado da pauta, da necessidade desse cargo, porque o cuidador tem, como dizem as próprias

mães que participaram, de fazer a higiene pessoal, os cuidados das primeiras necessidades; e o mediador pedagógico vai poder ajudar a orientar esse aluno dentro da sala de aula.

Eu quero aqui convidar, agora de forma on-line, a professora e pesquisadora Doutora Flávia Albaine. Ela vai falar sobre resultados de pesquisa de Mestrado sobre Educação Inclusiva em Escolas do Município do Cone Sul de Rondônia.

A Flávia Albaine Farias da Costa, Defensora Pública do Estado de Rondônia; graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Especialista em Direito Privado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestre em Direitos Humanos e Acesso à Justiça, pela Universidade Federal de Rondônia, com trabalho voltado para a inclusão social de pessoas com deficiência. Professora do curso de Pós-graduação sobre Pessoas com Deficiência, da PUC do Rio de Janeiro. Professora dos cursos CEI e Supremo Federal. Fundadora e Coordenadora do Projeto Juntos Pela Inclusão Social. Conselheira Nacional do ONDA-Autismo (Organização Neurodiversa pelos Direitos dos Autistas). Membro e Coordenadora da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos.

A Doutora Flávia Albaine Farias da Costa participa desta Audiência Pública na condição de professora e pesquisadora da inclusão de pessoas com deficiência. De forma on-line, convidamos a Doutora Flávia para participar conosco. Obrigado pela sua participação. E muito nos honra aqui com a sua presença nessa Audiência.

Flávia, acho que seu microfone está desligado, doutora. Doutora Flávia, eu acho que a senhora vai ter que falar direto sem o fone, não estamos ouvindo, o microfone não está funcionando. Ela está dizendo que está mutada. Vamos fazer assim, Doutora Flávia, vou chamar a próxima participante enquanto a senhora desliga e liga novamente. Pode ser que dê certo, ok? Só dá um sinalzinho com um ok.

Enquanto a Doutora Flávia organiza a questão do som, nós vamos convidar — estou vendo ali na tela — a professora Ana Rúbia. Conseguiu, Doutora Flávia? Professora Ana Rúbia, da cidade de Cacoal, representante das Mães Atípicas de Cacoal, vai falar sobre Equipe Multidisciplinar na Escola. Está com você Ana Rubia. Ana Rubia, também está sem voz. Será que não é na Assembleia que está o problema? O problema é aqui, Ana Rubia, espere. Pode falar, Ana Rubia.

A SRA. ANA RUBIA MENEZES BARBOSA (Por videoconferência) - Olá. Podem me ouvir?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Sim.

A SRA. ANA RUBIA MENEZES BARBOSA (Por videoconferência) - Obrigada. Farei minha autodescrição. Tenho cabelos castanhos, longos. No momento, uso óculos. Estou com os cabelos soltos e uso blusa branca de mangas longas.

Sou Ana Rubia Menezes Barbosa, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia, servidora pública, professora universitária, uma das líderes do Movimento Mães Atípicas de Cacoal — estamos reunidos aqui no Gabinete do Deputado Cirone. Sou mãe de uma criança com doença rara – TEA (Transtorno do Espectro Autista), não verbal – aluno da Rede Pública Estadual de Rondônia.

Gostaria de cumprimentar as autoridades da Casa. O Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Redano – não sei se se encontra - Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia. E em nome do Deputado Cirone Deiró, proponente desta Sessão, cumprimento os demais parlamentares e servidores da Casa. Aproveito a oportunidade para cumprimentar também todas as pessoas com deficiência. Peço licença para falar aqui, também, em nome do meu filho e de todos os filhos, já que as mães por vezes se engajam na causa da inclusão. Aos familiares presentes e, em especial, às mães atípicas que lutam de maneira árdua, incessante, ininterrupta e construtiva pela garantia dos direitos de vossos filhos, sejam crianças, jovens e adultos, por saúde e assistência social, e, especialmente, como pauta em discussão hoje, a lenta e tortuosa educação inclusiva, acessível e especializada, que é parte fundamental nessa caminhada de autonomia, independência funcional e social.

Gostaria de destacar nesse parágrafo que a educação de qualidade é indissociável para a garantia dos direitos sociais. Hoje nos sentimos protagonistas nesse processo de construção de uma nova história sobre a verdadeira educação inclusiva. Até a presente data, atravessa uma tempestade de processos judiciais e negligências veladas da função social das escolas.

Sim. As crianças não estão aprendendo. Tratamos aqui do aprendizado formal. Da educação formal. São gestores, professores e servidores da escola lutando com o currículo transversal, para acrescentar de alguma forma aprendizagem de ordem social, cultural e comunicativa, em significativa parcela, sem sucesso. É inadmissível nossos filhos estarem nas escolas desassistidos pela União e pelo Estado. Está previsto na Constituição Federal; LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira); ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); LBI (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência); Carta Magna; Lei Berenice Piana; Estatuto da Pessoa com Deficiência; Declaração de Salamanca, dentre outros importantes documentos oficiais, como já citados, o direito à matrícula, ao acesso, à permanência e à continuidade da escolarização.

A universalização do acesso à educação básica de crianças e adolescentes de 4 a 7 anos está claramente prevista. O atendimento educacional, que é conhecido como AEE (Atendimento Educacional Especializado), é parte dessa escolarização. E essa obrigatoriedade deveria ser exigida não só das escolas públicas, mas também das escolas particulares e filantrópicas.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2019, registrou 252.631 matrículas do ensino fundamental; 62.664, no ensino médio.

Quantas dessas matrículas são do ensino especial? Pois bem, no Brasil 1.350.921 matrículas do ensino especial. No Norte são 130.230 matrículas. E no Estado de Rondônia, segundo o Censo de 2021, registrado e disponível no site do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), são 13.099 matrículas no ensino especial. Treze mil pessoas — crianças e adolescentes — lutando pela aceitação e pelo reconhecimento do seu direito.

Vamos entender os dados de três cidades de Rondônia. Em Cacoal, que é a nossa cidade, na Rede Municipal, este ano, estão inscritas 208 crianças, até a presente data. Sendo 18 escolas e 6 centros de educação infantil. Já na Rede Estadual de Ensino, são 16 unidades e 9 escolas indígenas, que somam 732 matrículas. Isso de acordo com o Censo de 2020. Em 2021, foram somadas 916 matrículas somente em Cacoal. Vejam o salto de 2020 para 2021: mais de 200 matrículas. Ainda não temos o Censo de 2022, mas possivelmente, com a ascensão dos diagnósticos decorrente da evolução humana e da evolução da medicina, que possibilita o diagnóstico de mais pessoas — inclusive no grupo de mães atípicas de Cacoal já temos muitas mães diagnosticadas —, isso é um avanço para a sociedade. Isso mostra o quanto de espaço e quanta oportunidade talvez deixaram de ter em função da negligência do Estado em algumas situações.

Bom, desses 732 alunos matriculados em Cacoal, 565, até 14 anos; de 18 a 24, 32 crianças estão matriculadas em classes comuns e classes específicas. Na cidade de Vilhena, em 2020, foram 739 matrículas. Na capital Porto Velho, somam 3.440 matrículas de classes comuns e exclusivas. Então nós estamos falando de um número muito representativo e expressivo. O que não sabemos: qual é a evasão dessas crianças? Existe um controle por parte do Estado? Por que os alunos deixam de frequentar a escola? Quem está mediando a aprendizagem dos nossos filhos? Quem acompanha, monitora, avalia e qualifica a aprendizagem das pessoas com deficiências e transtornos de desenvolvimento, altas habilidades e doenças raras? Ao tratarmos da universalização do acesso, destacamos que todo ser humano tem direito à instrução, à instrução gratuita, pelo menos em graus elementares. A Organização das Nações Unidas (ONU) disse isso lá em 2008: é obrigatório, é um direito obrigatório.

É sobre isso, senhoras e senhores, Deputado Cirone Deiró, que gostaria de tornar esta audiência um marco na nossa história. Quem são os profissionais protagonistas da aprendizagem dos nossos filhos? Quem garantirá a redução desse abismo que existe entre a aprendizagem formal e as crianças e adolescentes neuroatípicas? Sim, existe um abismo entre a escola e a aprendizagem formal para os nossos filhos.

Façamos uma retomada do Decreto 7611, já citado aqui na Casa, de 2011. No seu 1º artigo, descreve que o Estado deve ofertar educação às pessoas especiais. E descreve a obrigatoriedade em todos os níveis. Aqui estamos tratando, exclusivamente nessa Sessão, sobre

a educação básica, mas o ensino superior também está totalmente desassistido. Falo porque também sou professora do ensino superior da rede privada. E quase não temos crianças neuroatípicas — adolescentes, adultos — em função dessa negligência e da evasão que ocorre ao longo dos anos. E, infelizmente, muitos não têm a oportunidade de acessar a universidade.

Também precisamos comentar sobre o que diz o texto onde fala sobre “preferencialmente na rede regular”. O “preferencialmente” no texto de uma lei, de várias leis tão importantes... Tenho a sensação, como mãe, que desobriga o Estado a cumprir aquilo que é de direito, que é o acesso à rede regular. Em nossa cidade, citarei aqui por ser uma instituição pública, nós temos um centro de reabilitação neurológica. Eles fazem de tudo para atender a todos, mas infelizmente não existe estrutura física e RH (recursos humanos) para tanto. São muitas demandas.

Hoje a comunidade TEA (Transtorno do Espectro Autista) vem sendo desassistida no município em função dessa grande demanda. E, infelizmente, nós não temos ainda atendimento. Está em andamento a Casa do Autista para atendimento especializado, mas isso ainda não se tornou uma realidade. Esperamos que isso ocorra o mais breve possível, porque as crianças que não têm plano de saúde ficam desassistidas.

O apoio financeiro deve ser também prioritário. As crianças não podem retornar para casa na ausência de um cuidador. Elas precisam ter prioridade nesse atendimento. A LBI (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) — que é a 13.146, de 2015 — fala sobre acessibilidade. Acessibilidade não é apenas estruturar os ambientes prediais, colocar rampas, barras de proteção, pisos de sinalização tátil. As crianças que moram na zona rural, que têm deficiência, o transporte escolar tem conseguido atender essas crianças?

Falando de Tecnologia Assistiva (TA), não podemos deixar de citar a tecnologia. Vivemos uma pandemia em que as crianças da inclusão foram novamente negligenciadas em função dessa tecnologia. Sim, os estudantes neuroatípicos também são nativos digitais. Eles também são geração 4.0. Eles também estão além do tempo na era digital. Eles só precisam de oportunidade. Precisamos de metodologias que visem autonomia e independência para que haja qualidade de vida e inserção social.

A educação deve assegurar direitos educacionais inclusivos em todos os níveis, para potencializar talentos físicos, sensoriais, intelectuais, sociais e que atinjam os interesses da pessoa com deficiência, da família e da sociedade. E quem deve assegurar essa educação plena? É o Estado. É a família. É a sociedade.

Gostaria de deixar a provocação: qual a consequência desse processo falho de escolarização? A distorção de idade-série tem se tornado uma realidade. Não se pretende aqui quantificar a idade cronológica e ano escolar. Mas da mesma maneira em que o processo vem sido posto, não haverá outra possibilidade ao educando classificado como aluno do ensino especial

senão manter-se atrasado na aprendizagem significativa, por vezes, irreversível.

E entendam, senhoras e senhores, nem sempre isso se dá por falta de potencial das crianças, dos alunos com deficiência. Mas, sim, por ausência de metodologias que explorem em potencial os alunos da educação especial. São muitas barreiras que eles enfrentam, como já foi citado: arquitetônicas, de transporte, comunicação, informação, atitudinal. Dificilmente participam das ações sociais. A comunicação como libras, como já foi citado; o braile; comunicação tátil; a linguagem a partir de dispositivos de multimídia; linguagem simples oral, escrita; meios digitais; formatos aumentativos e alternativos que se tornou uma constante para as crianças que ainda não conseguem se comunicar a partir da linguagem verbal precisam ser potencializadas nas escolas.

Estamos aqui falando de coisas razoáveis, de modificações e ajustes necessários e emergentes. Isso não acarreta ônus desproporcional indevido. Quando, se for feito em cada fato, isso vai assegurar ao aluno com deficiência o gozo e o exercício da igualdade de condições e oportunidades para os demais alunos.

O que fica evidente nesse processo de inclusão é que é preciso que haja uma equipe multidisciplinar e que ela seja efetivada. E desejamos, efetivamente, que o encaminhamento desta Sessão traga como resposta à sociedade, aos nossos filhos, esse reconhecimento do direito.

O mediador escolar é fundamental. Ele tem o papel de mediar o processo de aprendizagem, possibilitando melhores condições de desenvolvimento da criança na sua escolarização com a turma. O cuidador já existe. O intérprete existe. O psicólogo precisa ser ampliado — o número de concursos públicos — para que mais profissionais atendam a todas as unidades.

Que sonho seria se tivéssemos um analista do comportamento. Sim, nós já temos profissionais aqui no Estado aptos a atenderem essa demanda.

Fonoaudiólogo, com bem citado pela Klivia, precisa estar dentro da escola. Nós propusemos, o grupo de Mães Atípicas de Cacoal, a criação de uma clínica escola-modelo em Rondônia. Por que não em Cacoal? Precisamos de uma clínica-modelo no Estado. Não temos.

Precisamos aproximar as equipes de Saúde da Educação. De que forma? Sugiro, neste momento, que seja a partir do programa Saúde na Escola. Sim, esse programa é ativo e, em geral, a maioria das escolas estão pactuadas.

Precisamos de incentivos tributários para as empresas contratarem pessoas com deficiências matriculadas e ativas na educação básica. Assim, haverá um incentivo em potencial, além do reconhecimento social, remuneração para as famílias que, em grande maioria, passam por grandes dificuldades socioeconômicas. Nossos filhos não ficarão em casa presos em suas limitações escolares. Eles terão acesso a um ensino superior. Eles terão emprego formal, sim.

O diagnóstico não é uma condenação. Eles serão livres e farão o que quiserem, desde que tenham condição pra isso. O Estado precisa assisti-los e cumprir com o seu compromisso de estado democrático de direito. E nós, famílias, manteremos as matrículas nas escolas privadas, públicas ou filantrópicas. Estaremos sempre de mãos dadas com vocês, instituições empenhadas nessa causa. Inclusão educacional é emergente. Nós exigimos e somos muitos.

Pela atenção e oportunidade, agradeço. Um forte abraço a todos, em especial às Mães Atípicas de Cacoal e vossos filhos. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, professora Ana Rubia. Leve o nosso abraço a todas as mães aí de Cacoal, do Estado de Rondônia.

Nós vamos convidar novamente para fazer uso da fala a Dra. Flávia Albaine. Vamos tentar, ver se conseguimos nos conectar.

A SRA. FLÁVIA ALBAINÉ FARIAS DA COSTA (Por videoconferência) - Oi.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - OK, estamos ouvindo a senhora.

A SRA. FLÁVIA ALBAINÉ FARIAS DA COSTA (Por videoconferência) - Boa noite, agora vocês estão me ouvindo. Ótimo. Gente, boa tarde.

Primeiramente, eu vou fazer a minha audiodescrição: eu sou uma mulher branca, de cabelos castanhos claros, ondulados, um pouco abaixo do ombro. Eu uso, no momento, óculos vermelhos quadrados, batom vermelho, uma leve maquiagem no rosto. Uso também um vestido vermelho estampado de manga comprida. Atrás de mim há uma porta de madeira e um pedaço da parede de cor branca. Eu estou aparecendo no vídeo apenas do busto para cima.

Bom, feita a minha audiodescrição, eu quero agradecer ao Deputado Cirone pelo convite. É um prazer estar aqui colaborando com os debates. Quero agradecer também... Ouvi ali a fala de várias pessoas queridas, a Flaviana, a Klivia e outras pessoas. Então, assim, o meu abraço carinhoso para todos e todas, em especial para as mães e pais de crianças com deficiência, que enfrentam diariamente uma luta que não é fácil.

E agradecer pelo convite para estar aqui colaborando com um tema, pelo qual particularmente eu tenho um carinho enorme, de extrema importância para qualquer transformação social que se pretenda, profunda e duradoura, nós temos que investir na educação. Não há transformação social sem educação, mormente em se tratando de um grupo, que são as pessoas com deficiência, que possuem um histórico de exclusão e violência muito grande.

Então, gente, a minha fala vai se dividir em três partes principais. Na primeira parte, como eu tenho formação jurídica, eu vou falar alguns conceitos sobre legislação, diferentemente do que já foi falado aqui,

para não ficar repetitivo.

No segundo momento, eu vou trazer aqui algumas barreiras que eu detectei. Eu fiz uma pesquisa de campo no Cone Sul do Estado. Fiquei dois anos visitando escolas da região do Cone Sul do Estado, conversando com professores, profissionais da educação, conversando com pais e mães de crianças com deficiência. E essa pesquisa de campo me possibilitou detectar algumas barreiras. E eu percebi, também, já conversando com as pessoas aqui em Porto Velho, Cacoal e outros lugares no Estado, que essas barreiras muitas vezes acabam se repetindo em outras regiões do Estado.

E, depois de trazer essas barreiras, eu vou trazer algumas reflexões, que barreiras foram essas que eu encontrei na pesquisa de campo. Eu vou trazer algumas reflexões sobre maneiras de superar essas barreiras. Já quero deixar aqui de antemão avisado que a nossa pesquisa de campo está disponível para os técnicos do Tribunal de Contas que irão trabalhar com a temática — já passei para a assessoria do deputado —, assim como o nosso livro sobre a educação inclusiva — também já conversei com a assessoria do deputado que alguns exemplares serão doados pelo Projeto Juntos Pela Inclusão Social, que é o projeto que eu coordeno, para os técnicos do Tribunal de Contas.

Bom, vamos lá. A nossa Legislação trabalha com modelo social de deficiência, que, para quem não sabe, o modelo social de deficiência vem superando modelos pretéritos, como o modelo de prescindência e o modelo médico. E o modelo social entende que a deficiência é a conjugação de dois fatores. A deficiência deixa de ser uma questão do indivíduo, ela não é mais vista como um problema do indivíduo, para ser vista então agora como um problema social, da sociedade, que a sociedade — que somos nós, todos nós aqui presentes e a sociedade como um todo — é que tem que eliminar.

E a deficiência passa a ser a conjunção de dois fatores. Um, são as características individuais da pessoa; e o outro são as barreiras presentes no meio social em que ela vive. A conjugação desses dois fatores é que vai dizer se existe ou não deficiência naquele caso concreto.

Então, se a pessoa está em um meio que é extremamente exclusivo, com muitas barreiras, haverá a caracterização de deficiência no caso concreto. Agora, hipoteticamente, se ela estiver em uma sociedade inclusiva onde já tem havido a eliminação de barreiras, então, apesar de alguma característica, alguma limitação sensorial, física que ela tenha, não haverá deficiência naquele caso concreto. Infelizmente, a nossa sociedade ainda está muito longe de conseguir eliminar essas barreiras. Por isso nosso trabalho aqui deve ser intenso e constante, porque esse modelo social coloca a responsabilidade em nós. Ele passa a dizer que a deficiência não é mais da pessoa, a deficiência é da sociedade que não tem capacidade para incluir todos os seus cidadãos, independentemente das características que eles tiverem. E no ambiente escolar o mesmo raciocínio se aplica com a necessidade de eliminação de barreiras.

Ressalto ainda que a eliminação de barreiras não é algo que se faz e acabou. Eu eliminei a barreira, agora está pronto, nunca mais teremos problemas desse sentido e acabou. Não. A eliminação de barreiras é um eterno fazendo, um eterno construindo, um eterno se comprometendo. Então, eu tenho que mapear as barreiras, que foi isso que nós fizemos na nossa pesquisa de mestrado, mapear as barreiras através da escuta ativa, ouvindo os atores envolvidos no sistema, fazendo visitas in loco, conversando com as pessoas. Depois que eu faço o mapeamento dessas barreiras, eu começo a pensar em propostas para a superação ou pelo menos para o abrandamento dessas barreiras. Sendo que essas propostas também são construídas em conjunto com os atores sociais envolvidos, e não, por exemplo, eu como pesquisadora ou como defensora pública que vou dar uma solução para a sociedade. Eu vou construir essa solução junto com a sociedade. E ainda que a gente não consiga eliminar totalmente essas barreiras — a barreira está aqui —, ainda que eu não consiga eliminar, tirar totalmente essa barreira, eu começo a criar fissuras para possibilitar o maior acesso à educação inclusiva, que é um direito fundamental.

Nesse sentido, citamos várias legislações, algumas já foram mencionadas. Como, por exemplo, a Lei Brasileira de Inclusão, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, o artigo 24 da Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência, incorporado pelo Brasil com status constitucional. Quer dizer, tem hierarquia constitucional, que é a maior hierarquia que uma lei pode ter dentro do nosso ordenamento jurídico interno. Então, a Convenção, em especial seu artigo 24, tem essa hierarquia, tamanha a importância do tema. O Comentário Geral nº 4, do Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, inclusive citado em um dos últimos relatórios que a ONU fez sobre o Brasil, no que tange a implementação da Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência. Comentário Geral nº 4 este que trata da educação inclusiva e também traz diversos dispositivos sobre o tema.

Só a título aqui, nós não teremos tempo hábil de aprofundar em cada uma dessas nuances que o Comentário e a Convenção trazem, mas só para vocês saberem, a título exemplificativo, ele trabalha conceitos como adaptações razoáveis, medidas de apoio para as crianças, para os familiares e para o corpo docente, porque essa tríade é que vai funcionar: a criança, a família e a escola. E ainda temos um quarto elemento, que é a sociedade. O abandono de conceitos tradicionais como, por exemplo, o fim daquela ideia de normalização, de que a pessoa com deficiência é que tem que se normalizar para poder se enquadrar na sociedade. Isso acabou. Agora é a sociedade que tem que ter essa capacidade de incluir a pessoa com deficiência. E os objetivos da educação inclusiva, que, dentre eles, é conceder um grau de autonomia e possibilitar a efetividade do direito à educação.

Cito, também, aqui rapidamente, a ADI 5357 - Ação Direta de Inconstitucionalidade 5357 -, já julgada

pelo nosso Supremo Tribunal Federal, entendendo que as escolas públicas e particulares têm a obrigação de eliminar barreiras para a educação inclusiva, e não podem cobrar nenhum valor a mais dos alunos com deficiência ou de seus familiares. Por quê? Porque eu falei agora há pouco que, de acordo com o modelo social, é a sociedade que tem essa obrigação de eliminar barreiras. Então essa obrigação é da escola; então, você, pai ou mãe, se você matriculou seu filho numa escola particular ou pública e está sendo cobrado a mais por isso, essa conduta é ilegal, é inconstitucional; isso pode, inclusive, constituir crime. Procure a ajuda de uma instituição que possa lhe ajudar. Nesse sentido, já decidi o nosso Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 5357.

E eu também cito aqui uma pesquisa que fizemos no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia sobre o interposicionamento do tribunal, no que tange a educação inclusiva. Eu, particularmente, analisei, fiz uma pesquisa exaustiva no site do tribunal, analisei processo por processo, li a íntegra dos votos e percebemos que até 2018 havia, ainda, o entendimento do tribunal, mais cauteloso, no sentido de conceder medidas de inclusão escolar com base em argumentos como separação dos poderes e reserva do possível. Entretanto, em meados de 2018, o tribunal dá uma reviravolta, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO, dá uma reviravolta nessa jurisprudência para priorizar a implementação prática do direito fundamental à educação de crianças e adolescentes, inclusive, com obrigação solidária entre município e Estado. Então se torna uma obrigação solidária entre o Estado de Rondônia e os seus respectivos municípios. Estas são algumas considerações que eu queria fazer. Obviamente que há muito mais aí, sob o ponto de vista legal, mas a gente tem que respeitar o tempo. Quem sabe, num outro momento a gente aprofunde.

Bom, em relação às barreiras, pela pesquisa de campo que nós realizamos, só para explicar primeiro: o que são barreiras? O conceito está lá no artigo 3º, acho que o artigo 3º da nossa Lei Brasileira de Inclusão. Barreira é qualquer entrave que impossibilite a pessoa com deficiência de gozar dos seus direitos e deveres com plenitude, em condições de igualdade com as demais. E no caso da escola, a gente chama de barreiras escolares. E nós detectamos, lá na realidade do Cone Sul — e acredito que essa realidade seja uma realidade do Estado inteiro, pelo que eu tenho conversado com movimentos e pessoas. Eu terminei a minha dissertação de mestrado, mas meio que comecei a fazer um levantamento por conta da própria, entre aspas, sobre essas barreiras nos demais locais do Estado. Então, eu detectei 6 gargalos, 6 grandes barreiras principais. E essas 6 grandes barreiras se subdividem em outras, que são, acredito, que sejam de 6 grandes pontos que a gente precisa atacar se a gente quiser uma educação inclusiva efetiva no nosso Estado.

Primeiro, o espaço-escola, a acessibilidade dentro da escola, rampa, o professor-mediador, o cuidador; segundo, a família, a rede de apoio para a família, onde

entra, por exemplo, a assistência social, a informação, a educação em direitos à família; o terceiro, diagnóstico e tratamento, porque percebemos que há, às vezes, uma dificuldade muito grande de se fazer um diagnóstico, não é? Os profissionais da Saúde têm mais conhecimento do que eu nesse sentido, mas pelos relatos que eu coletei, alguns pais e mães falavam que, por exemplo, um filho autista, você não faz um diagnóstico do autista apenas numa consulta médica. Você precisa, muitas vezes, de diferentes profissionais para avaliar aquela criança. Mais de uma consulta, mais de um profissional para poder avaliar aquela criança e fechar o diagnóstico. E com esse diagnóstico, ainda colhi relatos de algumas escolas — não todas — que só estavam ofertando atendimento educacional especializado para crianças com laudo. Enquanto a criança não tivesse laudo, ela não teria esse atendimento educacional especializado. Então isso é um problema sério que a gente precisa pensar, por exemplo.

Então essa questão do diagnóstico e do tratamento. Porque como já foi dito aqui por palestrantes anteriores, a Saúde e a Educação precisam andar juntas. Para que a criança tenha um bom desempenho escolar dentro da sala de aula, ela precisa estar com um tratamento de saúde bom; ela precisa estar tomando a medicação, precisa estar frequentando a terapia certa para que ela tenha condições — porque ela tem condições, ela só precisa receber o tratamento adequado —, para absorver o conteúdo pedagógico que está sendo passado.

Então, o primeiro foi espaço-escola; a família; diagnóstico e tratamento. O quarto: recursos humanos, que é a falta, por exemplo, de um brinquedo de material adequado dentro da escola. Eu visitei escolas, e as escolas da zona rural estavam em condições ainda mais precárias do que as escolas da zona urbana. Assim, muito mais precárias, que não tinham sala de atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncionais. Então, recursos humanos, onde a escola não tem dinheiro, não tem infraestrutura, falta o jogo pedagógico, falta o ambiente para sala de recurso multifuncional, por exemplo.

O quinto gargalo que eu identifiquei: a formação docente; os profissionais da educação reclamando de abandono, porque eles falaram assim: “a gente não tem formação continuada. O Governo, muitas vezes, não nos oferece. Eu não tenho conhecimento técnico para saber lidar com isso”. Então eles precisam também desse suporte, desse apoio.

E o sexto grande gargalo que eu identifiquei foi informações sobre deficiência, que é a falta de informação de muitas famílias, principalmente as famílias mais carentes, de baixa renda, da zona rural, principalmente, que não têm noção do que uma deficiência, que não têm noção do tratamento, que não têm noção do que fazer nesses casos.

Então esses foram os seis grandes gargalos. E, obviamente, que esses seis gargalos se subdividem em outros, que aqui eu não vou ter tempo hábil para falar, mas que eu já disse que deixo a disposição a pesquisa

de campo para quem tiver interesse em verificar quais são as subdivisões que nós fizemos de cada uma dessas seis barreiras identificadas, desses seis grandes grupos de barreiras identificadas.

E, uma vez detectadas essas barreiras, através da escuta ativa, como eu falei, que é você ir em campo, não tenha a ilusão de que todos os problemas vão chegar até você. Eu, inclusive, já falei isso para os meus colegas defensores públicos. O defensor, a defensora pública precisa sair do gabinete, precisa ir para a rua ver o que está acontecendo. Porque tem gente que sofre violação de direito de tal tamanho, não tem nem noção de que está sofrendo violência, ele não vai chegar até a Defensoria Pública, ele não vai bater no seu gabinete. É você que tem que ir para a rua ver o que está acontecendo.

Então, através da escuta ativa, visitas in loco, vai procurar as famílias de crianças com deficiências, vai procurar os movimentos sociais em proteção das pessoas com deficiência, vai entrar em contato com os professores, vai visitar as escolas e veja o que está acontecendo. Saia do gabinete e vá para a rua se você realmente quer resolver problema. Então, através dessa escuta ativa, o mapeamento das barreiras e uma vez feito o mapeamento dessas barreiras, você vai começar a construir soluções para, caso você não consiga superar totalmente a barreira, que pelo menos haja uma fissura na existência de cada uma dessas barreiras. Se for possível superar totalmente, melhor ainda. Se não, pelo menos que você consiga realizar uma fissura nessas barreiras.

E essa construção, como eu disse, é uma construção conjunta, no caso, aqui, dos técnicos do Tribunal de Contas em conjunto com a sociedade, em conjunto com os professores, com pais, com as pessoas com deficiência, enfim. E nós, na nossa pesquisa, a gente propôs algumas possibilidades, como, por exemplo, a criação de um Fórum Permanente de Educação Inclusiva; a criação de uma Comissão Sistematizada Multidisciplinar com profissionais de diversas instituições para contribuir; a criação de uma rede de apoio com as principais instituições do sistema jurídico e de entidades da sociedade civil; a criação de um modelo padrão, tanto para a rede estadual quanto para rede municipal de ensino, visando atendimento individualizado e especializado ao aluno com deficiência; a disponibilização pública de informações; a educação em direitos; os Termos de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça, por exemplo, com o Tribunal de Contas; a participação de grupos de trabalho envolvendo gestores municipais e estaduais; a implementação da matrícula antecipada no âmbito municipal e estadual, porque com a matrícula antecipada a escola já sabe quais são os alunos com deficiência que ela vai receber e ela já consegue se preparar, não podendo mais dar aquela desculpa que não sabia, que foi pega de surpresa e que não conseguiu colocar um mediador ali, por exemplo; a implementação de projetos; a mediação escolar, instituto extremamente importante de ser realizado, que é o diálogo da escola com a família, cada um entendendo o lado do outro; a parceria

com a Secretaria Estadual e Municipal de Educação; as Audiências Públicas, como é o que nós estamos fazendo aqui; a criação de Comissões e Conselhos; a participação de projetos de cidadania bilíngue para intérprete de libras, de projetos, por exemplo, como "Conhecer o Direito"; a realização de diálogos administrativos para tentar solucionar situação na via administrativa através do diálogo, da conversa com alguma instituição, algum intermediando esse diálogo; a realização de palestras e seminários para possibilitar a educação em direitos; de reuniões, rodas de conversa; Termos de Solicitação de atenção especial à criança com deficiência, por exemplo; e as visitas técnicas às escolas municipais e estaduais para levantamento das demandas.

Então, pessoal, essa foi, no tempo que me foi concedido, foram algumas das colocações que eu trago para vocês. Reiterando, mais uma vez, o meu carinho e o meu abraço às pessoas queridas que eu estou vendo que estão participando da Audiência Pública. E agradecendo mais uma vez o convite e deixando o Projeto Juntos pela Inclusão Social a disposição para ajudar naquilo que estiver ao nosso alcance. E já adiantando a doação de exemplares do nosso livro sobre Educação Inclusiva para os técnicos do Tribunal de Contas. Muito Obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Doutora Flávia, pela sua participação aqui conosco. Contribuiu muito com as várias falas que a senhora fez aqui em relação à Educação Inclusiva. Agradecemos a disponibilidade em fornecer esse material de pesquisa da senhora, os estudos que a senhora já fez. E com certeza vamos precisar que a senhora ajude a compor essa equipe multidisciplinar para que possamos, junto com os nossos técnicos do Tribunal de Contas, a gente fazer um grande trabalho de diagnóstico da nossa Educação Inclusiva no Estado de Rondônia e implementar aqui em nosso Estado. Muito obrigado pela sua participação conosco.

Eu gostaria de convidar para usar a tribuna desta Casa, ou pode falar da bancada onde está, a dona Marxlene Bezerra, professora, mãe atípica e representante da Comissão das Mães Marias, para falar sobre o tema "Capacitação de Professores e Profissionais". O microfone de uma de vocês, que está via remoto, está ligado, por favor. Doutora Flávia.

A SRA. MARXLENE BEZERRA VIEIRA – Boa tarde a todos e a todas. Vou fazer a minha autodescrição: eu sou Marxlene, tenho os olhos castanhos, o cabelo com tons avermelhados, as unhas estão com esmalte vermelho, estou com vestido preto. É um prazer estar com todos vocês aqui, neste momento. Em nome do Deputado Cirone, quero agradecer a todos que compõem a Mesa, a todas as queridas mães que estão aqui também, porque como vocês eu também sou, mãe da Marina - que está ali comigo, fez questão de vir, Marina, bem ali, linda, linda, linda —, fez questão de vir, disse: "Eu quero Audiência, e Audiência Pública".

Ela apresenta o TEA (Transtorno do Espectro Autista),

tem 21 anos e é um prazer, realmente, ter a Marina conosco, porque se não fosse ela, se não fossem os nossos filhos, nós não estaríamos aqui neste momento, com certeza. Porque nós somos movidos pelo amor, nós amamos verdadeiramente a cada um deles, com certeza. E eu falo para você que é difícil, me pediram uma fala técnica, nós vamos falar também, fazer uma fala técnica, mas a mãe intercrucza com a pedagoga, com a coordenadora do Projeto Movidos pelo Amor ao Autismo, que é um projeto que tem como ênfase o voluntariado. Ele funciona há 10 anos — vai fazer 10 anos agora em Junho —, em Porto Velho, Rondônia, onde nós temos uma equipe de profissionais voluntários das mais diversas áreas: assistentes sociais, psicopedagogos, fisioterapeutas, educadores físicos; temos nutricionistas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais.

Eu estou emocionada, sinceramente, quero até pedir um copo com água, porque eu estou emocionada neste momento de falar, porque eu já tinha prometido para mim mesma que eu voltaria aqui, nesta plenária, mas somente quando eu verificasse a possibilidade de avanço, avanço da Educação Inclusiva. Porque não adianta apenas vir e falar e ter leis, nós precisamos que elas sejam, de fato, operacionalizadas na prática. Eu estou precisando de um copo com água, por gentileza. Muito emocionada, nunca aconteceu, mas estou hoje.

Eu sou pedagoga, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia; Especialista em Gestão Escolar; Metodologia do Ensino Superior; Professora Universitária há mais de 20 anos, em Porto Velho, nos cursos de graduação, de pós-graduação; também ministrante de cursos na área de Gestão Escolar, na Educação Inclusiva. Melhorou, obrigada. Coordenadora do Projeto Movidos pelo Amor ao Autismo há 10 anos. E nós vamos falar exatamente sobre a importância dos profissionais da escola no contexto da Educação Inclusiva. Não adianta apenas falar do professor. Nós temos que pensar que a escola é uma organização onde existem profissionais que compõem essa instituição. Por isso mesmo a formação tem que ter como foco os profissionais da escola.

Quando eu falo os profissionais é desde a entrada, desde a recepção, realmente, todos que fazem parte desse processo. Porque o currículo, a trajetória, o percurso faz parte de todo esse processo. E vai culminar exatamente onde? Na sociedade, onde os nossos filhos terão realmente o seu direito operacionalizado na prática, com certeza.

E a educação inclusiva... o que seria educação? Eu pensei, e nada melhor do que ressaltar a teórica Ilza Martins Santana, que fala: "Educação é um ato essencialmente humano". Por que é um ato essencialmente humano? Porque envolve todas as dimensões do ser humano: afetiva, social, cultural, familiar. A educação tem esse viés. E a inclusão? O que é incluir? O que é o ato de acolher? Incluir é o ato de fazer parte. Incluir é o ato de ter possibilidades iguais. Incluir é compreender. É preciso conhecer para conviver; ou é preciso conviver para conhecer. E eu complemento: é preciso conhecer para conviver, para que eu possa compreender. Porque

somente assim eu farei com que a educação inclusiva seja de fato e de direito, operacionalizada na prática, que é o que desejamos. De maneira efetiva.

Então, de acordo com a BNCC (Base Nacional Curricular Comum), a formação integral do aluno é o alvo da educação inclusiva, em todas as suas dimensões. E temos alguns pontos importantes, só para refletir. Creio que já foi falado bastante hoje à tarde. Nós tivemos já uma visão, um panorama, realmente, um desenho da educação inclusiva, mas eu gostaria de ressaltar que: pontos importantes para pensarmos: a gestão precisa ser inclusiva. Esse é o primeiro ponto. Não adianta ter a lei apenas, mas o profissional que é o diretor da escola, que faz parte da escola, o supervisor; o coordenador pedagógico; o orientar educacional precisa também ter uma perspectiva inclusiva. Porque se ele tem a perspectiva inclusiva, se existe uma gestão inclusiva, com certeza, teremos uma equipe da escola inclusiva.

Outro aspecto importante que já foi mencionado, mas que é importante. Nós não queremos, e enquanto pedagogas vimos, na visão técnica, que não adianta ter apenas o acesso à escola, mas é preciso que haja a permanência com qualidade na escola. A legislação diz: matricule. Existe uma legislação. Porém, a permanência, exatamente nesse momento nós vemos um gargalo aí, um desafio, que é o permanecer na escola, e com qualidade, para que de fato exista uma educação com qualidade, com sucesso. E uma inclusão. Porque, eu penso que a inclusão, queridos e queridas, seja um processo em construção, que nós estamos aprendendo a cada dia. Por que não dar essa oportunidade? Por que não fazermos acontecer? Por que não?

Também, partindo desse pressuposto, quero dizer que é importante ressaltar a questão da matrícula. Quando eu falo em acesso, eu falo em permanência, eu falo de matrícula. E quando eu falo de matrícula, o acolhimento é necessário. O acolhimento é necessário, porque muitas vezes quando nós chegamos ou quando um pai chega na escola, o que acontece? Ele espera. Ele tem expectativas. E muitas vezes essas expectativas são frustradas. Até por uma palavra. Então, pensemos nisso. A humanização faz parte desse processo. Ela precisa realmente que aconteça na prática. E eu só posso fazer isso como? Quando eu tiver esse olhar. Quando eu tiver esse olhar de educador. Quando eu tiver esse olhar holístico. Quando realmente eu perceber que eu preciso acolher e, principalmente, ter uma visão empática. Quando eu falo de empatia não é apenas se colocar no lugar do outro, mas é estar com o outro. Realmente vivenciar esse momento, as dores, as alegrias, as conquistas.

Eu amo a pedagogia. Eu escolhi a pedagogia. Não sei se a pedagogia me escolheu, mas eu escolhi também a pedagogia. Eu amo o que faço. Eu amo Educação. E muitas vezes, quero dizer que foi — por isso que eu falo, intercrucizam-se as falas. A Marina está aí. Hoje nós estamos trabalhando em relação a essa questão, mas nem sempre ela teve essa oportunidade. Marinha estudou até os 5 anos de idade no período da educação

infantil, há 21 anos. E ficou 8 anos sem estudar. Sério. E quando eu chegava nas escolas, os diretores diziam: gestores... O que que eles diziam? "Na minha escola só estuda criança normal"; "eu prefiro ficar com 25 do que matricular a sua filha para perder os 25". Então, realidade. Na realidade não é apenas uma questão técnica, mas principalmente vivência. Por isso que eu falo, enquanto pedagoga, enquanto mãe também, porque vivenciamos e vivenciamos ainda hoje. Estamos aguardando um retorno em relação ao mediador escolar para que ela possa dar continuidade e prosseguimento aos seus estudos.

Partindo dessa questão da matrícula, é importante que realmente a entrada desse aluno na escola seja pensada, seja planejada, levando em consideração as habilidades, as singularidades e potencialidade dos alunos, possibilitando a aprendizagem. Importante: o diagnóstico, como já foi falado, não pode ser visto como uma sentença final. O contrário, ele exatamente é o norteador, é o princípio para que estratégias educativas possam acontecer realmente na prática. Ele é o início.

Muitos diagnósticos têm servido para determinar aquilo que o aluno não pode fazer. Eles, no entanto, devem ser usados para orientar: de onde devemos partir? De onde devemos partir? Mudar essa lógica fará toda a diferença no trabalho com os alunos. E isso independe de laudo. Com laudo ou sem laudo, aluno típico ou atípico, o acolhimento faz parte. Devemos respeitar as singularidades. Devemos respeitar as particularidades, sim, dos nossos alunos.

Por isso é importante que o projeto pedagógico da escola seja realmente pautado no cenário da diversidade. Porque nós trabalhamos com a pedagogia da diversidade. Diversidade étnico-racial, diversidade econômica, diversidade social, diversidade cultural. E as pessoas com deficiência estão fazendo parte dessa diversidade. Respeitar a subjetividade. Por isso mesmo o projeto pedagógico nesse cenário. Pensar as ações do projeto pedagógico. Projeto pedagógico contempla 4 ações pedagógicas: dimensões pedagógica, administrativa, jurídica e financeira. Por que não pensar nesse momento coletivamente? Por que não traçar estratégias dentro do projeto político-pedagógico para que na ponta chegue realmente essa educação inclusiva, que é necessário e, mais do que isso, é um direito do aluno. Não é um favor. É um direito do aluno.

Ambiente educacional flexível e acolhedor. Importante. Eu falo: "Eu vou bater nessa tecla do acolhimento, vou estar falando sobre isso", por quê? Cada caso é um caso. Cada caso é um caso. Nós somos seres singulares. Nós somos seres particulares. Nós somos seres únicos. Nessa mesa a diversidade está presente. Com certeza. Na Plenária a diversidade está presente. Nesse ambiente a diversidade está presente. Nós temos que ter a visão holística, a visão do todo, mas não podemos deixar de pensar também na questão específica ou em um acompanhamento individualizado, se assim for necessário. Porque cada caso é um caso.

É importante, sim, envolver todos os segmentos

da escola no processo de inclusão. Desde a recepção, desde o agente da portaria, desde quem está entregando ali naquele momento o ato da merenda, quem está no laboratório de informática, quem está na biblioteca. Porque tudo isso é currículo. E o que é currículo? É o percurso, é a trajetória. E de maneira efetiva o currículo culmina onde? Em sala de aula, onde o professor faz esse trabalho exatamente dentro desse processo.

Importante, sim, capacitação. Por isso que eu falo: "capacitar quem? Não apenas os docentes, mas capacitar os profissionais da escola". Capacitação, sim; formação, sim; e formação continuada. E formação em serviço. Eu acredito que seja importante. Porque muitas vezes nós não detemos o conhecimento, mas tendo a experiência e o contato, e sendo supervisionados por profissional que pode contribuir, com certeza, teremos uma educação inclusiva de fato e de direito. Vamos pensar sobre isso.

Criação de novas formas de planejamento, de estruturação do processo de ensino-aprendizagem, planejamento direcionado às necessidades dos alunos, com certeza. Por isso, para que eu possa planejar, eu preciso primeiramente do quê? Conhecer o aluno. Se eu trabalho com aluno com TEA, eu preciso conhecer, sim, sobre o TEA, sobre o Transtorno do Espectro Autista, sobre as características, sobre a vivência dele cotidiana. Eu preciso. Eu preciso fazer isso. Porque ele é uma pessoa. Essa pessoa é alguém. E ela tem uma identidade. E nós temos que trabalhar nessa questão. Sim, é uma pessoa e tem uma identidade. E tendo uma identidade, precisa ser respeitada, acolhida e, principalmente, ela deve chegar, sim, ao pleno sucesso e ao pleno desenvolvimento humano como diz a Constituição Federal.

Vamos lá. Conhecer o aluno, conhecer seus interesses, conhecer suas dificuldades, conhecer suas facilidades, realmente valorizar as inteligências múltiplas que ele tem. É uma linguagem técnica, mas é importante que nós possamos conversar sobre isso. Até para que possamos ampliar o nosso olhar. Que inteligências? Quais inteligências?

Howard Gardner, ele fala sobre as inteligências múltiplas, que são 8: inteligência linguística, inteligência lógico-matemática, inteligência espacial, inteligência naturalista, inteligência musical, inteligência sinestésico-corporal. São várias, onde eu posso sim realizar um trabalho pautado para a pessoa — primeiro a pessoa — dentro do processo inclusivo, considerando, sim, as inteligências múltiplas. Porque partimos do pressuposto e sabemos mesmo que todos são inteligentes e capazes. E eu acredito, como diz Howard Gardner, eu concordo com ele. Eu concordo com ele.

Então, vamos lá. Vamos trabalhar, vamos trazer um planejamento realmente que possa atingir a necessidade. Por isso a importância de elaborar o PEI, que é o Planejamento Educacional Individualizado. E esse PEI de que tanto se fala: "o PEI, o PEI"... O PEI é amparado pela Lei de Inclusão; pela LBI (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), pela Lei 13.146/2015;

também pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), ou LDBEN, que nós podemos chamar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96. Sabemos que, antes da Lei 9.394/96, tivemos duas outras LDBs, mas que não contemplavam o processo de inclusão, que foi a LDB 4.024/61, a LDB 5.692/71, mas a 9.394/96 vem com toda essa roupagem, ela vem com toda essa questão, realmente, de que é importante, sim, que possamos trabalhar essa questão, e vem a proposta também que dá base para o planejamento educacional individualizado.

O que seria o PEI? O PEI é uma proposta de organização curricular que norteia a mediação pedagógica do professor, assim como desenvolve os potenciais ainda não consolidados do aluno, o registro ou mapeamento do que o sujeito já alcançou, do que a pessoa já alcançou e o que ela ainda necessita alcançar. É fundamental para que se possa pensar o que vai ser feito para que ele atinja os objetivos propostos. Porque quando nós elaboramos um planejamento, nós que estamos na escola temos uma sequência didática que agora nós chamamos de competências, habilidades, metodologia, recursos e avaliação. E tudo o que nós fazemos tem que voltar para onde? Para, exatamente, as habilidades que possa falar e para que ele possa ser uma pessoa competente.

Em relação ao PEI, quando eu falo em adaptações curriculares, eu não penso em adaptações de maneira solta, de maneira isolada nem de maneira solitária. As adaptações curriculares estão contempladas onde? No PEI, no Planejamento Educacional Individualizado. E o que são as adaptações curriculares? As adaptações constituem possibilidades educacionais de atuarem frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõe-se que se realize adaptação do currículo escolar, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos. As adaptações podem ser tanto de grande porte como podem ser de pequeno porte. Já foram faladas as de grande porte. Nós temos a questão, que é importante, que para que as adaptações aconteçam, haja essas eliminações de barreiras, que já foram citadas. Que barreiras? Quais barreiras? Barreiras arquitetônicas, barreiras atitudinais e barreiras comunicacionais.

Em sala de aula, o que são as adaptações curriculares? Vou fazer só esse fechamento, porque eu pensei: "Tem que refletir, tem que fazer uma reflexão para poder, no caso, trazer sugestões e ações"; eu penso sobre isso, e muito, e muito. Então, as adaptações possíveis no nível de sala de aula são as seguintes, queridos e queridas: adaptações de objetivos de aprendizagem, adaptações de conteúdos, adaptações de metodologias, adaptações de materiais, adaptações no processo de avaliação, adaptações do espaço físico e organização do espaço, se for necessário.

Se o aluno — nós temos que pensar — precisa realmente de uma adaptação, certo; mas pode acontecer de o aluno precisar de uma supressão de estudos. A supressão de estudos, o que seria? Vou dizer de maneira

bem prática: um aluno está lá no sexto ano, o aluno ainda não está alfabetizado no nível abrangente (ler, escrever e compreender), porém o que nós fazemos? Nós vamos adaptar os conteúdos em história, geografia, ciências. Sim, com certeza, a adaptação pode acontecer nesse processo. Já em língua portuguesa e matemática, temos que pensar, é necessário? Será que vamos fazer uma adaptação curricular ou vamos fazer uma supressão de estudos com ele? Considerando o nível em que ele se encontra. Considerando o nível em que ele se encontra em relação à escrita — por isso que temos que estudar, temos que ler, temos que buscar. Quando eu falo em nível de escrita, eu falo de Emília Ferreiro. Eu estou falando aqui que tem pedagogos da Seduc (Secretaria de Estado da Educação), Semed (Secretaria Municipal de Educação), todos estão aqui, também creio que estudam sobre isso. Temos que estudar o nível em que ele se encontra, se ele é pré-silábico, se ele é silábico — depois nós podemos conversar sobre isso —, se ele é silábico alfabético, se ele é alfabético, o nível de desenvolvimento em que ele se encontra, se ele é sensório motor, se ele é pré-operacional, se ele é operatório concreto, se ele está no operatório abstrato.

Então, nós temos que considerar. Não é algo simples: "vou elaborar um PEI" e "vou elaborar um planejamento". Eu preciso conhecer sobre isso. Eu preciso conhecer o aluno, preciso conhecer sobre a deficiência, preciso fazer um inventário de habilidades, realmente, de acordo e em consonância com o nível em que ele se encontra com a finalidade que ele o quê? Avance. Avance significativamente. Isso é importante para que ele possa ter autonomia. Porque esse é o nosso desejo, que os nossos filhos tenham: autonomia. É o que nós desejamos.

Então, processo inclusivo pedagógico escolar deve envolver a equipe gestora, os profissionais da escola, os pais, a família, os alunos, também, da escola. Porque quando eu falo de inclusão eu não falo apenas o aluno com deficiência, mas eu falo também do outro colega, do aluno que está incluso nesse processo. É importante fazer um trabalho com eles também, lógico. Temos que conversar com eles sobre, até para esse ambiente ser um ambiente propício para que, de fato, esse aluno possa estar presente. O cuidador, como já falamos, já foi falado, é importante, professor regente, professor titular de sala de aula, o professor de apoio, mediador, que nós chamamos de mediador escolar, professor de apoio, acompanhante especializado, como diz a Lei 12.764/12. São nomenclaturas, porém é a presença do mediador.

E quem é o mediador? É o responsável pelas atividades de acompanhamento pedagógico, tanto das atividades curriculares como extracurriculares. Quem é o mediador? É o profissional que faz a conexão entre o professor regente e o aluno. É importante, olha a suma importância. Então tem que ter essa parceria. E o professor regente também deve compreender o papel do mediador para que haja realmente parceria no trabalho de ambos. O AEE precisa funcionar na escola, o Atendimento Educacional Especializado. A articulação entre Educação,

Saúde e Ação Social, já foi falado. Porque trabalhamos a questão pedagógica, e a questão multidisciplinar? E a questão, realmente, do levantamento socioeconômico da vida desse pai e dessa mãe?

No Projeto Movidos pelo Amor, a porta de entrada do projeto é o serviço social. Eu acredito que na escola também deveria ser o serviço social, porque a partir disso nós vamos verificar realmente o que precisa, o que é necessário, porque assim podemos fazer uma formação integral, de fato e de direito. De fato e de direito. Equipe multidisciplinar, rede de apoio – precisamos -, grupo de pais, temos que trazer informação, enfim - eu estou falando, vou já concluir.

Temos a Semed, a Seduc. Eu gostaria muito que houvesse uma parceria da Semed com a Seduc. Sabe por quê? Porque as nossas crianças crescem. Elas estão na educação infantil, vão para os anos iniciais do ensino fundamental, vão para os anos finais, vão para o ensino médio e, sem dúvida nenhuma - um representante, não sei se aqui tem, eu não vi, mas da instituição, da universidade, das faculdades -, porque se nós estimularmos precocemente teremos, sim, possibilidades que os nossos filhos também possam chegar ao ensino superior.

Sugestões: Desenvolver, em parceria com o gestor escolar, um protocolo de acolhimento contendo estratégias curriculares na perspectiva inclusiva, garantindo o acesso e a permanência do aluno com TEA na escola. E eu quero me colocar a disposição. Eu tenho um projeto elaborado, eu quero dizer, ele até foi o início do meu projeto de doutorado. Coloco a disposição, caso o Ministério Público e o Tribunal de Contas, enfim, queiram, nós estamos juntos. Reunião com equipe de profissionais da escola para elaborar um plano estratégico, treinamentos, realização de eventos pedagógicos e capacitação da equipe de trabalho.

Vamos lá. Estabelecer parcerias. Por que não? Estabelecer parcerias com instituições de ensino superior, realizar trabalhos integrados com a escola, os vários segmentos da sociedade, não apenas as universidades, as faculdades, mas os empresários também, pessoas que querem investir nessa área. Por que não? Com as famílias, com os interessados na temática, com as secretarias municipais, estaduais, trilhas de aprendizagem, seminários, workshops, cursos, mesas redondas, painéis integrados. São tantas ideias, mas precisa acontecer. Com temáticas urgentes da sociedade.

Eu sugiro algumas temáticas, por exemplo: inclusão escolar, mediação escolar. Eu trabalho, sou ministrante de cursos, eu trabalho com cursos de mediação escolar, enfim, eu estudo também, porque eu preciso compreender o processo. Alfabetização, muitos sabem que é o princípio, o desejo de muitos pais e mães é que os filhos sejam alfabetizados. Adaptações curriculares, orientações para elaboração do PEI, elaboração do Planejamento Escolar Individualizado, também elaboração do plano de aula de acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

A BNCC é riquíssima. A BNCC trabalha a perspectiva inclusiva, trabalha a interdisciplinaridade, trabalha a transversalidade, vocês estão entendendo? Trabalha. E ainda tem mais, a BNCC eu posso trazer para o viés da deficiência. Eu trabalho com a BNCC, com o viés do TEA, e dá para trabalhar muito bem educação infantil, Semed, com os campos de experiências, trazendo essa questão. Nós trabalhamos com essa questão. Enfim.

Elaborar projetos e propostas de atividades multidisciplinares. Implementar, de fato, um programa de formação continuada. Formação do educador da educação infantil e de todos os segmentos da realidade, anos iniciais, finais, ensino médio. A Marina está no ensino médio. Minha filha ainda não apresenta alfabetização abrangente, de nível abrangente, falo isso, porém é um direito dela estar no ensino médio. Ela tem direito, sim, às adaptações curriculares; ela tem direito, sim, à supressão de estudos; e se depender de mim ela continua. E eu espero que a resposta seja favorável do Ministério Público em relação ao mediador escolar.

Realizar avaliação na perspectiva inclusiva e, porque não, produções de cunho científico? Porque não participação de projetos de intervenção escolar, estabelecer essa parceria com as faculdades, para que possa realizar esses projetos?

Concluo minha fala dizendo o seguinte e pensando: quais são essas dificuldades? Eu gostaria de saber. Será que é tão difícil assim operacionalizar na prática? O que falta? O que falta? É o orçamento que não contempla? É a capacitação? É a falta de informação? Se for, vamos estudar, vamos buscar. Eu não sei tudo também, mas eu estudo e eu creio que nós estamos aqui e não existem parceiras melhores do que (aponta para as mães na plateia): olha. É. Vamos aplaudir - do que as mães, sim -. Vamos aplaudir as mães, porque as mães são parceiras dentro desse processo, porque vivenciam a ponta e conhecem as necessidades. O que desejamos? Uma sociedade equânime. Uma sociedade justa. Uma sociedade solidária. Uma sociedade em que existam possibilidades iguais. Uma sociedade equânime, com igualdade. É o que desejamos. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Professora Marlene Bezerra. Vamos, sim, precisar desse material. A senhora pode disponibilizar. Nossos auditores do Tribunal de Contas vão estar analisando esse material. Obrigado pela contribuição e pela fala.

Vamos chamar a Tércia Marília. Psicóloga, analista de comportamento certificada pela QABA; formação em ESDM pela Mind; Mestre em Distúrbios do Desenvolvimento pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Diretora técnica e fundadora do grupo Neurokind; primeira provedora ABA do Estado de Rondônia, desde 2016.

Eu já conhecia a senhora. Várias pessoas falaram de seu trabalho aqui no Estado de Rondônia, do seu empenho na questão das pessoas com deficiência. Quero agradecer a senhora por estar aqui e trazer para nós aqui o tema; "Estruturação de toda a comunidade escolar: como e

com qual base científica. Formação continuada”.

A senhora está com a palavra para falar da bancada ou da tribuna, como assim preferir.

A SRA. TÉRCIA MARÍLIA MARTINS BRASIL - Muito obrigada. Vou falar daqui mesmo. Primeiramente, eu vou me descrever. Sou mulher branca, com cabelos ondulados, castanhos claros abaixo do ombro. Uso óculos marrom e uma blusa marrom.

Meu nome é Tércia Marília Brasil, sou psicóloga, sou analista do comportamento, Mestre em Distúrbios do desenvolvimento pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e eu fui a primeira psicóloga, no norte do Brasil, a receber uma certificação internacional por meio de uma board (Conselho) americana que confere aos usuários finais que recebem serviços baseados em ABA (Applied Behavior Analysis. Sigla em inglês que significa Análise do Comportamento Aplicada) a garantia de que esse serviço estará sendo realizado com qualidade. Hoje, eu direciono um grupo que se chama Grupo Neurokind. Kind significa gentileza em inglês. Nós cuidamos hoje de 240 crianças que estão no espectro do autismo. Nós fomos a primeira provedora do norte do Brasil que conseguiu realizar, junto a três operadoras de saúde, uma das três maiores operadoras de saúde do Brasil, o provimento via plano de saúde para 3 ou 4 horas de trabalho baseado em ABA para atendimento intensivo das crianças que estão no espectro do autismo aqui no nosso Estado.

O que nós fazemos hoje, pessoal, nada mais é que um arranjo clínico do que deveria ser feito dentro da escola. Nós temos hoje uma nomenclatura dentro de uma das nossas clínicas que se chama ABA Clínica-Escola. Nós, então, atendemos essas 240 crianças, cerca de 2, 3 ou 4 horas por dia, a depender da necessidade delas. E hoje nós somos a maior provedora de ABA do norte do Brasil. Quando a Elissandra fala de sofrimento — eu até gostaria que projetassem, por gentileza, o meu slide, se possível, para que as pessoas pudessem acompanhar as informações que eu trago, porque elas são muito importantes. Quando a Elissandra fala de sofrimento, ela está falando do indivíduo com autismo na escola. Eu vou utilizar o autismo aqui como exemplo, porque é o que eu faço. Mas a gente pode desdobrar esse raciocínio para todas as outras deficiências, tudo bem?

Quando a gente fala do autista na escola, a gente está falando de uma dificuldade de relacionamento entre os colegas e os professores; a gente está falando de crianças com habilidades motoras irregulares; a gente está falando de crianças com comportamentos auto e heterolesivos. Autolesão, para quem não sabe, é a criança que se machuca. Ela se bate. E heterolesão é a criança que bate nas outras pessoas. Crianças que fazem, também, por diversos momentos do dia, destruição de propriedade. Fala e linguagem ausentes. Funções sensoriais importantes, tais como visão, audição, tato, gustação, dor, equilíbrio, disfunções auditivas. Para crianças que têm disfunções sensoriais auditivas, a escola é o pior lugar. Infelizmente.

Todas as experiências educacionais devem ser inclusivas. Faculdades, senti falta das faculdades aqui, hoje; escolas e creches. Seja pública ou privada. A educação inclusiva deve derivar da necessidade do aluno e não de uma formatação que venha da nossa cabeça, mas sim de uma necessidade que vai derivar. As práticas baseadas em evidências, em grande maioria, definem que os indivíduos devem ser atendidos a partir de planejamento centrado nas suas necessidades individuais — que foi a fala providencial que a professora Marxlene trouxe agora a pouco.

As práticas baseadas em evidências não são consensuais, infelizmente. Alguns professores, nem todos os professores que defendem a educação inclusiva defendem práticas baseadas em evidências científicas. Existe um grupo que defende práticas baseadas em evidências e existe um outro grupo que não. Ou seja, nem todos definem a pertinência do que estão fazendo por meio de rigor metodológico. O dinheiro público precisa ser bem aplicado. Não cabe aqui discutirmos sobre achismos. Em vários países em que a educação efetivamente funciona, não é opcional, é obrigatório trabalhar com base em ciência, porque não se joga dinheiro fora e os agentes públicos podem ser punidos severamente nesses lugares em que isso acontece.

Não se negocia o desenvolvimento e a autonomia dos nossos meninos. O que eu vou falar agora é muito triste e não é fácil ouvir, principalmente para os pais das crianças, mas eu preciso que os senhores escutem isso, especialmente Secretários de Estado, pessoas que são do Poder Executivo, especialmente eles. Não se negocia desenvolvimento e autonomia, é mais barato para o Estado que os indivíduos aprendam habilidades na infância, especialmente em idade precoce, para que possam trabalhar no futuro e para que os recursos do Estado não precisem ser destinados no futuro a mais pessoas em moradias assistidas, hospitais psiquiátricos e também dentro do sistema penitenciário. Porque nós temos muitos autistas hoje presos. Nós temos autistas lá na psiquiatria do HB (Hospital de Base). O Estado erra duas vezes com essas pessoas: quando a gente não oferece atenção, atendimento de qualidade na primeira e na segunda infância; e também quando a gente prende os nossos meninos e quando a gente os coloca lá na ala psiquiátrica do HB. É ruim de ouvir, não é? Mas é a verdade.

Quando a gente fala de inclusionismo. Eu, por exemplo, eu sou uma profissional que lida diuturnamente com escolas. Escolas públicas, escolas privadas. Quando a gente fala de inclusionismo, a gente acredita que o objetivo ali, enquanto inclusionistas, é ajudar o aluno no domínio das habilidades que o tornam independente dentro e fora da escola — que foi o que Marxlene acabou de trazer. Portanto não existe inclusão sem saber especializado e sem levar em consideração práticas baseadas em evidências científicas. Inclusionistas totais acreditam que a escola é importante mais para que o aluno possa fazer amizades e para fortalecer habilidades de socialização. Isso é uma visão míope e preconceituosa

de que eles vão lá para passear e para passar o tempo que não têm capacidade de aprender.

Quando a gente olha para todas essas características e critérios diagnósticos que vocês estão vendo ali (**slide**), todas essas dificuldades do indivíduo autista na escola, a gente vai observar que isso tudo aparece para nós aqui em forma de excessos e de déficits comportamentais. E quando a gente fala de excessos e déficits comportamentais — e a gente está falando da persistência desses sintomas em ambiente escolar —, a gente está falando que para cada área do desenvolvimento desse indivíduo, desse aluno, esse indivíduo pode requerer muito suporte, médio suporte ou requerer apenas um suporte leve. É disso que a gente está falando.

E aí, quando a gente fala de eliminação de barreiras, a gente precisa falar de eliminação de barreiras das mais simples às mais complexas, porque quando a gente não elimina barreiras simples, elas se tornam muito complexas. Assim como a gente, quando a gente elimina barreiras mais complexas do nosso aluno, elas se tornam barreiras mais simples. Significa, então, que eu não posso dizer que eu tenho um aluno que é autista severo, por exemplo, e que ele vai ser autista severo para sempre. Porque quando eu estou falando de nível de autismo, eu estou falando de nível de severidade, eu estou falando de suporte. E o cara que precisa de muito suporte é porque ele não tem um ambiente arquitetado para que esse suporte seja dado. Por isso ele é autista severo. Quando a gente começa a trabalhar a linguagem, cognição, aprendizado, autonomia, independência, habilidades de vida diária, esse indivíduo pode, sim, sair de um nível de suporte 3 de autismo severo para se tornar um indivíduo com um nível de autismo moderado. Da mesma forma que o autista leve, que reque pouco suporte, aquele que a gente fala “ah, está tudo bem com esse menino mesmo, ele é um autista leve, ele não precisa de mediador, ele não precisa de ajuda”. Esse menino que a gente deixa de ajudar, que a gente negligencia, ele pode se tornar um autista moderado em alguma área do seu desenvolvimento.

Portanto é muito importante que a gente saiba que excessos e déficits comportamentais são o parâmetro principal que nós devemos levar em consideração quando a gente vai trabalhar e a gente vai pensar numa perspectiva de inclusão.

Veja, a Universidade da Carolina do Norte, em 2014, fez um estudo que gerou um manual que identificou aqui, gente, 27 práticas baseadas em evidências científicas para tratamento de indivíduos com autismo. Dessas 27 práticas, 23 práticas são baseadas em ABA. A pergunta que eu faço para os senhores é: por que não estão investindo em outros formatos de treinamento para os professores hoje nas escolas? E por que hoje nós não utilizamos de evidências científicas de eficácia dentro do ambiente escolar para a gente pode fazer a inclusão de fato acontecer?

Aqui, eu gostaria de falar para vocês sobre a ABA. ABA, em inglês, significa Applied Behavior Analysis; em

português significa Análise do Comportamento Aplicada. É uma abordagem científica, é uma ciência que utiliza de técnicas que buscam mudar o comportamento e melhorar a vida das pessoas, ou seja, a partir desta perspectiva que tem evidências científicas, nós podemos arquitetar o ambiente, desenvolver tecnologias e fazer um trabalho muito bom na vida dos nossos meninos.

Observem bem que a ABA pode ser utilizada até em Indústria de Serviços Humanos, Educação e Educação Especial. E observem que aquela parte preta, ali da nossa figura, demonstra que ela é muito mais utilizada em áreas de prática para indivíduos que estão no Espectro do Autismo, porque 95% deles funcionam com esse modelo de aprendizagem, essa ciência de aprendizagem.

É muito importante que a gente diga que o comportamento que nós temos que mudar no indivíduo precisa ser importante para quem o rodeia, precisa ser um comportamento socialmente significativo e, sobretudo, nós temos que saber medir e quantificar o que nós estamos fazendo na escola. Nós temos que trabalhar com práticas baseadas em evidências para que a gente consiga, a partir daí, fazer uma aplicação sistemática de princípios de aprendizagem e de técnicas de forma a aumentar o funcionamento adaptativo desse indivíduo de forma a tornar esse indivíduo mais autônomo, mais independente.

De que forma, então, nós podemos ajudar as nossas crianças na escola? A partir de comunicação funcional, redução de comportamentos difíceis, atividades de vida diária, habilidades sociais, alfabetização, alimentação dentre outros aspectos.

E eu quero mostrar para vocês ali, gente, que isso não é caro, não. Lá nos Estados Unidos e em outros países em que a ABA na verdade é obrigatória — porque se tem evidências científicas, eu tenho 27 estudos e 23 dizem que deve ser baseado em uma ciência de comportamento para tratar indivíduos que apresentam transtornos de comunicação complexos —, nós temos uma infinidade de currículos. Quando a Professora Marxlene traz ali que existe um currículo que deve ser utilizado, eu quero ilustrar para vocês o que a gente vai fazer. A gente precisa mapear as habilidades do indivíduo. E isso daqui tudo é muito barato. Não é caro para o Estado mapear habilidades, mas sabe qual é o grande problema que eu observo? Hoje, a gente, os nossos gestores públicos não atuam com base em evidências científicas. A gente não tem prestado atenção nas evidências, no que tem de melhor, e a gente tem, infelizmente, feito uso do dinheiro público de uma forma inadequada.

Observem o que a Professora Marxlene fala lá de novo, são todas essas áreas da vida do indivíduo que a gente precisa planejar. Se a escola fizer isso daqui, a gente vai ter um parâmetro. Senhores, olhem esse pequeno gráfico que eu trouxe para vocês. Quando a gente faz uma avaliação de um aluno, aquilo ali é o que um aluno de 2 aninhos deveria estar fazendo, um aluno de desenvolvimento neurotípico com 2 anos. Respeitando a neuro diversidade, a gente olha para aquele gráfico

e a gente fala o seguinte: "Nossa, uma criança de 2 anos de idade tem que estar com aquelas habilidades pintadinhas em verde ali já desenvolvidas".

Aí, é o que uma criança um pouquinho maior, de 3 anos, com desenvolvimento neurotípico, já é para estar desenvolvendo com 3 anos de idade; 4 anos de idade, ali em azul; 5 anos de idade em roxo. Abaixo do roxo, eu gostaria que os senhores vissem o repertório de um aluno que nós utilizamos, uma avaliação de até 5 anos de idade. Ali é o nosso aluno autista gente, esse aí é o nosso aluno com deficiência intelectual. Ele não faz coisas de uma criança de 2 anos, de 3 anos de idade, em grande maioria. Certo? É isso, não é, mãães, aí em cima? Os nossos meninos têm muitas dificuldades.

A questão é que a gente pega essa informação aqui e necessariamente a gente precisa, nós precisamos criar objetivos para os nossos alunos que sejam objetivos mensuráveis, objetivos realizáveis e objetivos que sejam quantificáveis. E para algumas pessoas, inclusive da área da Educação, infelizmente, que eu já tive contato, isso aqui é um modelo, por exemplo, de um plano de ensino individualizado. Não muito tempo atrás, quando ocorreu um fato aqui em Porto Velho de um aluno que foi, infelizmente, retirado da sala de aula, eu tive a infelicidade de ouvir uma pessoa que tem a capacidade de decisão do Executivo dizer que nunca tinha visto um PEI na vida. É isso aqui, senhores, um Plano de Ensino Individualizado, que deve ser aplicado com os nossos alunos, está certo?

E não adianta só aplicar um Plano de Ensino Individualizado, a gente tem que medir se o aluno está aprendendo, porque se ele não estiver aprendendo, a gente troca o jeito de ensinar. Porque o princípio da aprendizagem diz que todo indivíduo, todo ser humano é capaz de aprender, nós só temos que saber a forma certa de ensinar. Por isso que nós devemos trabalhar tecnologias que possam nos ajudar a medir o desenvolvimento dos nossos alunos em sala de aula para que a partir disso a gente possa tomar decisões assertivas. E aí, sim, a gente está falando em um processo de inclusão.

Algumas sugestões para falar para vocês que incluir é muito difícil, é demorado, requer investimentos, mas a gente precisa primeiro saber onde é que estão as nossas crianças. Eu tentei fazer uma solicitação de autorização para fazer minha pesquisa de doutorado e nem o Estado, nem o Município sabem dizer onde é que os meninos estão, quantos eles são, qual é o diagnóstico verdadeiro deles. A gente precisa trabalhar em conjunto com os Agentes de Saúde, porque muitas das nossas crianças estão com diagnósticos incorretos.

Eu vou dar um exemplo para vocês de Vilhena. Eu e o Doutor Raul Rodrigo fomos contratados pela AMAVI, que é a Associação de Pais e Amigos do Autista de Vilhena, e nós fizemos em uma semana um trabalho de diagnóstico de 60 crianças, naquela localidade. Infelizmente, dessas 60 crianças, 90% delas estavam com diagnóstico errado. Alguns não eram autistas, pasmem; outros, além do autismo, existia em comorbidade deficiência intelectual

e nunca havia sido diagnosticada, e por isso a mãe nunca entendeu porque ele nunca aprendeu na escola. Alguns, além do autismo, também apresentavam TDAH, que é Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, porque 80% dos nossos meninos com autismo também têm TDAH. Nós refizemos mais de 90% dos diagnósticos dos nossos meninos de Vilhena, ligados à AMAVI.

Nós precisamos, então, mobilizar os agentes públicos, quanto ao uso do dinheiro público com base em evidências científicas. Eles precisam gostar de ciência, precisam defender a ciência. Diferente disso, a gente não vai ter mudança nenhuma. A gente precisa mobilizar os nossos professores, orientadores e supervisores de que cada tipo de deficiência, de que cada tipo de necessidade individual conta com formas específicas de atendimento, também baseado em evidências.

A gente tem que mobilizar uma estrutura tecnológica do Executivo para que isso ocorra. Sem tecnologia nada vai acontecer. A gente precisa modificar o modelo de capacitação de pessoas. É preciso a gente falar que temos que pegar as coisas na mão para fazer. Não adianta a gente fazer à distância. Tem dois anos que a gente fez um curso para os professores do município, à distância. Inclusão a gente pega na mão. Não dá para fazer inclusão se a gente não pegar na mão para fazer. Ponto final.

Criar indicadores de continuidade de qualidade para que tanto a ocorrência, quanto a manutenção dos serviços, a exemplo das Agências Reguladoras Educacionais de países em que a inclusão é efetiva. E a gente precisa garantir mais gente, mais pessoas, pois o cuidado centrado no indivíduo, independentemente do nível de suporte dele, independentemente da área da vida dele, precisa ser individualmente. Não tem jeito, não adianta colocar o menino na sala de aula, a gente precisa dar suporte individualizado para esses meninos.

Eu não negocio sobre práticas baseadas em evidências. É o mesmo que dizer que a gente vai dar o nosso coração para um médico que não é cardiologista operar. Eu não negocio sobre práticas baseadas em evidências, eu não negocio direitos dos nossos meninos. Certo?

Hoje nós fazemos esse trabalho com essas 240 crianças, mas nem de longe chega para quem deveria de fato chegar. Por isso eu estou aqui. Embora eu trabalhe na iniciativa privada, eu sou professora, também, de Ensino Superior. É muito importante que eu possa devolver à sociedade todo esse conhecimento que eu pude ter ao longo de todos esses anos.

São 7 anos que eu estudo evidências científicas e que a gente trouxe um processo inovador para o Norte do Brasil. E por essa razão, a gente sabe que é possível fazer, porque na iniciativa privada a gente está fazendo isso, então a gente acredita que a iniciativa pública, que o serviço público também possa prestar um serviço de qualidade. Por essa razão eu não negocio sobre práticas baseadas em evidências, senhores. Se quiserem contar com a minha ajuda, eu estou à disposição.

Hoje nós fazemos as crianças desenvolverem linguagem, cognição, fala, alfabetização, reduzir comportamentos

auto e heterolesivos. E nós sabemos como fazer isso. Mas nós não negociamos com práticas baseadas em evidências. E nós não negociamos com dinheiro público dessas mães, dessas pessoas que estão em sofrimento, porque nós não utilizamos evidências científicas para fazer inclusão. É como tomar vacina, a gente não negocia. Tudo bem?

Eu gostaria de parabenizar o Grupo Sapiens, porque foi a primeira escola do Município de Porto Velho — a gente tem que dar a Cesar o que é de Cesar — que abriu o drive deles para a gente acessar — sabe o quê? — o Planejamento Educacional dos nossos meninos de lá, para poder fazer um agrupamento ao Plano de Ensino Individualizado da equipe de ABA (Análise Comportamental Aplicada). Meus parabéns.

Por essa razão, a gente está aqui de coração aberto para estabelecer parcerias. O Grupo Neurokind hoje é o maior grupo da Região Norte que trata autismo com evidências científicas. Somos 58 colaboradores. Também quero agradecer ao Colégio Tiradentes. Ontem à noite eu estive lá para a gente abrir a semana, abrir a nossa sala de recursos para a gente começar fazer esse trabalho. E hoje nós já recebemos áudios de professores, já com alguma mudança na conduta. E é sobre isso gente. Muito obrigada.

Isso é o que eu gostaria de trazer para vocês. Muito obrigada pela abertura, pela oportunidade de falar daquilo que eu acredito, que eu vivencio e daquilo que, de fato, a gente sabe que pode agregar valor a esse processo. E agradecer sobretudo às famílias que aqui estão presentes, àquelas que a gente trata e àquelas crianças que a gente ainda não trata, mas que a gente deseja que, através da escola, através daquilo que é público, que elas têm direito, elas possam ter acesso a um atendimento de qualidade centrado na pessoa. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Tércia, por essa participação. Nós vamos, sim, o Tribunal de Contas junto com seus auditores, os técnicos, o seu Presidente, vão estar em contato com você também, para que você possa contribuir com esse conhecimento que você quer dar para a sociedade. E que possamos realmente implementar políticas públicas, assim como você tem 200 e poucas crianças lá, que essas crianças do poder público tenham condições, também, de ter esse acesso e vamos, sim, contar com a sua colaboração.

Quero comungar com você da ideia que o Estado deve investir nessas crianças. Poder educá-las, poder minimizar a situação dessas crianças com deficiência. Porque enquanto crianças ainda tem as mães, tem os pais, e se nós não dermos uma condição dessas crianças, quando adultos, acontece o que você acabou de citar, de estar ali dentro do HB (Hospital de Base) e outros casos mais. Então nós precisamos, sim, implementar essas políticas aqui no Estado de Rondônia. E não é só pelo gasto, é para dar dignidade a essas pessoas.

Quero aqui, de forma on-line, convidar a Doutora Luiza Corrêa a participar conosco nessa Audiência Pública.

A Doutora Luiza que já vem contribuindo conosco no Gaepe (Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação em Rondônia). Participou conosco ali no Gaepe, das nossas atividades junto ao Tribunal, juntamente aos órgãos de controle e a todas as entidades que participam do Gaepe, da Secretaria de Estado, Secretarias Municipais. Vou fazer a apresentação do currículo da Doutora Luiza.

Luiza Corrêa é coordenadora de advocacia do Instituto Rodrigo Mendes. Mestre e Doutora em Direito, é responsável por produzir dados, informações e conhecimento que apoiam o avanço da educação inclusiva no país e garantir que essas informações sirvam para uma melhoria nas políticas públicas relacionadas à educação inclusiva.

Obrigado, Doutora Luiza, por participar, por contribuir nessa Audiência aqui no Estado de Rondônia. A senhora está com a palavra.

A SRA. LUIZA ANDRADE CORRÊA (Por videoconferência) – Obrigada. Agradeço muito pelo convite, deputado, a toda a Mesa, todos os presentes e as presentes aqui nesta Audiência Pública. Eu tinha uma apresentação de slide — não sei se teria como passar aqui —, mas eu queria iniciar a minha fala, já que eu comecei logo na sequência da fala da Doutora Tércia Marília, pontuando que, de fato, direito não se negocia. E no Brasil, o direito dos estudantes com deficiência é de estudar na sala de aula comum, junto com os seus pares da mesma idade. E é obrigação do Estado remover as barreiras para que isso possa acontecer com qualidade.

A ABA (Análise do Comportamento Aplicada) e essas terapias que podem ou não ser indicadas para cada pessoa de acordo com a sua própria necessidade e impedimento, com certeza, pode e deve ser fornecida pelo Estado de maneira complementar. Porém a legislação manda que seja financiada com dinheiro da Saúde e não com dinheiro da Educação. Tudo o que for Educação deve ser pedagógico. É direito da criança — não importa se ela tem TEA (Transtorno do Espectro Autista) ou qualquer outra deficiência — receber, assim como todos os alunos brasileiros, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), o currículo que é destinado a todo aluno brasileiro independente de suas características físicas, sensoriais, de gênero, raça, onde ele mora, territorialmente, no nosso país.

Então achei importante começar pontuando que, de fato, o uso de dinheiro público tem que se dar de forma adequada. E essa adequação é investindo nas escolas públicas comuns, onde todos os estudantes frequentam, para melhorar a qualidade da educação para todos e garantir a permanência dos estudantes com deficiência, e o AEE (Atendimento Educacional Especializado), os suportes necessários, a formação de professores, todos os encaminhamentos que a gente precisa para conseguir ter uma educação de qualidade nas escolas comuns, onde todo mundo frequenta junto.

Então, para começar, eu brevemente vou apresentar o Instituto que eu represento.

(apresentação de slides)

Eu trabalho no Instituto Rodrigo Mendes, nós somos uma organização sem fins lucrativos, que temos a missão de colaborar para que toda criança, 100%, nenhuma de fora, tenha uma educação de qualidade nas escolas comuns. Isso inclui trabalhar para reduzir a exclusão escolar, a evasão escolar, garantir que toda criança seja matriculada nas escolas comuns e também garantir a qualidade e a permanência dessas crianças nas escolas. Para isso a gente trabalha por meio de projetos em uma estrutura baseada em 3 pilares. O pilar de advocacy, que é o que eu coordeno, um pilar que trabalha no sentido de promover as políticas públicas de educação inclusiva. O segundo pilar é de formação de professores; ele visa disseminar conhecimentos, ferramentas, metodologias para que os professores das salas de aula comuns e toda a comunidade escolar — como foi dito aqui por uma mãe, uma palestrante anterior —, desde a portaria, da merendeira, entendam a inclusão e trabalhem com ela, apoiem-na.

A gente tem um site, eu queria contar para todos e todas aqui, porque o Diversa é o maior portal latino-americano de boas práticas da educação inclusiva. Ele traz diversos artigos, informações, estudos de caso, materiais pedagógicos acessíveis. É aberto ao público, a todo mundo, é só acessar. Tem bastante informação, bastante material.

E a gente tem uma plataforma de cursos que é on-line e totalmente gratuita. Então, todos os educadores e quaisquer pessoas interessadas podem entrar e fazer os nossos cursos para aprender um pouco mais sobre como incluir os estudantes com deficiência.

A gente tem esse livro Educação Inclusiva na Prática, que também traz casos de boas práticas de educação inclusiva no país, em todo o Brasil. Tem exemplos de todas as regiões do Brasil nesse livro.

Eu vou trazer aqui alguns dados sobre as condições da política da modalidade de educação especial no Brasil hoje. Esses dados são importantes para a gente enxergar como a coisa vem acontecendo e também as lacunas, e poder trabalhar sobre elas.

A gente tem um problema no Brasil, que ainda está sendo negociado, a gente não tem hoje um modelo de avaliação biopsicossocial único da deficiência. A avaliação da deficiência precisa ser biopsicossocial porque a gente, hoje, usa a visão social da deficiência, como foi dito anteriormente, que vai olhar para as interações do indivíduo a partir daquele impedimento, mas especialmente com as barreiras que a sociedade impõe. Então, quanto menos barreiras melhor, mais facilitada vai ser a equidade, a igualdade de fruição de direitos para aquele sujeito na sociedade.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) fez uma mensuração que parecia superestimada, que 25% da população brasileira teria deficiência. E depois, em um recálculo, esse número reduziu. Então a gente está usando aqui o número da OMS (Organização Mundial da Saúde), que seria em torno de 15% da população, o que representaria 31 milhões de pessoas no Brasil.

Isso é o dobro da população de Guatemala, o triplo da população de Portugal, ou seja, um grupo de pessoas extremamente importante, representativo e que precisa ser muito valorizado.

Aqui, esse funil mostra com clareza como a gente precisa melhorar a qualidade da educação e as condições de permanência dos estudantes com deficiência. O número de matrículas, a porcentagem de matrículas dos estudantes vai reduzindo à medida que a gente avança no nível de ensino.

Esse próximo gráfico é aquele clássico do número de matrículas. A partir da assinatura e ratificação pelo Brasil da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o sistema educacional que deve ser adotado no Brasil, e que é direito das famílias e das crianças com deficiência, é o sistema inclusivo. O Comentário N.º 4 dessa mesma Convenção deixa bem claro que o Estado tem obrigação de paulatinamente fazer a transição de um modelo que era segregado para um modelo 100% inclusivo. A gente está no caminho, mas ainda não chegamos lá, ainda temos um pouco a avançar para que tenhamos todas as crianças fruindo do direito de estudar na mesma escola que o seu irmão, que o seu vizinho, que os colegas da mesma idade em geral.

Aqui a tabela mostra, por nível de ensino, o número absoluto de matrículas. Depois eu posso disponibilizar a apresentação para os senhores e senhoras, caso vocês tenham interesse nos dados. É importante mencionar que a distribuição de matrículas por região demonstra que a Região Norte e Nordeste são as mais avançadas no sentido do número de matrículas em escolas inclusivas; e o Sul e o Sudeste são os que estão mais atrasados nesses números.

É interessante esse gráfico porque ele mostra o avanço do número de matrículas nos últimos 10 anos — eu estou usando os dados do último censo de 2020, porque a gente não tem os microdados de 2021, isso é algo importante também, que a gente precisa desses dados que foram suprimidos pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e MEC (Ministério da Educação) para poder fazer políticas públicas de qualidade baseadas em evidências e dados —, mas ele mostra o avanço substantivo.

No caso de Rondônia, a gente tinha apenas 65% dos estudantes incluídos nas escolas comuns e hoje a gente já chegou a um patamar de 95% nesse Estado. Então, já foi um avanço significativo. Agora ainda faltam 5%, de desafios, para a gente ter o direito de todos garantido. Lembrando que no bloco de constitucionalidade toda criança tem direito de ser matriculada nas escolas comuns.

Eu preparei aqui, especialmente para hoje, um gráfico também dos números absolutos e do crescimento das matrículas no Estado, que foi um crescimento bastante substancial. Então, as políticas de educação inclusiva têm avançado nesse sentido, o que nos dá a oportunidade de começar discutir mais aprofundadamente a qualidade e a permanência dos estudantes nas escolas, e também a exclusão escolar. Ou seja, os estudantes que estão fora

das escolas e que sequer foram matriculados no sistema de ensino. Para isso a gente precisa de políticas de busca ativa, de políticas intersectoriais combinadas com Saúde e Assistência para entender onde estão esses estudantes e trazê-los também para dentro da sala de aula, para dentro das escolas.

Diferente do que foi dito na palestra anterior, esses estudantes não devem frequentar as escolas apenas pelo social, para fazer amizade, não é isso que a gente acredita. Na verdade, a gente acredita que a aprendizagem pedagógica é extremamente importante, tem que ser valorizada. E quando o estudante com deficiência entra na escola, as evidências já mostram que a aprendizagem de todos os estudantes, com e sem deficiência, melhora, evolui, tem incrementos.

Isso acontece por causa da busca dos educadores, gestores pedagógicos, da comunidade escolar, das famílias, do território que está envolvido, a busca por conseguir educar todos com qualidade. Isso transforma o modelo de ensino e causa as mudanças que a gente quer ver para que todo o modelo de ensino e aprendizagem evolua e, assim, garantindo também a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Eu trouxe aqui, para mostrar a vocês, a diferença — a gente não tem dados de Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de estudantes com deficiência porque essas avaliações não têm esse marcador, o que seria útil, importante, mas que também precisamos desenvolver novas maneiras de avaliar a aprendizagem dentro das escolas, que não sejam baseadas só em comportamentos sociais, ambientais, mas especialmente em aprendizagem curricular e pedagógica —, as taxas de distorção da idade para a série são infinitamente maiores nas instituições especializadas do que nas escolas comuns, inclusiva.

Um dado bastante importante, que chama a atenção, acende uma luz, é que a gente precisa muito, no Brasil, investir em acessibilidade nas escolas. A acessibilidade medida pelo Censo Educacional hoje é a acessibilidade física, arquitetônica, contempla sinais sonoros, sinais visuais, corredores, elevadores, escadas, corrimãos, banheiros, bebedouros, mas não contempla, ainda, outros tipos de acessibilidade que a gente também precisa olhar com cuidado, que são acessibilidade comunicacional, metodológica, atitudinal. Então, são dados e questões importantes, especialmente para o Tribunal de Contas avaliar, fiscalizar, porque 40% das escolas brasileiras não tem nenhum desses qualificadores de acessibilidade, e a maioria tem um só ou, enfim, muito pouca condição de acessibilidade fora todas essas que eu já mencionei, que não estão mensuradas aqui.

Um ponto importante, hoje, que a gente fala de ensino remoto, híbrido, é que menos de 1% dos sites brasileiros não apresentam barreiras de acessibilidade. Então, a gente, como sociedade, também precisa melhorar. Quando a gente fala de sites educacionais, isso chega a 3,88%. Então é o que eu falei: a gente está falando de acessibilidade arquitetônica nas escolas, mas

já chegou e já passou o momento de a gente discutir também a acessibilidade comunicacional. E a gente não tem provido isso para os nossos estudantes.

A mesma coisa para o uso do computador, internet, celular. A população com deficiência tem uma média de uso e acesso bem menor do que o restante da população, o que indica vulnerabilidade e também falta de acessibilidade e capacitação, recurso de tecnologia assistiva, enfim, outras necessidades de investimento e olhar público para a gente evoluir.

E também me foi solicitado para mostrar alguns casos em que a inclusão já aconteça e que aconteça de forma eficiente. Então eu trouxe alguns. Tem alguns vídeos aqui, mas pelo adiantado da hora, acho que não vai dar tempo de passar. Então eu vou apresentar oralmente os dois primeiros. Vou pedir para passar um pedacinho do vídeo do terceiro caso e aí vou fazer o encerramento da minha fala.

Então eu queria falar primeiro da Escola Clarisse Fecury. É uma escola em Rio Branco, no Acre, onde todo o território e a comunidade da escola se mobilizou e se movimentou para que, tanto o PPP da escola, o Projeto Político Pedagógico fosse inclusivo quanto as práticas pedagógicas fossem inclusivas; a educação física, as disciplinas dentro da sala de aula, todas em diálogo com a comunidade e com os familiares — as mães, especialmente, dos estudantes com deficiência. E vamos lembrar sempre, a gente fala muito de famílias e de mães, mas as avós dos estudantes com deficiência também importam, então, eles também foram ouvidos, as suas necessidades, como eles aprendem melhor. E, com isso, a escola inteira evoluiu e, hoje, é uma escola premiada, é uma escola bastante inclusiva e uma escola de referência nacional quanto à inclusão.

Tem o vídeo lá no site Diversa (Diversa - Educação inclusiva na prática), que esse vídeo tem 28 minutos. Então, é impossível mostrar aqui, mas é um vídeo que mostra direitinho toda a história e a complexidade deste caso e especifica todas as atitudes que foram tomadas em favor de incluir e melhorar a educação para todo mundo, não apenas para os estudantes com deficiência.

Outro exemplo é o Colégio Estadual Coronel Pilar, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, que também se mobilizou intensamente. E a principal característica desse caso é o trabalho colaborativo do professor de AEE (Atendimento Educacional Especializado) com o professor da sala de aula comum. A estudante com deficiência que vocês estão vendo é a Isabela, ela tem síndrome de Down. E o professor de AEE trabalha colaborativamente com o professor da sala de aula regular para fazer o planejamento, os estudos, o complemento. Lembrando aqui que a função do AEE não é terapêutica; ela é pedagógica, é complementar — nunca substitutiva — ao que é feito em sala de aula.

Quando o professor de AEE trabalha em colaboração com o professor da sala de aula comum, eles planejam em conjunto as aulas, de maneira que ela seja acessível, por meio do que a gente chama de desenho universal para aprendizagem. Ele dá uma

aula só, mas essa aula serve para todos os estudantes. Claro, sempre com os apoios necessários para aqueles estudantes que precisam. Vamos lembrar que alguns estudantes não precisam de apoio para aprender nas escolas comuns.

Eu trouxe alguns exemplos de vídeos em que os professores fizeram materiais pedagógicos acessíveis. Esse caso do “Librando” é um caso muito importante para falar de inclusão, pelo seguinte, a gente tem alguns casos desse no Brasil que são aqueles em que existe a educação bilíngue de surdos nas escolas inclusivas. Por que eu estou falando isso? Porque nesses casos os intérpretes ficam o tempo inteiro na escola, também nos intervalos, na entrada, na saída. E não só isso. Todos os estudantes aprendem a se comunicar por meio da Língua Brasileira de Sinais. Isso impede que o estudante fique isolado na própria escola. Então todo mundo passa a ser capaz de se comunicar com o estudante que é surdo. E aí ele fica incluído de verdade. Esse material foi um jogo, um desafio que o professor fez. Os estudantes tiravam uma carta e tinham que fazer o sinal daquela imagem ou uma palavra, e aí eles tinham que fazer as letras, por meio dos sinais, daquela palavra.

Eu vou mostrar para vocês só um trequinho do vídeo do Muiraquitã, que é um vídeo super legal. Se puder dar play para todo mundo assistir, a gente vai assistir só um ou dois minutos do vídeo.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Só tem imagem, nós não temos o vídeo.

A SRA. LUIZA ANDRADE CORRÊA (Por videoconferência) - Eu acho que você tem que colocar “habilitar a edição” ali em cima, onde está essa faixa amarela. Bom, não tem problema, eu posso explicar. Todos esses vídeos são de materiais pedagógicos acessíveis. O “Arizinho” é de conta matemática, mas o importante desses casos é mostrar que no Brasil a inclusão já vem acontecendo. E que ela não acontece só nas capitais, só nas regiões que têm mais dinheiro. Ao contrário, ela vem acontecendo com muita qualidade, em muitas cidades, municípios e regiões do Brasil. A gente tem exemplos espalhados por todo o país. E cada vez mais a gente vem trabalhando para a inclusão acontecer de forma eficiente, com qualidade, garantindo a permanência dos estudantes e removendo cada vez mais as barreiras.

Para isso é preciso, claro, um investimento público, investimento público focado nas escolas públicas — e não nas instituições segregadas —, respeito aos direitos e, como foi dito aqui anteriormente — não preciso repetir —, a singularidade de cada um, as potencialidades de cada um. De fato, a gente acredita que o mundo inteiro muda, o mundo inteiro fica mais preparado para lidar com a diferença e com a diversidade quando a escola já inclui todos, quando a escola já é um ambiente de ensino e de aprendizagem compartilhado, respeitando as necessidades de todos os seus estudantes, então garantindo os direitos aos profissionais de apoio, ao AEE, o Atendimento Educacional Especializado, sendo

complementar e a tudo que a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva inclusiva, já prevê; algumas das políticas estaduais também, especialmente a nossa Constituição e a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Então era isso o que eu queria trazer hoje. O meu e-mail está no próximo slide. Eu fico a disposição para conversar, para responder dúvidas, para indicar os casos. E agradeço novamente pelo convite e pelo diálogo.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Dra. Luiza Corrêa, do Instituto Rodrigo Mendes. Obrigado por a senhora disponibilizar esse material para nós aqui. Vai ser de grande importância para que nós possamos fazer o diagnóstico, primeiramente, da nossa situação no Estado de Rondônia. E depois, juntamente com os técnicos aqui, com as nossas autoridades possamos fazer um plano de políticas públicas aqui para o Estado de Rondônia. Com toda certeza, houve hoje grandes avanços. Acho que contribuiu bastante com nossos auditores essa Audiência.

E para encerrar nós temos mais uma pessoa on-line. Então, enquanto retorna (a internet), quando a mãe estiver ok vocês avisam, por gentileza. Nós vamos aqui dar encaminhamentos finais à nossa Audiência Pública. Eu acho, eu acho não, eu tenho certeza que foi muito proveitosa. A robustez de material que nós temos aqui agora. E com certeza a gente vai ter grande avanço na temática. Eu convido, começar aqui pelo Excelentíssimo Doutor Julian. Obrigado, Dr. Julian. Nos cumprimentos o senhor não estava, mas obrigado pela sua presença. O senhor pode usar a tribuna para fazer o uso da fala. Doutor Julian que é Promotor de Justiça da Educação do Ministério Público do Estado de Rondônia.

O SR. JULIAN IMTHON FARAGO – Bom, olá, boa noite a todos. Primeiramente, agradecer pelo convite. É uma honra estar aqui participando de uma solenidade como essa. Eu sempre digo que o primeiro passo para a gente resolver um determinado tipo de problema, qualquer que seja ele, é reconhecer que ele existe e discutir acerca desse problema. Todos nós entendemos que a educação inclusiva no Brasil — não só em Porto Velho, não só em Rondônia — tem que ser melhorada, tem que ser incrementada. A parte da legislação, embasamento técnico, jurídico, legal, pedagógico foi muito bem explanado por todas as senhoras. Gostaria de parabenizar cada uma das senhoras que se manifestou na data de hoje. Mostraram muito conhecimento. A melhor maneira de você fazer valer um direito seu, dos seus filhos é você conhecer do que você está falando, é você saber a melhor maneira de se defender. E todas as senhoras mostraram muito conhecimento, muito embasamento, muita autoridade naquilo que cada uma das senhoras disse. Então, primeiramente parabéns para as senhoras. Quase como se fosse uma espécie de prestação de contas, hoje, por parte do Ministério Público, existe uma ação civil pública pedindo os profissionais, os mediadores para as crianças. Nós já obtivemos em 1º Grau uma

resposta positiva por parte do Poder Judiciário, estamos esperando recurso dessa decisão. Juntamente com o Tribunal de Contas e outras instituições de Defensoria Pública que compõem o Gaepe, agradeço sempre, todas as vezes. Uma das medidas, deputado, inclusive, foi uma participação sua no Gaepe, que provocou um procedimento no Ministério Público, justamente por essa necessidade de integração dos órgãos da Saúde, Assistência Social e Educação. Foi retirado de uma determinada Promotoria de Justiça, no caso a Saúde, foi levado para o grupo, o grupo GAECIV (Grupo de Atuação Especial Cível), que nós temos, um grupo de apoio aos promotores, justamente porque esse grupo trata de mais de uma matéria. Então, essa necessidade de integração é absolutamente importante, relevante. Não tem outro jeito de resolver qualquer problema que seja, hoje, sem essa integração entre os órgãos. Isso é absolutamente importante.

E ciente da necessidade de melhorar a quantidade de professores disponibilizados para os alunos da educação inclusiva. Na verdade, não só para os alunos da educação inclusiva, nós estamos sentindo um déficit de professores em geral, de algumas matérias na rede pública. Mas na rede, mais especificamente para os alunos da educação inclusiva, isso é uma realidade. Coordenado pelo Doutor Paulo Curi, Presidente do Tribunal de Contas, nós estamos elaborando um documento orientando que todos os gestores, todos os prefeitos, todos os Secretários Municipais de Educação analisem eventuais cedências de professores da área da Educação para outros órgãos.

Em algum momento a Saúde recebeu a maior atenção que nós deveríamos dar no auge da pandemia. Agora, eu entendo que nós devemos voltar os olhos com carinho, muita atenção para a Educação. Então, nesse momento é que nós estamos elaborando um documento para que cada um dos gestores, dos prefeitos, dos secretários revejam as cedências para outros órgãos. Isso é muito importante. Você que é secretário, você que é que é prefeito, que esteja acompanhando a presente solenidade, desde já faça essa análise. Traga para a sua Secretaria de Educação todos os profissionais possíveis que estão cedidos a outros órgãos.

Finalizando, com relação à responsabilidade pela educação das nossas crianças e adolescentes, a Constituição fala que é dever da família, da sociedade e do Estado, em igual pé de igualdade. Eu falo isso porque eu entendo que a presente Audiência Pública deve ser amplamente divulgada para que a sociedade tenha o conhecimento que já é das mães, que já é das famílias, que já é das autoridades, mas que precisa ser compartilhado com a sociedade.

Nós ouvimos aqui relatos de que outros pais não veem esses alunos com os olhos que deveriam ver. Então, a divulgação da presente solenidade para o maior grupo de internautas possível é de suma importância para que essa questão seja tratada como de interesse não apenas a família, não apenas as autoridades do Estado, mas também da sociedade como um todo.

De maneira breve era o que eu queria manifestar. E novamente agradecer e parabenizar pela iniciativa da presente Audiência, deputado. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Doutor Julian. Nas oportunidades que tive de participar das reuniões do Gaep, o Doutor Julian sempre presente nas reuniões. Ele que é responsável pela curadoria da Educação, sempre muito atencioso e preocupado realmente com a Educação no Estado de Rondônia. E o senhor falou uma realidade. Nós passamos desse momento da pandemia, se tornou endemia e agora nós temos que voltar os nossos olhos para a educação, que é a base da sociedade, não só do Brasil, mas da sociedade mundial. Obrigado. Parabéns, doutor. Obrigado pela participação.

Eu gostaria de convidar aqui o representante do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular do Estado de Rondônia, tanto das escolas, quanto das faculdades, o Senhor Augusto Pellucio.

O SR. AUGUSTO MEDEIROS PELLUCIO – Boa noite a todos. Primeiramente, parabenizar o Deputado Cirone Deiró pela Audiência Pública, em nome de quem cumprimento todas as autoridades presentes. Cumprimentar também o Senhor Paulo Curi, em nome de todos os educadores. Paulo Curi tem colocado a educação como pauta muito importante, então, acho que é importante destacar todo esse comprometimento.

Enquanto educador, enquanto representante do setor de escolas, eu nunca trago números da instituição que eu trabalho, mas como a doutora citou o nosso grupo, hoje nós atendemos quase cem crianças com laudos, 37 com TEA. E é, de fato, um grande desafio você fazer todo o processo de inclusão dentro da escola, por todos os pontos que são explanados. Sempre que eu participo de audiências como essas é um aprendizado enorme. E eu sempre gosto de trazer para todos a problemática que nós enfrentamos.

E antes de falar do ponto de inclusão em si, eu acho que é importante até trazer um assunto recente, que foi a pandemia. Eu estava vendo no meu Facebook, há dois anos a gente estava disparando um comunicado para todos os nossos pais, que as aulas estariam sendo suspensas por quinze dias. A gente recebeu um comunicado — um negócio meio sem pé e sem cabeça —, Rondônia não tinha nenhum caso de covid e já estava suspendendo a aula, e não sabia o que ia ser suspenso, e só depois do dia 18, 19 foi decretado um lockdown na cidade, aquele negócio. Parece que a gente revive cada dia, não é? Muitos dos senhores que hoje eu encontro presencialmente, a gente se cruzou por inúmeras audiências ou encontros virtuais. A gente começa a associar aquele rosto da tela para hoje, presencialmente, a gente estar aqui conversando.

E por que eu falo desse tema? Imediatamente, a gente, enquanto Sindicato, procurou o Governo para tratar desse caso da Educação. Porque a Educação não poderia parar. E por muitas vezes a gente foi muito mal

visto, como se a gente não quisesse que a Educação, não é... Primeiro, a gente pediu que a gente pudesse trabalhar on-line. E para isso a gente precisava ter uma autorização para que a gente funcionasse pelo menos isoladamente nas nossas escolas. Imagina que no final de março, com quinze dias de paralisação, a gente tinha dificuldade de ir para o nosso departamento pagar as pessoas, porque estávamos no lockdown, e até se locomover estava complicado. Então a gente: "olha, Governador, a gente precisa operacionalizar uma folha de pagamento para pagar as pessoas que estão trabalhando". E transmitir aula naquele momento, no final de março, quando 30% dos pagantes ficaram com medo daquela situação, deixaram de pagar — era uma situação muito complicada. Então, desde o início da pandemia foi algo muito assustador. E de imediato nós pensamos nos alunos com deficiência.

Resgatando até agora, dia 15 de maio nós conseguimos alterar o Decreto e conseguimos assistir os trabalhadores de serviços essenciais, que tinham seus filhos em creche, e todos os trabalhadores dos serviços essenciais, que tinham filhos com deficiência, que pudessem ter o atendimento presencial, com limitação de 20%. Na época era uma loucura você falar disso no meio de uma pandemia, "você está querendo fazer um atendimento presencial", "você é um louco", "você é genocida". Não. Nós temos crianças com TEA, que você demora muito tempo para conseguir criar um vínculo, e depois de 2 meses o vínculo estava se perdendo. E aquela relação era algo que a gente precisava reconquistar.

Então, felizmente, com 2 meses, a gente conseguiu essa autorização. Depois de 2 meses a gente conseguiu ampliar um pouco essa limitação. A gente conseguiu, de fato, retornar às atividades presenciais apenas em outubro do ano. Um gap gigante. A gente teve até... no início eu participava de muitas reuniões on-line, mas depois eu tive que reduzir muito, porque o trabalho dentro do ambiente de ensino aumentou muito, por inúmeras dificuldades. E o tema de inclusão sempre foi algo que eu gostei de participar pessoalmente.

Voltando um pouco agora à temática, em 2019, participamos de Audiência no Ministério Público. Levamos o, na época, o Alexandre de Jesus para debater dentro das escolas essa temática. Levamos para o ambiente superior, porque nós tentamos colocar dentro das horas-atividades dos profissionais essa temática, para você facilitar. Se fala tanto em custo, vamos tentar criar uma maneira de gerar um serviço com menos custo. Só que o ensino superior também foi transformado. Mais de dez faculdades particulares foram adquiridas e consolidadas. O número totalmente mudou. O ensino hoje, presencial, principalmente nas matérias de licenciatura, são muito pequenos presencialmente. As universidades estão vazias presencialmente. Então, hoje, mais de 90% da formação docente acontece on-line, o que aumenta muito o custo de capacitação dentro da escola.

Então, no serviço público existe uma estabilidade do servidor, mas na escola particular existe

um turnover, porque esse profissional é capacitado e ele emigra para um outro estabelecimento, onde pode crescer salarialmente, tudo isso. Então essa necessidade de capacitação é algo muito grande. Claro que não só desse tema — e até coloco, parabênzinhos demais de trazer a problemática para a gente tentar às vezes resolver um problema com soluções práticas. Não adianta a gente criar mais lei. Tem lei demais. No Brasil se escreve uma lei achando que isso vai resolver o problema, e não é assim. Então a Escola do Legislativo pode contribuir com capacitação, às vezes simples. Por exemplo, às vezes de brigadista. O pessoal de apoio dentro da escola tem muito giro, porque é um pessoal jovem, e aí rapidamente é empregado.

Então, hoje, dentro do nosso grupo, por exemplo, a gente aplica a reciclagem de treinamentos simples, de brigadista de incêndio ou de primeiros socorros, mais de uma vez ao ano. Antigamente era anual. Então o custo de capacitação aumenta. Então imagina vocês dentro de um ambiente — e quando eu falo isso assim parece que é falar, é que quase escola nenhuma tem projeto de incêndio. Mas isso é uma coisa muito importante de fazer, não é só... A capacitação do todo, é importante a gente trabalhar. Diminuir custo de um lado, diminuir do outro. A gente começa a ampliar um debate. E eu sempre falo de tomar muito cuidado de escrever uma lei ou subir muito a régua porque a escola em que eu trabalho é uma escola muito diferente da grande maioria.

A grande maioria das escolas particulares custam menos do que o serviço público custa. Em média, um aluno na rede pública custa R\$ 8 mil, R\$ 9 mil. (Na rede particular, em média custa mais caro.) E isso é um limitante muitas vezes para você fazer um trabalho, de fato, correto. É muito caro fazer tudo isso. Então toda vez que você cria uma exigência, você fecha uma escola. Eu falei isso até durante a pandemia, quando você dá uma lei de desconto de mensalidade ou cria uma coisa, você fecha uma escola. Na pandemia quase 10 mil escolas foram fechadas. Um milhão de alunos foram para a rede pública. E essa conta volta para a sociedade.

A educação privada brasileira desonera em 300 bilhões o custo do Estado. Então, assim, nós somos um desonerador da educação pública do país. Então é muito cauteloso promover medidas que fechem escolas. Eu sempre falo isso: "vamos entender como é o processo". Em 2019, nessa Audiência no Ministério Público, a gente conseguiu reunir várias escolas. Trouxemos um escritório de arquitetura para começar tirando o impacto arquitetônico. Porque você vai em vários lugares, o impacto arquitetônico é muito agressivo.

Muitos ambientes públicos você não tem, de fato, uma acessibilidade. E você começa com o básico — de você abrir uma porta para 90 centímetros — parece o básico, mas é custoso fazer isso acontecer. É só quem já — eu já tive um acidente, já andei de cadeira de rodas — só depois que você passa pela situação que você consegue ver qual é a limitação que você tem em cada ambiente. Então desmistificar algumas coisas é

importantíssimo fazer. A gente fez isso em 2019, quando veio 2020, veio uma pandemia e agora vamos resgatar de novo essas escolas que, em média, perderam 10% dos alunos.

Aquele gráfico de alunos com deficiência que são atendidos subiu, mas o gráfico de alunos atendidos na rede diminuiu. Então a problemática é muito grande. Debater é o melhor caminho. Então, parabéns pela propositura da Audiência Pública. E eu sugiro sempre, em ambientes como esse, ou depois disso, encaminhar todas as sugestões para o Conselho Estadual de Educação. Porque dentro do Conselho é possível atualizar as normativas vigentes. A última normativa em Rondônia é de 2009.

Então existe, de fato, uma lacuna muito grande para dirimir dúvidas de interpretação, porque dentro do ambiente regulatório existem vários tipos de interpretação: do que é o melhor, do que é o legal, do que é o necessário. E esse ambiente é dirimido através desses atos regulatórios. E o Conselho precisa atualizar um pouco os atos de Rondônia.

No mais, eu agradeço o convite e parabeno mais uma vez o deputado pela propositura, que numa Casa de Leis — até admiração pelo deputado, que é um empresário — ele não está fazendo uma lei, está indo por uma prática de buscar resolver a problemática da melhor maneira possível. Debatendo é o primeiro passo para que isso aconteça. No mais, obrigado e parabéns a todos que ficaram até o final e parabenizar todos que ficaram até o final e parabenizar as mães, mas eu imagino que pelo estender da hora, de fato, é bem complicada a permanência. Então, mais uma vez, obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Augusto Pellucio, pelas palavras. E nós aqui sempre falamos que a Casa de Leis é a caixa de ressonância da sociedade. Eu, pegando um gancho da sua fala, eu quero aqui dizer que sentimos falta aqui de um representante do Conselho Estadual de Educação nessa audiência. É de suma importância, um órgão que faz a regulação, as normativas do que acontece na educação, não esteja um representante aqui. É inconcebível, realmente, a falta da presença do Conselho numa audiência dessa natureza.

A SRA. ROSSILENA MARCOLINO DE SOUZA – Deputado, o Conselho da Pessoa com Deficiência também, Municipal e Estadual, também não estiveram aqui.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Fica aí o nosso protesto. Quero aqui chamar o Excelentíssimo Doutor Eduardo Guimarães Borges, Defensor Público, aqui representando a Defensoria do Estado de Rondônia, para fazer o uso da tribuna.

O SR. EDUARDO GUIMARÃES BORGES – Boa noite a todos e a todas. Inicialmente, eu vou começar com minha autodescrição: homem branco, de estatura média, cabelos curtos e grisalhos, pele branca, olhos

verdes, uso um blazer preto e camisa clara.

Inicialmente, eu gostaria de parabenizar e cumprimentar o Deputado Cirone pela iniciativa de propor a convocação desta Audiência Pública, que é um importante instrumento de diálogo com a sociedade civil sobre esse tema tão importante que é a educação inclusiva. O desenvolvimento de qualquer política pública eficaz perpassa por esse diálogo com a sociedade civil. E a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia está fazendo isso muito bem por meio desse importante ato. Cumprimento também o Conselheiro Paulo Curi, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, que é uma instituição que tem se mostrado bastante preocupada, sobretudo na sua gestão, com a agenda da educação e da educação inclusiva. O TCE está de parabéns. Tem sido bastante proativo nessa agenda, e tem os nossos cumprimentos. E estendo os cumprimentos a todos da Mesa e toda a sociedade civil presente nesta Audiência Pública.

Foi muito interessante deixar a nossa fala ao final, deputado, porque foi possível nós ouvirmos a sociedade civil sobre aquilo que realmente afeta essa agenda, o verdadeiro problema. Se for resumir em uma expressão a problemática da educação inclusiva, eu diria que é: nós enfrentamos hoje o problema da efetividade.

A Convenção de Nova York já passa dos 10 anos da sua promulgação. O Estatuto da Pessoa com Deficiência passa dos 7 anos da sua vigência. A Lei 12.764 é de 2012, já praticamente 10 anos. E o que nós temos é ineficiência. O que nós temos é ausência de efetividade. E acho que esse é o grande desafio. O primeiro passo que nós temos é, enquanto Estado, reconhecer a nossa ineficiência de todas as instituições. É um problema estrutural e é um problema generalizado. E, a partir daí, enfrentarmos os desafios.

Eu observo, na atuação como Defensor Público, que a ausência de acompanhamento especializado, ausência de assistência, tal como prevê a Lei 12.764, para as crianças e adolescentes com espectro autista é um problema muito grave. E é um problema que bate às portas da Defensoria. A ausência do mediador pedagógico, a ausência de adaptação curricular coloca essas crianças num quadro de exclusão. E é fundamental que a gente provoque o Estado a superar essa deficiência estrutural.

A reserva do possível, que foi até citada pela minha colega, a Defensora Pública Flávia Albaine, é uma tese utilizada pelo Estado nas defesas, quando é levada uma situação como essa ao litígio, essa situação é deduzida em juízo, a reserva do possível é uma tese utilizada pelo Estado para se eximir da responsabilidade. Em síntese, o que diz essa tese é que a impossibilidade financeira afasta a responsabilidade do Estado, desobriga o Estado.

Agora, a tese da reserva do possível não pode ser apresentada quando estamos diante do mínimo existencial, daquele rol de direitos sociais que integra o mínimo existencial. E a proteção da pessoa com deficiência, através da educação inclusiva, está no

rol daqueles direitos sociais consagrados no bloco de constitucionalidade como o mínimo existencial, logo a tese da reserva do possível não deve ser adotada.

Portanto, eu agradeço o convite feito à Defensoria Pública para participar deste ato. Obrigado, Deputado Cirone. Parabéns pela iniciativa. Espero que aqui seja o início de um grande processo de transformação e de fortalecimento da educação inclusiva no Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Dr. Eduardo, pelas palavras. É de suma importância a participação da Defensoria nesse processo. E estamos aqui começando pelo alicerce. Às vezes, querem começar a casa pelo telhado. Estamos aqui ouvindo a sociedade, entendendo o assunto, que quem tem a melhor expertise disso é quem vive isso na pele diariamente, que são as mães, são os alunos, os profissionais da educação, os pesquisadores; e nós como agentes públicos, como agentes políticos, temos que dar continuidade nesse trabalho. Que seja aqui o primeiro tijolinho da construção que dará muito resultado.

Eu gostaria de convidar o Dr. Pétersson. O Dr. Pétersson é Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, representando aqui a OAB do Estado de Rondônia.

O SR. PÉTERSON HENRIQUE NASCIMENTO LIMA – Bom, boa noite a todos. Meu nome é Pétersson, sou um advogado e estou Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Gosto sempre de dizer na minha fala que eu sou o pai do Bernardo também. O Bernardo é meu filho, tem sete anos. Ele é autista de nível 3, de suporte, que as pessoas costumam chamar de autista severo. E ele é minha motivação de estar nesta Comissão da Ordem, inclusive de estar nesta Audiência Pública.

O que muito foi falado aqui eu vivo todo dia. Todo dia eu levo meu... Inclusive meu filho é uma daquelas 245 crianças que fazem o ABA (Análise Comportamental Aplicada) com a Dra. Tércia, e também está todo o dia na escola.

Tive a grata oportunidade de conversar um pouco com o Guto sobre parte dessa questão de inclusão e de toda essa questão do profissional mediador, que é um problema. É um problema real. Peço até desculpas pelo meu nervosismo. Eu talvez não fale muito em público, então gostaria de voltar um pouquinho a minha fala para cumprimentar o Deputado Cirone Deiró e agradecer também o convite. Assim como cumprimento todos da Mesa, todos presentes, os servidores e membros do Tribunal de Contas e os demais presentes também.

Então, é uma realidade minha. Muito embora eu esteja aqui como advogado, esteja aqui representando a Ordem dos Advogados. E foi muito importante tudo que foi falado aqui nessa audiência. Acredito que boa parte, talvez, dos senhores que não tenham esse contato diário talvez não saibam o que é ter uma pessoa com deficiência, com debilidades, no seu dia a dia. E não

sabem de fato, porque vocês não convivem com isso. Vocês não têm obrigação de saber. Correto? Mas eu, assim como diversas outras pessoas que convivem com isso diariamente, a gente a dificuldade, a gente sabe o preconceito, a gente sabe do bullying que acontece, a gente sabe de muitas vezes que a gente tem que engolir o choro para não chorar na frente do próprio filho por ter sofrido uma situação, e muitas vezes ele nem entende o que está acontecendo.

E, para mim, como advogado, eu penso que o mais importante é, de fato, garantir a efetividade da lei. De fato, nós somos um país que se legisla para tudo. Você tem que legislar para a pessoa respeitar uma vaga específica de vaga prioritária para uma pessoa com deficiência. Porque não é da moral do brasileiro respeitar o próximo. Ele sempre é coagido por uma norma coercitiva para que, com base naquela correção imposta através de uma sanção, para caso ele não cumpra, ele vai e cumpre.

Sobre a parte da educação inclusiva, eu acredito que, inclusive, tive a satisfação de conversar por alguns segundos com Doutor Cury acerca de uma norma que saiu agora em novembro de 2021, em que ela traz uma responsabilidade ao Estado, para que o Estado crie um programa específico para essas pessoas que têm transtorno de aprendizagem. Então não houve em nenhum momento uma empatia da sociedade para isso acontecer. O Estado teve que ir lá e legislar sobre. "Estado, faça isso." Por quê? Porque é um anseio da sociedade. O que as mães aqui, inclusive até cumprimento a Eliane. Estou muito feliz com a sua presença aqui até o final. Foi necessário criar essa norma, porque, de fato, isso não aconteceu até agora. E eu digo isso como pai, nesse momento aqui. A efetividade disso, demorou muitos anos para o meu filho ter, de fato, a educação que ele tem hoje. Muito embora para quem nunca teve essa experiência, a experiência de você receber o laudo do seu filho como um autista, porque é uma experiência de quase morte. Porque quem é pai, quem é mãe, quando o teu filho nasce, você tem sonhos. Quando o meu filho nasceu, já falei: "Eu preciso trabalhar dobrado, porque eu preciso colocar ele na faculdade daqui alguns anos." E hoje eu não sei se essa é a realidade do meu filho. Percebe? A realidade do meu filho é outra. A realidade do meu filho hoje é ele aprender a escrever a primeira letra do nome dele, com sete anos de idade. O meu filho é averbal, ele não fala. Perceba a minha realidade como pai, como que é uma pessoa que você ama com todas as suas forças não falar com você. E você tem que saber conviver com isso. Então, hoje, o meu relacionamento com meu filho é meio que simbiótico.

Então, essa parte da educação, isso é extremamente importante para essas crianças, porque a visão dessas mães e a minha visão é que daqui a dez anos, quando meu filho tiver de 17 para 18 anos, ele tenha o mínimo de independência possível para ele viver em sociedade. Porque eu não vou estar aqui para sempre. Em algum momento eu me vou desse mundo. Eu gostaria muito de ir sabendo que meu filho tem

autonomia para, pelo menos, viver na sociedade que a gente vive hoje, com todos os riscos que a gente vive hoje. Nós, pessoas neurotípicas, nós temos condição de nos defender minimamente. Essas crianças que vão virar adultos, e que já são alguns adultos, nem sempre têm essa condição. Então faz parte — e eu falo sociedade, iniciativa privada ou poder público —, faz parte de nós seres humanos a gente conseguir dar esse tipo de possibilidade, de oportunidade para essa pessoa chegar nessa fase da vida e conseguir minimamente viver em sociedade. E eu nem estou falando aqui de conseguir trabalho, de galgar cargos e afins. Mas o básico, o mínimo existencial, como o próprio doutor usou na fala.

Eu preparei um minidiscorso, prometo que eu vou ser rápido aqui.

Gostaria de dizer que a Ordem dos Advogados está à disposição da sociedade para tentarmos uma forma de buscar juntos, resolver essa problemática. É uma bandeira que eu tenho levantado na Ordem dos Advogados. Quando você pensa em advogado, você já pensa em litígio, você já pensa em brigas judiciais e eu penso em diálogo. Tentar resolver por meio do diálogo, muito embora o meu ofício seja litigar. Mas eu também sou um ser humano, eu também percebo as dificuldades da iniciativa privada, do poder público; e acredito que o diálogo seja o melhor caminho, porque, muito se falou aqui — inclusive eu estava conversando com a Klivia, ali, sobre isso —, o que eu poderia resumir tudo nisso aqui, o que nós precisamos é empatia ao próximo. É isso que a gente precisa. Empatia. O que é empatia? É você se colocar no lugar do outro. Se coloca no meu lugar: você gostaria que o teu filho sofresse bullying na escola?

Vou compartilhar algo aqui que ninguém sabe, mas agora vai ser público, mas não vou expor nada: na própria escola do meu filho, que é uma boa escola, é uma ótima escola, eu tenho contato diário com todos os profissionais da escola, ele tem um professor mediador específico para ele, que está com ele todos os dias, então a realidade do meu filho é uma realidade, digamos que, ideal para os demais; mas ele sofreu. Então, um determinado dia eu cheguei para buscar meu filho, e ao buscar meu filho, um coleguinha dele me interpelou. “Tio, por que o senhor colocou de novo o Bernardo aqui?” — o nome do meu filho é Bernardo —; “Por que o senhor colocou de novo o Bernardo aqui? Por que o senhor fez isso?” Num primeiro momento, fiquei sem entender. Por que essa pergunta? Mas no segundo pensamento eu já entendi: o meu filho incomoda essa criança. A presença do meu filho na sala incomoda essa criança. E eu, com toda a paciência do mundo, me ajoelhei, falei: “Olha, o Bernardo, ele é diferente. Quando o Bernardo grita na sala, não é porque ele está querendo chamar a atenção. É porque o Bernardo é autista. Você sabe o que é autismo?”; “Não, tio, eu não sei”. Pois é. E comecei a ter um diálogo com ele. Comecei a, de certa forma, tentar. Eu poderia muito bem ficar ofendido e falar: “Não, essa escola é isso, essa escola é aquilo”; ou: “Os pais são isso...”. Mas não. Aquele momento foi a oportunidade que eu tive para conscientizar um ser humano. E eu tive

esse momento. O que aquela criança, que vai se tornar adulto, vai fazer com essa informação, infelizmente, eu não tenho esse controle. Mas a minha parte eu tentei fazer nesse momento.

Então, assim como o Deputado está representando o Poder Legislativo, nós também precisamos do Poder Executivo do nosso lado. Eu separei pequenos trechos aqui de algumas coisas que eu acredito que sejam necessárias para que, de fato, isso aconteça, para que depois a gente consiga discutir o próximo passo, que talvez seja a educação dessas pessoas no ensino superior. Quem sabe? Seria o sonho da minha vida poder ver meu filho na faculdade. Hoje eu não sei se a realidade é essa. Mas quem sabe? Vai depender de nós, como sociedade organizada, tá?

Gostaria de informar o número dessa lei para quem quiser anotar, eu vou deixar registrado: Lei 14.254, de 30 de novembro de 2021, que instituiu a responsabilidade do Poder Público em desenvolver, ou seja, não existe esse programa, então o Poder Público precisa desenvolver e manter o programa de acompanhamento integral para educandos com dislexia, TDAH ou transtorno de aprendizagem. Então essa é uma lei, obviamente, super recente e, faz parte, obviamente, de nós como sociedade, e esperar do Poder Público que isso aconteça e obviamente providenciar os subsídios para que isso aconteça.

É importante frisar que dentre essas responsabilidades estabelecidas nesse texto, o acompanhamento deve identificar o transtorno de forma precoce, encaminhar para diagnóstico, apoio educacional na rede de ensino, bem como apoio terapêutico especializado. Hoje, eu, ao ler esse texto, isso é uma utopia, porque a gente não consegue, de fato, colocar um professor mediador dentro de sala, como é que a gente vai diagnosticar? Como é que a gente vai encaminhar para acompanhamentos terapêuticos? Mas por mais que isso esteja muito distante de acontecer, isso não impede de a gente começar a nossa maratona.

E é o que eu sempre falo para o meu filho todos os dias quando eu vou deixá-lo no ABA: “Vamos para a nossa maratona, filho”. Todo dia é um passo. Nem que sejam 500 quilômetros imaginários, mas a gente vai conseguir. E eu vejo o progresso dele e isso me alegra. Peço até desculpas, porque eu me emociono muito ao falar do meu filho. E eu ver ele ao usar um adaptador de lápis para escrever a letra “a” foi a maior realização, talvez, que eu tive nos últimos anos. Então, para mim... Para vocês, para pessoas que não têm isso na vida, não têm esse desafio, talvez seja normal a pessoa falar “papai”, falar “mamãe” e afins e, de certa forma, progredir de forma cerebral e comportamental e tudo o mais. Mas para mim, isso foi um impacto. Eu senti uma explosão naquilo, eu falei: “Cara, eu não acredito que isso está acontecendo”; e está acontecendo. Então, é possível, por mais que seja difícil, por mais que seja complicado, e mesmo eu estando fora do poder público eu já tive a oportunidade de trabalhar dentro do poder público e eu entendo as dificuldades. Boa parte — todo

mundo sabe disso —, boa parte das verbas do poder público é para pagar quem de fato trabalha no poder público — e eu entendo isso —, mas a gente tem que providenciar uma forma que a gente consiga manejar isso. Eu tenho muita fé e muita esperança que os gestores estão se tornando cada vez mais humanos, estão olhando para a sociedade, e é essa a esperança que eu coloco inclusive dentro da Comissão da Ordem. Porque antes de a gente ir e processar, ir e judicializar a causa, conversar, explicar a situação, sensibilizar. Acho que se a gente conseguir fazer isso, a gente vai ter êxito no que nós estamos propondo aqui.

Gostaria de, me pediram aqui, em uma fala, e realmente eu me senti incomodado, numa das falas que foi feita on-line falaram que 95% das pessoas com deficiência estão incluídas. Eu vou pedir vênias, mas eu não concordo, assim como a maioria das pessoas que me mandaram mensagem também não concordam com essa fala. Acredito que não seja a realidade, não por culpa da doutora, porque acredito que ela deva ter feito uma análise com base em dados, mas assim como eu que sou aquele que está com o pé no chão todo dia, vendo, recebendo denúncias, a gente sabe que, gostaria muito que fosse a realidade, que a gente estivesse apenas discutindo aqui de 5% dessas crianças, mas não é a realidade. Gostaria de deixar pelo menos o meu descontentamento com esse dado.

Gostaria de finalizar a minha fala dizendo que a sociedade está atenta aos anseios, assim como a nossa Comissão também está atenta. Eu estou plenamente de portas abertas na Comissão para contribuir com o Tribunal de Contas, com qualquer instituição que seja, seja apresentando as denúncias, seja representando, seja trazendo tecnicidade para essas audiências. Eu também, por conta dessa questão do autismo, eu sou um estudioso da parte legal, então eu estou sempre me atualizando, sempre lendo.

Nessa oportunidade também gostaria de pedir para que a nossa Comissão continuasse estreitando laços com o MP (Ministério Público). Eu tive a oportunidade de conversar, durante as suas férias, doutor, com a sua substituta sobre a possibilidade de realização do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) acerca dessa questão das escolas se adequarem, obviamente por meio de um diálogo, por meio de tentar uma flexibilização para que não penalize tanto a escola e também não deixe essas crianças sem esse acesso. Gostaria de me colocar a disposição do Ministério Público também.

É isso, acredito que é isso, muito obrigado, desculpe pela emoção, mas sempre que eu falo nisso eu me emociono, meu filho, assim como para qualquer pai, é tudo o que a gente tem na vida, é por eles que a gente luta, é por eles que a gente batalha. Muito obrigado pela oportunidade. E mais uma vez coloco a Ordem à disposição de toda a sociedade para o que se fizer necessário e também para receber essas denúncias e comunicações que vocês entenderem que sejam necessárias, para que nós possamos, de fato, ter essa comunicação com o poder público. Muito obrigado, gente. Boa noite.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Dr. Pétersson. Todos nós que somos pais sabemos que os nossos filhos são um divisor de águas nas nossas vidas. E queremos, sim, contar com a colaboração da Ordem junto nesse projeto que estamos, aqui, encaminhando, iniciando por essa Audiência Pública.

Eu quero convidar o Excelentíssimo Major PM Camilo para usar a tribuna da Casa, fazer as suas considerações. E dizer que se estendeu um pouco a audiência, mas eu já havia até conversado com o Dr. Paulo Curi que nós faríamos hoje uma audiência de trabalho, realmente para fazermos o encaminhamento. Então quando se tem esse objetivo, prolongou mas a causa é justa e vale a pena estar aqui até esse momento.

O SR. IRVISON CARLOS CAMILO TEIXEIRA – Boa noite a todos. Cumprimentar aqui o Deputado Cirone, no qual eu cumprimento toda a Mesa e todos os presentes. Prometo não me delongar. Represento aqui a Polícia Militar do Estado de Rondônia, mas mais especificamente como diretor de escola, sou Diretor do Colégio Tiradentes, Unidade II, do Distrito de Jaci-Paraná. Só corrigir aqui, no início foi falado que eu era do I, mas eu sou da Unidade II, fica distante de Porto Velho 100 quilômetros, a escola é considerada escola rural.

Temos lá, trabalhamos diariamente com essa problemática, temos 25 alunos nessa condição: TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade), TEA (Transtorno do Espectro Autista), com Síndrome de Down, então temos várias situações. E as problemáticas que foram levantadas aqui vivenciamos elas diariamente. A escola não possui cuidadores ainda, não temos uma pessoa especializada que possa realizar esse atendimento especializado, esse atendimento a essas crianças. Então nossos orientadores, nossa supervisão, nossa coordenação pedagógica se desdobram ao máximo para tentar atender esses alunos.

E a Escola Militar possui um diferencial. Pelo fato de ser militar, ela tem alguns regimentos, algumas peculiaridades que uma escola normal, uma escola civil não possui. Nós entramos em forma, temos ensinamentos sobre Continência, sobre Sentido, sobre Ordem Unida, sobre a Doutrina Militar; e isso é um desafio também para os militares que trabalham na escola, porque eles não têm a expertise para lidar com essas crianças, para lidar com essas situações.

Eu vejo, como gestor da escola, a necessidade imediata, sim, de pessoal qualificado dentro das unidades escolares. A nossa escola, pelo fato de ser distante do centro urbano, sofre ainda mais com isso, porque temos alunos que moram cerca de 90 a 100 quilômetros da escola. Tem alunos que moram na Linha 32, próximo já de Porto Velho, e estudam em Jaci-Paraná. Então, só tem um período que eles podem estar na nossa escola, que é o período da tarde; pela manhã é impossível eles estudarem. E esse atendimento, como eu falei, as nossas supervisoras, orientadoras realizam, se desdobram, tentam ao máximo auxiliar, mas fica sempre alguma

coisa pendente. Não é, de fato, realizado o atendimento adequado para essas crianças.

A Polícia Militar possui 13 escolas militares em todo o Estado. Estão se adequando, estão tentando se adequar a essa realidade dessas crianças. No Tiradentes I temos algo em torno de 60 crianças com algum tipo de comorbidade nesse sentido. No Tiradentes VII, aqui em Porto Velho, em torno de 17 crianças, e assim nas outras escolas também, é nessa faixa, nessa média de crianças que necessitam de um atendimento especializado.

A gente se sensibiliza com essa Audiência Pública. Estamos aqui, realmente, impactados. Eu sou formado em Segurança Pública, não sou em Gestão escolar, especificamente, não sou formado. Mas a missão, a profissão nos imputou essa responsabilidade. Estou na gestão escolar há cerca de 3 anos e meio, e aprendemos nessa convivência diária com professores, com os pedagogos, com a parte de supervisão da escola toda a expertise para a gestão escolar. Mas a gente sente falta, sim, dessa especialização no atendimento às crianças com algum tipo de comorbidade, TEA, TDAH.

Então, pessoal, a gente se coloca à disposição, a Polícia Militar se coloca à disposição, está bom, Deputado Cirone; os Colégios Tiradentes não fecham as portas para essas crianças. Na minha escola, como já falei, temos o atendimento lá, não negamos matrícula, como foi fala aqui de alguns pais, a gente procura ao máximo tentar atender esse público. Sabemos que é bem difícil, bem complicado.

Temos na minha escola, vou dar um exemplo, uma criança com autismo grau 3, acho que é o mais elevado na escala — desculpe, eu não tenho tanto conhecimento da causa em si —, e realmente ninguém na escola sabe como lidar com essa criança, simplesmente ninguém sabe o que fazer, a não ser o pai ou a mãe, digo nesse caso, para vir ali e atender essa criança. Como Jaci-Paraná também tem todas as dificuldades de Saúde, aqui acho que todos conhecem a cidade, que tudo se resolve em Porto Velho, é um agravante maior para essa dificuldade.

Prometi não me alongar. Eu agradeço a todos e nos colocamos à disposição para qualquer dúvida. A Polícia Militar também está de portas abertas para apoiar essas iniciativas. Muito obrigado. Boa noite.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado Major PM Camilo, Diretor da Escola Colégio Tiradentes, Unidade II, de Jaci-Paraná. Nós estamos aqui, hoje, nessa Audiência, Major e Diretor do Colégio, justamente para buscar uma solução para essas problemáticas. Assim, nesse depoimento do senhor, o senhor dizendo do aluno grau 3 no espectro autista, sem saber como lidar, é por isso que nós precisamos dessa formação continuada, precisamos que o Estado dê condições, e ter profissionais que conheçam do tema para estar atendendo esses alunos das nossas escolas no Estado de Rondônia.

Eu quero convidar a Presidente da União dos Dirigentes Municipais – UNDIME, Professora Leni, lá do Município de Santa Luzia, para usar a tribuna, falando em nome

aqui, professores, de tudo o que nós ouvimos hoje, dos municípios, para que a gente possa fazer um trabalho junto com os municípios.

A SRA. LUSLARLENE FIAMETT – Boa noite a todos. Eu sou Luslarlene Fiamett, todos me conhecem como Professora Lene. Neste ato, estou representando a União dos Dirigentes Municipais de Educação de Rondônia. Estou usando um vestido preto, com blazer pêssego, sou morena de cabelos compridos e meus olhos são cor de mel. Eu gostaria, primeiramente, de parabenizar o Deputado Cirone, por esse grande ato, Deputado, que o senhor tem levantado no Estado de Rondônia. Eu tenho meus 13 anos como dirigente municipal de educação, e pela primeira vez nós estamos reunidos para falar de Políticas Públicas em prol da educação inclusiva. Algo que vem acontecendo há muito tempo, mas que até então nunca tinha sido levado tão a sério.

Gostaria também de cumprimentar o Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Paulo Curi, que aqui, neste ato, representa todos os membros do Tribunal. A todos do Ministério Público que aqui estão. E dizer que pela primeira vez reuniu-se todos os órgãos gestores, tanto Ministério Público; Tribunal de Contas; Educação; Saúde, para tratar de um tema tão importante que é a educação inclusiva.

Nós temos em Rondônia, o primeiro Estado do Brasil, hoje, que criou o grupo de articulação para falar de educação, que é o Gaepe (Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Rondônia). Grupo que foi criado para tratar de assuntos da pandemia e que se tornou hoje fixo em Rondônia para tratar de educação. Nós somos o primeiro Estado do Brasil a avançar, e já está sendo levado para outros Estados também.

Acredito que o que falta é humanidade, porque para você cumprir não precisa de lei, para você amar não precisa de lei, para você incluir não precisa de lei, mas infelizmente o Brasil é um país que só faz aquilo que a lei manda e determina e, muitas vezes, nem assim faz. Mas, acredito que avançamos muito, eu sou de uma época – eu tenho 45 anos –, eu tinha um tio que nunca foi à escola, que nunca participou da vida em sociedade; ele morreu sem saber o que era uma cadeira escolar; ele era deficiente físico. Eu tinha uma vizinha que a mãe a escondia no quarto, há pouco tempo atrás – eu não sou tão velha assim. E hoje, mesmo com todas as dificuldades, que a gente tem vivido através da educação, a gente percebe que nós temos avançado, mas esse avanço está muito vagaroso.

Precisamos dar condições, precisamos dar qualidade, precisamos incluir. Muitas vezes se fala em inclusão e a escola matricula o aluno, mas não tem condições de atender o aluno. Não tem profissionais capacitados, não tem espaço adequado, não tem nada, apenas uma sala de aula, e o professor tem um giz ou um canetão, e a qualidade fica a mercê da criatividade do professor.

Fala-se tanto em inclusão e nós temos um transporte escolar que não é adaptado para carregar aluno cadeirante. Isso é fato. Fala-se tanto em inclusão

e a gente vê obras sendo construídas que não têm acessibilidade para uma criança. Nós precisamos mudar as leis que vêm de cima. Quem faz as leis precisa conhecer a realidade que nós vivemos aqui. Precisamos saber como é uma escola que atende um aluno com deficiência, não importa qual seja ela. Precisamos criar leis, sim, mas precisamos também dar suporte financeiro adequado para que os municípios, estados e as escolas cumpram essas leis.

A gente fala tanto em inclusão, mas a gente não inclui. A gente simplesmente abre uma vaga na escola, leva o aluno para a escola e não consegue dar o atendimento necessário que ele precisa para ser inserido dentro do ambiente escolar. Acredito que estamos dando um grande passo com esse projeto, sentado diante de todas as mães que aqui estavam, que têm uma grande representatividade, onde cada uma colocou a sua visão, porque convive. Ninguém melhor para contar uma história do que aquela pessoa que vive essa história.

Nós precisamos incluir em tudo aquilo que nós vamos fazer, que é para uma sociedade, que a gente não legisla para duas ou três pessoas. Nós precisamos legislar para todos. Cada um com a sua particularidade, mas nós precisamos ter inseridas nos grupos pessoas que realmente vivem esse momento, pessoas que realmente sabem o que é ter uma criança com TDAH, ter uma criança com Autismo, ou ter uma criança que precisa se locomover em um espaço que não é adequado para ela. E isso se faz com políticas públicas de qualidade; com projetos; com materiais adequados; com profissionais capacitados; com cuidadores; com equipe multidisciplinar nas escolas, que possam atender todos os alunos com igualdade, com características independente da deficiência e necessidade que essa criança tem. Nós precisamos nos unir. Que seja essa uma das primeiras, Deputado Cirone, de várias audiências para tratar desse assunto e de outros também, que nós temos aqui no nosso Estado.

Hoje nós temos uma grande defasagem na Educação por causa da pandemia. Um tema super importante que está sendo tratado no gabinete é a recomposição. Vocês imaginam se uma criança com total, com uma cognitividade perfeita está tendo dificuldade para voltar à escola, vocês imaginam uma criança que precisa de um atendimento especial. Então, nós precisamos tomar cuidado. Nós não podemos fingir que atendemos, não podemos fingir que damos qualidade. Nós temos que dar qualidade e atender de acordo com a necessidade de cada um. Em nome dos Dirigentes Municipais de Educação de Rondônia, nos colocamos aqui, neste momento, para dizer que estamos envolvidos nesse projeto e em todos os outros que forem necessários para o crescimento da Educação do nosso Estado, dos nossos municípios e do nosso país. A Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) está à disposição para somar junto com esse e qualquer outro projeto que vier para que as nossas crianças tenham qualidade educacional, independente do seu problema, independente das suas condições. Essas são as minhas

palavras e eu já agradeço, muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Professora Lene. Agradecemos. E vamos, sim, precisar do envolvimento das Secretarias Municipais, dando base fundamental na iniciação desses alunos aqui no Estado de Rondônia.

Eu quero convidar a Dona Izenilda Evangelista de Souza, Coordenadora Estadual da Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência da Sesau (Secretaria de Estado da Saúde), para usar a tribuna ou aqui da Bancada, como a senhora preferir.

A SRA. IZENILDA EVANGELISTA DE SOUZA – Eu quero cumprimentar o Deputado Cirone Deiró pela iniciativa; em nome dele eu cumprimento todos os componentes da Mesa e também as pessoas que estão participando. É muito comovente participar de uma audiência dessa e ver pais aqui, como o doutor ali da OAB, que convive 24 horas com uma situação dessas.

Nós queremos agradecer muito o convite, em nome da Sesau, e nos colocamos à disposição – eu sou da Coordenação -, estamos abertos para estar participando e também colaborando com esse projeto que se inicia hoje aqui. Queremos agradecer ao Deputado e a todas as pessoas que vieram aqui compartilhar esse momento e se solidarizar com as mães que estiveram aqui e também com os representantes de associações que estiveram aqui. Nós temos ali a colega que participa do Condef (Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência).

Só queremos nos colocar à disposição para estar participando desse grande projeto. E esperamos que realmente essa ideia amadureça e se concretize. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado a Senhora Dona Izenilda. Eu quero agradecer a sua presença aqui, como Coordenadora. E no ensejo dizer que nós já cobramos várias vezes o Secretário de Saúde do Estado, o Governo do Estado, pela retomada de atendimento terapêutico e multidisciplinar a essas crianças e às pessoas com deficiência aqui no Estado. Nós tivemos o CERO (Centro de Reabilitação de Rondônia) fechado às portas para esse atendimento devido à Covid-19 e precisamos retomar. Muitas crianças regrediram, muitos deficientes regrediram nesses dois anos e precisamos que o Estado faça o papel dele na Saúde. Inclusive, quero novamente chamar a atenção do Governo do Estado, através da Casa Civil, Governo de Rondônia, sugerimos ao Governo a criação da Superintendência das Pessoas com Deficiência no Estado, onde pudesse atender os três tripés: na Saúde, na Educação e na Assistência Social, para essas pessoas ter uma referência a quem buscar. No Estado de São Paulo temos a Secretaria de Estado que é voltada a pessoas com deficiência; aqui nós não sabemos a quem procurar. Então, precisamos, sim, nos comprometer com essas pessoas, fazer políticas que realmente deem resultados para a sociedade

rondoniense. Então nós estamos comprometidos não só na inclusão, mas comprometidos na necessidade de atendimento dessas pessoas.

Nós, “normais”, já encontramos muitas dificuldades no dia a dia, imagina as pessoas com essas dificuldades e essas deficiências que têm. Então leve o nosso abraço ao Secretário e cobre a ele que assista, nós vamos pedir à Comunicação da Casa, que depois da queda de energia não está sendo transmitida, mas que depois seja alimentado o YouTube para que eles possam acompanhar essa audiência e compartilhar do que foi tratado aqui. Quero agradecer a sua presença e a senhora, como Coordenadora, leve a nossa mensagem ao Secretário.

Quero passar a palavra à representante e Chefe do Núcleo de Educação Especial, representando a Seduc (Secretaria de Estado da Educação), Heluizia. E dizer, Heluizia, da nossa alegria de tê-la aqui. Gostaríamos que o Secretário de Estado estivesse aqui representando a Secretária de Educação, ele como gestor maior da secretaria, estivesse aqui presente ouvindo esses pais, esses profissionais, esses pesquisadores para que juntos pudéssemos construir, a várias mãos, uma Educação verdadeiramente inclusiva.

Quero dizer que nesta Casa foi convocado o Secretário pelo Deputado Eyder Brasil. E, na oportunidade, eu disse ao Secretário que nós estávamos jogando dinheiro público fora quando nós estávamos gastando R\$ 140 milhões/ano para reformar escolas sem um planejamento. Porque eu acreditava e acredito, eu como empresário, que nós tínhamos na época 5 engenheiros para fazer todas essas fiscalizações, reformas e projetos, e gastando R\$ 140 milhões/ano em 410 escolas aqui no nosso Estado. Falei para ele da necessidade de contratação de engenheiros e arquitetos para que fosse feito um planejamento em cada escola, porque hoje nós vamos precisar. Na educação inclusiva, nós vamos precisar de meios de locomoção, piso tátil, portas adequadas, banheiros adequados.

Então, quando a gente cobra, quando eu cobro aqui, não é para expor o Secretário, é para realmente ter efetividade no gasto público, dar condições, porque cada diretor entra lá e faz um puxadinho. “Ah, eu quero fazer uma sala aqui”, “Aí cerca um corredor, cerca um... entendeu? E tendo uma equipe multidisciplinar — engenheiro elétrico, engenheiro civil, arquitetos —, nós conseguiríamos planejar isso. “Não, diretor, aqui o senhor não pode fazer isso porque nós vamos precisar desse espaço, futuramente, para construir mais salas de aula para os alunos, passar um cadeirante”. Então, essa sempre foi a intenção. E fui mal interpretado, mas a minha obrigação como parlamentar realmente é fazer o que a sociedade precisa e não é o gosto de Secretário.

A SRA. ROSSILENA MARCOLINO DE SOUZA – Deputado. Eu gostaria de complementar a sua fala, como cadeirante que sou, que estive em algumas escolas, algumas a convite dos próprios diretores, que na boa vontade disseram ter adaptado os banheiros da escola; e em outros momentos como Auditora de Controle Externo

do Tribunal de Contas nas auditorias que fazíamos no interior — aliás, fazemos ainda, eu que não estou indo mais nelas —, tive a oportunidade de tentar entrar em algum banheiro. Alguns eu não consegui. E alguns, que eles disseram ter feito a reforma, a cadeira entrava, mas não fechava a porta. Então, se eu tivesse de fazer minha necessidade, eu ficaria exposta. Essa é uma realidade de muitas escolas.

A gente vê rampa em que, ao invés de ajudar, ela atrapalha, porque a ideia da inclusão, da acessibilidade é autonomia. Em determinadas rampas que existem eu preciso de ajuda para subir. E não é para ser assim. É para eu conduzir a minha cadeira por mim mesma, não precisar de ajuda. Era só um adendo que eu gostaria de fazer. Obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Ok, obrigado. Eu quero convidar para usar a tribuna da Casa a Senhora Heluizia Patrícia Lara, do Núcleo de Educação Especial da Seduc.

A SRA. HELUIZIA PATRÍCIA LARA – Boa noite a todos. Eu sou morena clara, com os cabelos compridos, um pouco descoloridos, lisos, porém essa aqui não é uma verdade, esse cabelo é alisado, esse cabelo era cacheado. Sou baixa e estou hoje com um vestido preto com detalhes brancos. Essa é a minha descrição.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Cirone. E, antes de começar a minha fala sobre de que forma nós estamos trabalhando, deputado, eu gostaria de avisar que essa sua última fala, nós temos uma Infro-Obras dentro da Secretaria que tem trabalhado. Eu acredito que a sua solicitação foi ouvida. Temos trabalhado, sim, para reformar as nossas escolas, porque, sim, é uma realidade. Nós temos muitas escolas ainda que precisam dessa reforma e isso está sendo realizado.

Eu assumi a pasta do Núcleo de Educação Especial. É um núcleo, não é uma gerência. Hoje eu estou trabalhando no Núcleo de Educação Especial com uma equipe que há anos vem fazendo um trabalho dentro do Estado, porém eu entrei em 2019 para somar com essa equipe. E nós fizemos, a priori, um diagnóstico dentro do Estado. Foi a primeira coisa que eu chamei a equipe e falei: “Vamos fazer um diagnóstico, vamos entender o que está acontecendo nas nossas escolas”. E como a nossa querida Klivia informou, a nossa dívida é imensa. Foi através desse diagnóstico que nós conseguimos detectar que, sim, nós temos uma dívida imensa com a educação inclusiva.

E muitas das coisas que foram faladas hoje aqui nesta Casa de Leis são verdades, e infelizmente. Mas nós não cruzamos os braços, deputado. Eu sou uma pedagoga, eu sou professora de sala de aula, alfabetizadora. E eu sei o que é estar em uma sala de aula com aluno com deficiência. Então eu chamei a equipe e falei: “Vamos trabalhar, nós temos o diagnóstico, fazer diagnóstico por fazer, para quê? Nós temos que saber agora de que forma que nós vamos criar ações para sanar esses

empecilhos que nós estamos enxergando". Eu acho que não vou ser tão rápida assim. Em 2019, através dessas barreiras que nós encontramos, eu quero confessar para vocês que, infelizmente, essa barreira, a maior que eu vou falar para vocês, que foi encontrada dentro das nossas escolas, também é a maior hoje encontrada dentro da nossa sociedade, que é a barreira atitudinal, infelizmente, mas isso é uma realidade, são as barreiras atitudinais. Porque quando a nossa escola for totalmente inclusiva, a nossa sociedade vai ser inclusiva, porque os nossos alunos vão estar aprendendo o que é inclusão e eles são o nosso futuro. Então nós estamos trabalhando, sim, para que isso aconteça. Mas isso já aconteceu Heluizia? Não, isso não aconteceu 100%. Isso é passo a passo. Isso é um trabalho. Não é fácil, mas não é impossível de acontecer. Em 2019 nós realizamos um Seminário Estadual da Educação Inclusiva com os nossos professores, da sala de recurso multifuncional. Na época nós tínhamos 211 salas de recursos multifuncionais dentro do nosso Estado. Eu estou falando das nossas escolas da rede estadual, não estou colocando aqui escolas municipais nem as escolas privadas. Os dados que eu vou usar com os senhores são os dados do Censo Escolar. Essa capacitação foi feita para 130 professores da Sala de Recursos ao qual eles foram multiplicadores nas suas coordenadorias. De que forma a Secretaria de Estado da Educação trabalha? Trabalha com 18 coordenadorias dentro do Estado de Rondônia. Então, nós trabalhamos como multiplicadores de conhecimento. Essa capacitação foi feita em 3 dias. Esses profissionais vieram até a capital e foram capacitados em todas as áreas. Lembrando, qual é o nosso público da Educação Especial? Teve, acho que o doutor da OAB, perdão, esqueci o seu nome.

O SR. PÉTERSON HENRIQUE NASCIMENTO LIMA – Pétersson. **(fora do microfone)**

A SRA. HELUIZIA PATRÍCIA LARA – Pétersson. Ele falou da nova lei — eu vou abrir só um parêntese aqui —, sobre a nova lei, Lei 14.254, que é a lei que dispõe sobre o acompanhamento dos nossos alunos com TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) e os nossos alunos com Dislexia. Esses alunos não fazem parte do público alvo da educação especial. Esses alunos fazem parte de uma escola inclusiva. Então vamos entender a escola inclusiva e o público alvo da educação especial.

Sim, o Estado já está tomando providências quanto a isso, doutor. Foi feito um estudo semana passada e nós já tomamos as devidas providências para saber de que forma nós vamos conseguir alcançar esse público também, que faz parte de uma escola inclusiva.

Voltando ao seminário, capacitamos os nossos 130 professores na área de deficiência intelectual com oficinas, não foram só palestras, foi com oficinas, na prática. Como esse professor da sala de recursos vai trabalhar com os nossos alunos, que são o público alvo da Educação Especial? DA (Deficiência Auditiva).

Com os nossos professores também trabalhamos TEA (Transtorno do Espectro Autista), deficiência intelectual, altas habilidades e superdotação.

Ainda no ano de 2019 nós realizamos uma capacitação na área de autismo e deficiência intelectual. De que forma foi feita essa capacitação? Essa capacitação nasceu do coração do nosso Secretário. Ele me chamou no gabinete e falou: "Heluizia, há uma necessidade imensa de capacitar não só os professores da Sala de Recursos, mas os professores da sala de aula comum". Então nós realizamos essa capacitação e nós fomos até o interior do Estado.

Nós iniciamos em 2019 esse projeto. Esse projeto era trabalhado: oficina com o professor da sala de aula comum, porque, sim, muitos professores entram em desespero quando se encontram com aluno com deficiência. E nós encontramos novamente a barreira atitudinal: "mas eu não vi isso na faculdade, como que eu vou ensinar isso para o seu filho? Eu não aprendi isso". Então, além de quebrar essa barreira, nós também passamos informação para esses professores, de que forma eles vão fazer uma adaptação curricular para os nossos alunos.

Essa formação, nós conseguimos capacitar 580 professores. Nós capacitamos nos municípios de Buritis, Machadinho D'Oeste, Ouro Preto, Ariquemes, Espigão D'Oeste e Pimenta Bueno. Em 2020 era o ano em que nós iríamos concretizar essa formação. E o que aconteceu? Infelizmente, a pandemia. Não foi possível estarmos presencialmente capacitando esses professores da forma que gostaríamos. Teve outra fala aqui, também, de estar capacitando olho a olho, pegar na mão. Isso, sim, isso é necessário; dentro da educação inclusiva isso é necessário.

Em 2019 fizemos a Oficina de Preparação de Profissionais Cuidadores. Aqui nós iniciamos, sem saber que iria virar um projeto de fato, capacitar os nossos cuidadores. Iniciamos aqui em Porto Velho mesmo. Nós capacitamos 120 profissionais que estavam contratados na época. Por quê? Ele é um técnico, correto? E quando ele é contratado não tem o conhecimento que necessita para trabalhar com alunos com deficiência. Por isso nós fizemos essa capacitação. Fizemos uma parceria com o Coren (Conselho Regional de Enfermagem), um técnico nos auxiliou para ministrar, um enfermeiro - eu só vou falar, deixa só conseguir pegar a lei aqui. A Secretaria fez uma Portaria que é a Portaria 1776, que traça critérios sobre o atendimento desse cuidador. Vamos ver se eu consigo achar. Qual é o papel do cuidador? Ele vai trabalhar nas atividades de alimentação, de locomoção, de higiene corporal, de vestimenta, comunicação, orientação espacial, manipulação de objetos, transferência postural, brincadeiras e atividades correlatas. Eu acredito que já esteja disponível para os senhores todas as nossas portarias e resoluções. Caso não esteja, eu me coloco a disposição para estar passando para os senhores.

Voltando às nossas ações, capacitamos 120 profissionais, os nossos cuidadores, somente da capital, em 2019. Fizemos também a capacitação na área de libras básica

para os nossos servidores. Capacitamos 30 servidores da Secretaria de Estado da Educação com a Libras básica. Fizemos a formação na área de robótica educacional. Esse projeto é trabalhado há mais de 10 anos dentro do Estado de Rondônia, o projeto de Educação na área de robótica. Nós capacitamos 40 professores que já fazem esse trabalho, que já trabalham esse projeto com os nossos alunos com Altas Habilidades e Superdotação, que são os nossos alunos que também fazem parte do público-alvo da Educação Especial.

Eu vou parar mais uma vez antes de continuar as nossas ações e dizer para os senhores: não é o bastante. Não é o bastante, deputado. E eu sei disso. Eu não estou aqui falando das nossas ações para falar que nós estamos fazendo bastante. Eu estou aqui para falar para os senhores que nós não estamos de braços cruzados e que a cada dia nós estamos tentando pagar um pouco dessa dívida, deputado. Porque quando a gente tem um filho, quando nós temos um parente que tem uma deficiência, aí você sente a dor, aí você sabe o que é necessário. Então, nós não pagamos toda a dívida. Não pagamos. Mas nós estamos caminhando para isso. Quando eu falei para os senhores que nós realizamos, lá em 2019, um seminário da Educação Inclusiva, fazia mais de 10 anos, 10 anos que não tinha um seminário da Educação Inclusiva dentro do Estado de Rondônia. Há de se pensar sobre o porquê de a dívida estar tão grande.

Em 2020, todo o planejamento que foi traçado foi jogado "na água". Não tinha como trabalhar com ele. Nós estávamos presos dentro de casa, nós tínhamos que trabalhar on-line; mas nós também não cruzamos os braços. Nós nos reinventamos, como todos vocês se reinventaram, porque ninguém parou; mas nós tivemos que trabalhar de forma diferente.

E nós fizemos, então, algumas webconferências. Em 2020 nós fizemos a webconferência com o tema: Aspectos Comportamentais x Ações Pedagógicas Diferenciadas. Nós tivemos o nosso parceiro, amigo, juiz de direito, o Doutor Flávio Henrique de Melo. Está salvo no Youtube, foi transferido para todos da comunidade escolar. Realizamos a webconferência com o tema: A valorização do Surdo dentro do Contexto Escolar para uma Escola em Tempo Integral, na cidade de Espigão do Oeste; uma webconferência com o tema: Educação especial, Estratégias Curriculares e Procedimentos Avaliativos Diante da Pandemia. Era a situação a qual estávamos vivenciando. Quem esteve conosco neste momento foi a Sueli, que é Conselheira Nacional de Educação. Essa palestra também está salva no Youtube, foi transferida para toda a sociedade.

Fizemos uma webconferência com o tema: O Papel do Profissional de Apoio no Processo de Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência. Foi uma formação que nós realizamos para os cuidadores. Como eu já falei para os senhores, em 2019 fizemos presencial para os cuidadores daqui da capital e, em 2020, fizemos essa webconferência com todos da nossa rede. Fizemos uma webconferência do Atendimento Educacional Especializado, a Importância

do Atendimento Educacional Especializado e a Atuação do Profissional de Apoio. Capacitamos 397 professores da Educação da Rede Estadual.

Fizemos uma formação on-line na área de Altas Habilidades e Superdotação. Como naquele momento nós não poderíamos trabalhar robótica porque estávamos on-line, nós capacitamos os nossos professores da Sala de Recursos com uma ferramenta com a qual foi possível eles trabalharem a robótica on-line com os nossos alunos. Então nós conseguimos trabalhar dessa forma com eles e foi incrível o resultado que nós tivemos.

Fizemos uma webconferência da Educação Especial Inclusiva com a temática: TEA e Deficiência Intelectual, que aqui nós voltamos àquele projeto. Como nós não conseguimos fazer todo o projeto presencial, nós o finalizamos on-line; e a webconferência com o tema: Direitos da Pessoa com Deficiência na Perspectiva da Educação Inclusiva. Mais uma vez, nós tivemos o convidado Doutor Flávio Henrique de Melo. O juiz foi o nosso palestrante.

Em 2021 nós conseguimos adquirir 145 notebooks para os nossos alunos cegos e com baixa visão dentro do Estado e 165 notebooks para os nossos alunos... Perdão. Eu falei errado o número para vocês. Vou corrigir. Foram 144 notebooks para a sala de recurso multifuncional e 165 notebooks para os nossos alunos cegos e com baixa visão.

Esses notebooks estão sendo entregues para os nossos alunos, não foram todos entregues ainda. E nós vimos a necessidade de estar capacitando os nossos professores da Sala de Recursos para que eles pudessem estar auxiliando os nossos alunos cegos e baixa visão para estar trabalhando com NVDA (NonVisual Desktop Access, sigla em inglês para "Acesso Não-Visual ao Ambiente de Trabalho"), que é o programa de audiodescrição que auxilia pessoas com deficiência visual, levando acessibilidade para os nossos alunos cegos.

Fizemos a formação on-line na área da dislexia, ministrada por uma técnica do Núcleo de Educação Especial, a Doutora Daniela; capacitamos 771 professores; e fizemos também a formação on-line na área da deficiência intelectual, ministrada pela Professora Evarista, em que participaram 639 professores.

Esses são alguns dos nossos trabalhos. Confesso para os senhores que eu recebi o convite ontem à tarde para estar aqui com vocês. Eu gostaria muito de ter preparado uma apresentação, que eu acho que isso facilita bastante para a gente conseguir enxergar de que forma o trabalho está sendo feito.

Em 2019, quando eu cheguei, me informaram que os Centros tinham sido acabados. Não sei se os senhores conhecem os Centros, que é o CAP (Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual), o CAS (Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez), o NAAHS (Núcleo de Atividades de Altas Habilidades e Superdotação), o Centro de Apoio à Pessoa com Deficiência. E eu logo pedi uma reunião com o Secretário para que pudéssemos estar

reestruturando esses Centros. E, claro, como apoiador da Educação Inclusiva ele aceitou. Nós conseguimos fazer uma portaria de reestruturação dos Centros. E vimos a necessidade de estar fazendo uma reforma no prédio para conseguirmos atender com acessibilidade os nossos alunos com deficiência. Então, o CAP, o CAS e agora em um novo formato como CAAED (Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente) para atender os nossos alunos com deficiência intelectual e TEA, e o CAAHS, que será o Centro de Atividades de Altas Habilidades e Superdotação vão voltar. Essa é uma boa notícia, eu acredito, para quem já participou do CAAHS, para quem já esteve presente sabe a importância desses Centros para os nossos alunos.

Aquisicionamos também, tudo através desse diagnóstico que foi feito em 2019, através da necessidade, vimos a necessidade de estar implementando essa Sala de Recursos. Hoje, dentro do Estado, nós temos 225 Salas de Recursos Multifuncionais e a grande maioria delas, através do monitoramento que é feito, nós vimos a necessidade de estar comprando computador, notebook, material pedagógico. Tudo estava em falta nessas Salas de Recursos. Ela existia, ela estava lá, no número elas estavam bonitinhas, mas e como nós vamos trabalhar com esse aluno? Cadê o material pedagógico? Cadê a impressora? Cadê o computador, que nem liga mais o computador. Então nós começamos a abrir processos, a nos mobilizar para implementar essas Salas de Recursos. Já chegaram às nossas Salas de Recursos impressoras, os scanners, os notebooks, os materiais pedagógicos me informaram que já estão no almoxarifado para serem entregues. Mais de 80 itens para cada Sala de Recurso, deputado. Isso é uma vitória para as nossas Salas de Recursos, para os nossos alunos.

Acho que a doutora que falou sobre os dados, ela não está mais? Ela já foi, não é, deputado? Ela falou que não conseguiu alguns dados. Se o senhor puder passar, nós colocamos a disposição, eu vou passar aqui nesse momento os dados que nós temos, alguns dos dados, e nos colocamos a disposição para estar passando para ela. Nós vimos a importância do trabalho que está sendo realizado.

Enquanto eu procuro aqui os dados, eu já vou falar do que nós temos planejado. Mediante tudo o que foi passado, nós sabemos da necessidade de estarmos trabalhando intersetorial, correto? Trabalharmos com a Assistência Social, Saúde e Educação. Nós estamos, agora no dia 5, vai ter a audiência pública do Fórum Permanente da Educação Inclusiva. Através desse Fórum nós vamos conseguir discutir políticas públicas e saber a melhor forma para estar fazendo essa parceria intersetorial para trabalhar com os nossos alunos. Vai ser nesse Fórum, deputado, que nós vamos conseguir discutir e chegar nessa solução que os senhores e essas mães, hoje, tanto aqui solicitaram. O Fórum já está sendo criado dentro da Secretaria de Estado da Educação.

Nós temos o Projeto Libras como Primeira Língua no componente curricular de língua portuguesa. Esse projeto já é realizado na Cidade de Ariquemes, começou

em uma escola piloto em Ariquemes. E nós estamos implantando na Escola 21 de Abril, que é uma referência para os nossos alunos surdos, onde nós vamos trabalhar a Libras como primeira língua e a língua portuguesa na forma escrita como segunda língua, para os nossos alunos surdos matriculados na Escola 21 de Abril. O nosso objetivo, sim, é expandir para todo o Estado, que o projeto seja piloto, nesse momento, para sabermos onde estamos errando e onde devemos consertar para expandir para todo o Estado.

Eu estou me sentindo muito formal aqui, deputado, eu não sou essa que estou apresentando aqui (risos). Vamos para os dados.

Os dados que eu vou passar são do Censo Escolar de 2021, alunos da rede estadual de educação. Baixa visão, nós temos 463 alunos. Cegueira, nós temos 40. Deficiência auditiva são 188 alunos. Deficiência física são 531 alunos. Deficiência intelectual são 4508 alunos. Surdez, 116. Surdo ou cego, nós não temos. Deficiência múltipla são 340. Autismo, 944. Superdotados, 437 alunos. Esses são os dados do Censo Escolar 2021.

Temos 225 salas de recursos. Nós, através do recurso federal, juntamente com o FNDE, foi implementado e implantado — eu não sei aqui passar para os senhores, agora, quanto desse número foi implantado e implementado —, mas foi de R\$ 20 mil a R\$ 40 mil, foram 144 escolas que foram contempladas com o Programa Sala de Recursos Multifuncional bilíngue de surdos. É um programa federal. E nós temos, hoje, no Programa Escola Acessível 302 escolas. Esse dado da Escola Acessível é antigo. Nós não tivemos de 2019 até hoje nenhuma escola que foi contemplada com os recursos deste programa. Então, o programa, através da Resolução 15, foi implantado através da Resolução 15, o Programa Sala de Recursos Multifuncional e bilíngue de surdos, em que foram contempladas 144 escolas.

Agora, vamos falar de outro ponto que foi muito debatido aqui, hoje, que é o professor auxiliar e o cuidador. Atualmente, nós temos efetivos, em exercício, 304 cuidadores e 43 intérpretes de libras. No último processo seletivo foram abertas vagas para 385 cuidadores e 87 técnicos de libras. Quando eu falo dessa abertura de vagas, é a necessidade que é levantada através da escola. A escola é que passa necessidade para a Secretaria de Estado da Educação, ok? E foi feita a contratação de 369 cuidadores e 34 intérpretes de libras.

Quanto ao professor auxiliar. Já é de conhecimento de todos, vocês sabem que não está ainda na Lei 680, que é a Lei de Cargos e Carreiras da Secretaria, mas nós estamos nos mobilizando para isso. Existe uma Comissão dentro da Secretaria que está trabalhando quanto à Lei 680. Será, sim, assegurado esse profissional. Nós sabemos dessa necessidade. E nós estamos fazendo o levantamento da necessidade dentro das nossas escolas para saber quantos desses profissionais nós vamos precisar, para saber qual vai ser o impacto financeiro dentro da Secretaria. Então, estamos neste processo para conseguirmos assegurar este professor.

Não sei se eu estou esquecendo de alguma coisa, acredito

que sim, porque o tanto de coisa que eu trouxe aqui, gente, e falar só isso... Eu estou grata por participar deste momento. Eu sou uma professora que vem de sala de aula. E quando nós em sala de aula, a gente sonha muito alto para que a educação seja, de fato, concretizada. E hoje eu estou trabalhando para executar aquilo, para chegar lá na ponta. Então, eu estou conhecendo aqui os dois lados. E o trabalho não é pequeno. A gente trabalha de fato de manhã, tarde e à noite, principalmente por causa da pandemia. O celular fica ali toda hora ligado, atendendo todas as Coordenadorias do Estado. Mas não é impossível. Doutor?

O SR. ABNAEL MACHADO - Só para completar a tua fala. Na questão dos ônibus, em 2021, foram entregues 61 ônibus, todos adaptados para pessoas com deficiência. E a Seduc, hoje, já está em um processo licitatório de compra de mais de 115 para serem entregues. Já está na fase licitatória esses ônibus. E também a questão dos engenheiros, que o deputado tanto falou, nós estamos já com 74, para ser bem exato, de engenheiros. Entre eles estão engenheiros civis, elétricos e os cadistas. Obrigado.

A SRA. HELUIZIA PATRÍCIA LARA – Obrigada, doutor. Então para finalizar a minha sala, desculpa ter alongado tanto e peço até desculpas pela forma que eu apresentei o nosso trabalho. Gostaria de ter apresentado uma forma mais elegante, mais bonita, mas eu acredito que não vai faltar oportunidade para estar apresentando, deputado. Para finalizar, o nosso trabalho não parou e ele não é pequeno. A gente tem muito a fazer. Eu peço desculpas enquanto cidadã, enquanto pagadora de imposto, deputado, por não ter visto que a inclusão é tão necessária dentro da minha casa, dentro da sociedade. Enquanto educadora, eu luto para que isso aconteça a cada dia. Mesmo que não seja o suficiente, mas eu luto. Enquanto uma técnica, enquanto professora, enquanto psicopedagoga. E quero dizer a vocês, mães, que nós estamos, sim, de portas abertas para ouvi-las. E nós vamos fazer acontecer. E eu acredito nisso. Eu não sei se vai ser hoje, se vai ser amanhã, quando a educação inclusiva vai melhorar, mas nós temos que acreditar que isso é possível e que vai ser feito. Muito obrigada pela oportunidade. Uma boa-noite a todos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Heluiz. Fico feliz com a sua fala, com a sua determinação em dar condições. Você como educadora, como uma professora hoje, como chefe do núcleo, uma gestora. E essa preocupação de você ter de atender essas pessoas com deficiência dentro do Estado de Rondônia. Saiba que a propositura dessa Audiência Pública é para contribuir. A ideia do Tribunal de Contas, juntamente com a Assembleia Legislativa, juntamente com o Ministério Público, o TJ (Tribunal de Justiça), as demais entidades aqui representadas, Defensoria, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) etc., nós estamos aqui para contribuir com o Governo do Estado de Rondônia, ajudar

nesse diagnóstico, ajudar na implementação, para que a gente possa realmente dar condições dessas pessoas serem inclusas.

Quando nós nos deparamos por vários depoimentos, está ali a mãe atípica que diz que ia para dentro da escola, para conversar com os demais, a mãe do Dan, com os demais alunos da escola para explicar o que que o filho dela, a deficiência que o filho dela tinha, e foi acolhida pelos alunos. Vemos o Doutor Pétersson que teve a oportunidade de falar para o coleguinha o porquê que o Bernardo estava ali na escola. Então, com toda certeza, doutora, essa Audiência vai ser feita em várias mãos para contribuir com a sociedade rondoniense. Obrigado, Professora Heluiz, pela sua participação aqui conosco. Já estou te... já estou dando doutorado para você. (risos)

A SRA. HELUIZIA PATRÍCIA LARA – Amém. Eu recebo.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Eu vou ter alguns encaminhamentos para fazer, mas eu vou deixar, aqui primeiro vamos ouvir o Dr. Paulo Curi, nosso Presidente do Tribunal de Contas. Agradecer o Dr. Paulo Curi juntamente com os técnicos do Tribunal, juntamente com todo o grupo do Gaepe (Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação no Estado de Rondônia) que prontamente — quando levamos essa demanda no comitê, no grupo - debateram, foi acatado e hoje já está acontecendo essa Audiência. E com certeza bons frutos vão sair desse trabalho nosso, juntamente com todos vocês, juntamente com o Executivo. Pode ter certeza.

O SR. PAULO CURI NETO – Boa noite, deputado. Boa noite, integrantes da Mesa. Heróis e heroínas que estão aqui conosco até quase 21h. Eu fiquei preocupado com uma informação, deputado, que o senhor deu, que esta Audiência não está mais sendo transmitida no YouTube, por meio do YouTube. Porque eu tinha um compromisso com a minha esposa às 19h e eu precisava desta evidência para limpar a minha barra com ela. O senhor vai ter que me dar uma declaração atestando que eu estava aqui até essa hora, tá?! Mas brincadeira à parte, eu quero cumprimentar o Deputado Cirone Deiró, porque é animador ver um deputado estadual tão fortemente comprometido com um tema que é tão valioso para a sociedade rondoniense. O senhor está de parabéns, deputado, por ter feito uma provocação muito adequada ao Tribunal de Contas, para pedir essa auditoria operacional, que é uma auditoria que busca induzir o aperfeiçoamento da política pública.

Quando nós recebemos esse pedido, eu devo registrar de público que eu fiquei bastante animado. Até porque ele era totalmente convergente com a prioridade que o Tribunal de Contas elegeu por 8 anos, que é a Educação. A Audiência Pública foi, certamente, o passo inicial para a gente, para nós, lá no Tribunal de Contas, realizarmos essa fiscalização, essa auditoria operacional. E é um passo que foi dado com o pé direito, claramente

com o pé direito. E eu quero, aliás, cumprimentar o senhor pela organização e a Edna Mendes dos Reis Okabayashi. Não poderia deixar de registrar a Edna, o cuidado, o denodo do senhor e da sua assessoria. Eu falo em nome da Edna, eu sei que ela se esmerou e soube reunir pessoas que trouxeram contribuições valiosas para nós do Tribunal de Contas. Eu quero cumprimentar inclusive os nossos Auditores de Controle Externo, nosso Secretário Geral de Controle Externo. Nós estamos com 5 auditores aqui perfilados, colhendo esses subsídios que vão orientar o planejamento dessa auditoria. E temos uma sexta auditora lá, que veio, não como representante do Tribunal de Contas, mas como uma pessoa que grita por uma educação inclusiva, porque sofreu na pele as dificuldades da ausência dessa política pública.

O Tribunal de Contas elegeu, nos últimos 2 anos e alguma coisa, e aprovou em março do ano passado um planejamento estratégico novo para vigorar por 8 anos, a educação, por 2 razões básicas que são conhecidas de todos nós, mesmo daqueles que não são da área jurídica. Primeiro porque a Constituição é que declara que a educação é uma prioridade. Ela estabeleceu, reservou um espaço generoso para falar da educação, recursos vinculados. É sabido que os objetivos da República Brasileira só são alcançados com uma política pública educacional eficiente. Sem isso nós não vamos ter um desenvolvimento nacional sustentável; não reduziremos ou eliminaremos a pobreza, concentração de renda no Brasil e tantas outras coisas. Está lá, o artigo 3º, depende da educação. Então mais do que nunca é uma prioridade. E o Tribunal de Contas, como órgão de controle que tem incumbência não apenas de garantir que os recursos não sejam desviados, mas também que a política pública educacional seja efetiva, declara, declarou, e eu venho sendo até monotemático, além da previdência que era um problema gravíssimo que estava à nossa espreita, nós passamos também a dizer da importância da educação.

Então toda vez que eu venho aqui nesta Assembleia os deputados já sabem que eu vou abrir a boca para falar de Educação. Se eu vier para uma Audiência da Agricultura, eu vou falar da educação. Se eu vier para uma Audiência de qualquer outro assunto, eu estou falando da educação, porque eu acho que nós temos que martelar esse tema incessantemente para nós conseguirmos assegurar os avanços. Então primeiro porque a Constituição já dizia, já diz que é prioridade. E também porque nós sabemos que, infelizmente, a educação no Brasil padece de severas debilidades.

Nós vimos menos piorando; nós vimos avançando em passo de cágado nessa questão. Os nossos indicadores vêm evoluindo paulatinamente, é verdade. Mas de forma — já foi dito aqui, a professora Lene disse isso muito bem, ela sempre tem uma fala muito potente, muito clara, muito firme quando ela faz as intervenções dela —, mas o avanço é insuficiente para atender minimamente as expectativas da sociedade. Se assim é para a educação geral, o que não dizer para a educação inclusiva?

Foram apresentados vários dados. Um, por exemplo, um recorte aqui bem rápido: os indicadores de distorção idade-série. São graves em relação à educação, em geral, e são catastróficos em relação à educação especial. Esse é um problema seriíssimo que resulta em evasão escolar, que desmotiva o aluno, que gera analfabetismo funcional e que gera perdas monumentais para o país. Quem acha a educação cara, experimenta não investir em educação, em desprezar a educação.

Tem um estudo excelente feito pelo economista Ricardo Paes de Barros que mostra que para cada jovem, para cada estudante que deixa precocemente a educação básica, que não conclui o ensino médio, as perdas renovadas anualmente giram em torno, por aluno, de R\$330 mil reais. Perdas em incremento de renda futuro, que deixa de acontecer, e perdas decorrentes do encargo que é gerado em outras políticas públicas, como segurança, saúde, assistência social.

Um outro estudo, que foi revelado essa semana, mostrou que toda vez que se progride em 1% o percentual, em 1% a quantidade de alunos de 15 a 17 anos no ensino médio, o índice de homicídio cai em 2%. Isso, para confirmar esse dado do professor, esse levantamento, essa pesquisa do professor Ricardo Paes de Barros. Há um aumento exponencial aí, para alegrar o Augusto, das matrículas do ensino superior. E há uma geração nova, maior, de empregos, quando essa situação de alunos de 15 a 17 anos, ou seja, que chegam no ensino médio sem institucionalidade séria, se aperfeiçoa.

E quando nós entendemos que devemos priorizar a educação, Deputado Cirone, nós tínhamos a percepção também — isso é fruto de uma compreensão interna do Tribunal de Contas e da minha vivência de mais de 20 anos de Controle; fui Procurador de Contas e entrei no Conselho do Tribunal de Contas na vaga reservada ao Ministério Público de Contas — de que falar em aperfeiçoamento de política pública, ter uma postura verticalizada ou judicializando ou só sinalizando punição não resolve. Não resolve. Essa é a verdade. Nós tentamos isso muitas vezes.

Há uns 15 anos, o Tribunal de Contas vem realizando boas — algumas ótimas — auditorias operacionais. Fazemos um ótimo diagnóstico, identificamos ótimas práticas, boas práticas, práticas de sucesso. Entregamos para o gestor, esperando o plano de ação que nunca vem, e quando vem é um arremedo de planejamento para implementar essa boa prática. Então quando nós resolvemos priorizar a educação, a nossa premissa foi radicalizar o diálogo e a cooperação.

E nós temos encontrado muitos parceiros nessa jornada. Está aqui o Doutor Julian, representando o Ministério Público; Augusto, que está faltando às reuniões do Gaepe, a gente está dando falta toda reunião, já tem umas 20 que ele faltou, mas contribuiu lá atrás; Defensoria Pública, o doutor tem contribuído muito. Recebemos recentemente a adesão lá no Gaepe da Doutora Kesia. A Assembleia tem sempre um participante, às vezes um deputado presente,

da Comissão de Educação — o Deputado Cirone já participou algumas vezes. A Undime, o Poder Judiciário, órgãos de Controle, sistema de Justiça, Gestão, estão posicionados, o Secretário do Estado de Educação sempre participa. O Conselho Estadual de Educação, que o senhor está reclamando que deveria estar aqui — deveria estar mesmo —, mas ele está em todas as reuniões do Gaepe, tem ajudado bastante; a Uncme (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação) etc. Então nós aprofundamos o diálogo por meio da criação de um gabinete de articulação interinstitucional para discutir questões estruturais na Educação. E nós já tivemos alguns momentos, algumas reuniões para tratar da educação inclusiva.

A Flaviana já esteve em, pelo menos, 2 passagens conosco em reuniões do Gaepe para dizer da gravidade, das debilidades ainda mais acentuadas do que na educação comum, da educação inclusiva. Eu fico feliz de ver a professora Heluizia — professora, não é?! Não doutora. É Heluizia, Heluizia Patrícia — reconhecendo, é um ótimo ponto de partida, de que há uma dívida imensa do Estado com as crianças e pais que dependem da educação inclusiva. Há mesmo. Exatamente por isso, quando veio essa demanda do Deputado Cirone, nós imediatamente abraçamos.

Embora a gente tenha desenvolvido muitas ações relacionadas à educação em comum que vão beneficiar também a educação inclusiva, nós não tínhamos nada especificamente dedicado à educação inclusiva, à educação especial. E agora teremos, numa auditoria operacional, que eu acredito e confio que será um sucesso. Porque esta Audiência Pública, Deputado Cirone, está gerando não apenas insumos para o nosso planejamento e para a nossa ação de controle. Isso, por si, já a tornaria uma Audiência de imenso sucesso. Eu vi o pessoal, os nossos auditores fazendo anotações frenéticas. E nós já identificamos várias pessoas aqui que podem contribuir decisivamente para essa nossa ação de controle. Mas também porque ela vai gerar e já gerou sensibilização, mobilização e engajamento. Sem isso nós não avançamos em política pública nenhuma e é uma das estratégias principais do nosso gabinete, que é o Gaepe.

Então, uma das ações já executadas pelo Tribunal de Contas é este Gabinete, que, como eu disse, radicalizou o diálogo e a cooperação. São muitos os resultados trazidos do Gaepe, e eu não vou cansá-los mais do que vocês já estão cansados para falar do Gaepe. Mas em outra oportunidade poderemos discutir, porque realmente é uma experiência de sucesso. A professora Lene já disse que foi multiplicado Brasil afora, já tem até um Gaepe nacional.

Além disso, via Gaepe, fizemos muito para assegurar o retorno às atividades presenciais. Rondônia suspendeu as atividades presenciais bem acima da média nacional. Isso porque nós precisávamos. Houve o retorno parcial em 100% dos municípios. Não todos os estudantes voltaram ano passado, mas pelo menos os cinquenta e dois municípios tiveram algum tipo de

retorno, o que possibilitou que nós apoiássemos o Tribunal de Contas, é uma outra ação importante, uma avaliação diagnóstica para tirar uma fotografia do nível de aprendizado depois de um ano e meio, quase dois anos, de suspensão das atividades presenciais. E essa fotografia está horrenda. Os resultados dessa fotografia já foram apresentados em eventos específicos que nós fizemos no Tribunal de Contas, com o apoio das demais instituições de controle, para revelar para os gestores o resultado dessa fotografia. E também trouxemos especialistas para já indicar aos gestores alternativas para começar a reagir a essa situação que foi constatada.

Por exemplo, só pra citar um dado, um dado apenas. São muitos os dados que mostram. No final do terceiro ano do ensino fundamental, final de outubro, 24% das nossas crianças estão analfabetas. Elas deveriam ter sido alfabetizadas no primeiro, mas estão sendo no segundo, quando muito no terceiro ano do ensino fundamental. Chegaram no final do terceiro ano analfabetos. A professora Lene conhece esse dado.

Então, há muito a ser feito na educação comum para recuperar esse terreno perdido. São Paulo estima dez anos para recuperar esse terreno perdido. E São Paulo teve atividades remotas provavelmente muito mais eficientes, até porque tem canais melhores para isso. Não há os problemas de conectividade que nós temos nem de equipamento de informática que nós temos. Nós fizemos uma pesquisa, cerca de 45% dos nossos estudantes utilizam um celular que ele divide com os irmãos e os pais para acessar as atividades remotas. Não tem como dar certo isso. Por si só, as atividades remotas já são de difícil efetividade. Nessa circunstância, menos ainda.

Simultaneamente, o Tribunal elaborou um questionário, que endereçou a todos os municípios que basicamente tem, Deputado Cirone, o mapa da mina para resolver os problemas educacionais. Sabe por quê? Nós reunimos gestores, agentes de controles, especialistas, pessoal da Academia, para identificar no Brasil e no mundo as melhores práticas de sucesso comprovado na educação. Esse questionário foi entregue aos municípios. Não foi uma ação de controle, foi uma ação de cooperação. E 90% dos municípios responderam. E agora nós vamos entregar também o resultado — não foi muito bom — em relação às boas práticas. Menos de 50% delas são implementadas no Estado de Rondônia, e olha o que nós estamos falando de uma autodeclaração.

Mas agora o que nós vamos entregar para cada município? Eu estou falando que nós radicalizamos na cooperação. Vai ser feito um guia com medidas passo a passo, didático, personalizado por município, à luz dos resultados que foram gerados para que eles implementem essas boas práticas que vão começar a resolver problemas estruturais históricos na educação.

Além disso, uma caixa de ferramenta com cartilhas de apoio aos professores, aos alunos para começar a resolver esse retrocesso que nós experimentamos em função da pandemia. Além disso, um sistema que nós estamos elaborando no Tribunal de Contas, que nós

hospedaremos os municípios, e nem o Estado precisará hospedar, que talvez ajude, professora Heluizia, até na educação intensiva. E a gente espera que a Seduc se utilize também desse sistema, porque esse sistema vai permitir que haja o registro de todas as atividades que são realizadas com os alunos e as respostas, as devolutivas desses alunos a essas atividades.

Então, o professor vai ter uma informação no sistema com gráficos, com comparações, com todo tipo de cotejamento para identificar a realidade dos seus alunos; o diretor de escola, por sala de aula, podendo inclusive avaliar o professor; os gestores, olhando por escola, por sala de aula. Nós estamos assumindo esse custo e vamos fazer essa entrega, porque ela tem utilidade também para nós, para nós identificarmos as debilidades para direcionarmos a cooperação, direcionarmos a nossa capacitação e fazermos as nossas fiscalizações.

Nós temos um programa que hoje está reservado, está sendo aplicado com oito municípios: PAIC (Programa de Alfabetização na Idade Certa), que envolve gestão orientada a resultados, formação, avaliação e monitoramento e formação continuada dos professores. Já capacitamos mais de duas mil pessoas por meio da nossa Escola de Contas, profissionais da educação.

Essa é uma resenha, tem várias fiscalizações em curso. As fiscalizações apoiaram os municípios todos a chegarem, no ano passado, em meados do primeiro semestre do ano passado, com o plano de retomar as atividades presenciais. Há fiscalizações em curso para ter um referencial qualitativo da educação infantil. É uma outra chaga do Estado de Rondônia: taxas muito ruins de atendimento na educação infantil. Taxas distantes ainda de universalização da pré-escola. É um outro problema. A gente também está priorizando essa questão. Enfim, uma atuação cooperada com a Defensoria, com o Ministério Público, aliás, são muitas ações cooperadas com essas instituições no Busca Ativa, são muitas as ações.

Nós esperamos, realmente, e como eu disse, essa audiência revelou muitos dados que nos serão muito úteis. Como é que a gente vai fazer agora, a partir disso? Só para que vocês tenham compreensão, já vou finalizar, prometo a todos os senhores e senhoras. O Tribunal, nessa auditoria, vai identificar quais são as situações-problema mais relevantes que comprometem o resultado educacional, especificamente na educação inclusiva. Delimitado isso, uma ação complementar a essa Audiência Pública para gerar sensibilização, mobilização, engajamento, uma ampla interlocução para compreender com mais profundidade essas situações-problema e também para identificar as causas, os determinantes dessas situações-problema.

No terceiro passo, nós vamos hierarquizar essas causas e eleger para indicar a administração, o tratamento e a resolução aquelas que têm o maior potencial de impacto na política pública e também que envolvem menor custo. Há necessidade de uma

hierarquização. Então, um passo e uma questão que é importante ser dita é que nós precisamos iniciar um ciclo positivo de melhoria, mas não dá para ter expectativa de que todos esses problemas históricos decorrentes de omissões de muitos anos, de décadas, vão ser resolvidas num passe de mágica, não vão. E mesmo os vários, o elenco amplo de problemas que a gente vai perceber, nós vamos ter que fazer uma hierarquização das causas para trabalhar em ondas com essas causas. Porque nem nós temos recursos para enfrentar todas as questões e muito menos a gestão tem recurso para resolver todos os problemas rapidamente.

Feito isso, vamos induzir a implementação de ações por parte do Poder Executivo a partir de um relatório técnico elaborado de forma muito bem fundamentada, que é inclusive debatido também com os gestores, a gente não conclui o relatório técnico antes de fazer a escuta novamente da gestão, e aí a gente monitora a implementação dessas ações. É assim que funciona uma auditoria operacional, em resumo. Com um detalhe, a gente hoje nos desafia a uma outra fase da auditoria operacional que não existia e talvez não exista em Tribunal de Contas nenhum. Nós atuamos para capacitar a governança com os meios necessários a implementar as boas práticas que nós estamos preconizando.

Essas ações todas que eu mencionei, que eu estou ilustrando aqui, que têm uma aplicação importante para educação inclusiva, o ideal é que a gente faça um planejamento que contemple também esta fase, de envolver a nossa Escola de Contas, quem sabe a Escola do Legislativo, alguém mencionou aqui a importância da Escola do Legislativo se envolver em capacitação, acho que foi o Augusto. Porque as coisas não avançarão, também pelas deficiências estruturais do Poder Executivo, que são históricas também, se nós não nos envolvermos mais ativamente nesse processo de tentar transmitir o know how, os meios, habilitar a governança a implementar as boas práticas que são necessárias.

Eu não posso cravar, Deputado Cirone, uma data para nós entregar esse relatório técnico. Acho que é prematuro isso, nesse estágio. Mas eu posso me comprometer com os senhores de nós virmos aqui numa nova audiência pública para apresentar esse relatório técnico. E esse relatório técnico, repito, não vai ser construído verticalmente, unilateralmente. Vai ser construído com amplo diálogo. E eu não tenho dúvida que ele já deve contemplar, agora finalizando mesmo, até porque nós já percebemos muitas situações-problema a partir dessas falas que foram apresentadas nessa audiência pública, que há, sim, problemas no regime de colaboração do Estado com os municípios. Esse é um problema histórico do Estado, persiste para educação de forma geral, para educação comum e também é mais grave, talvez, a omissão em relação à educação especial. Aliás, há uma obrigatoriedade, pela nova lei do Fundeb, de se editar uma lei para disciplinar o regime de colaboração dos Estados com os municípios.

O senhor ecoou uma fala minha aqui na

Asssembleia, Deputado Cirone, quando eu disse o seguinte: da importância de o Estado de Rondônia fazer, como fez o Estado do Ceará, exercer uma coordenação para alfabetização dos municípios. Essa cooperação é fundamental e isso precisa ser regado.

Outra coisa, está evidente que, embora tenha havido várias capacitações, a professora Heluiza mencionou isso, há ainda graves debilidades nessas capacitações. Certamente é um aspecto que deve ser contemplado para induzir esse aperfeiçoamento. Parece haver, realmente, falta crônica de profissionais especializados para mediar aspectos pedagógicos. Nem há esse profissional ainda, o senhor já encaminhou isso. Pelo menos a gente teve a notícia de que está em estudo. E por todas as falas, está bastante evidente que essa é uma necessidade incontornável, urgente a ser enfrentada pela Seduc. Não tenho dúvida de que esse é um ponto que deve ser colocado nesse relatório técnico.

Uma ideia simples, sem praticamente custo, que foi mencionada pela doutora, a Defensora Pública Doutora Flávia, de fazer a matrícula antecipada dos estudantes que têm esse tipo de situação, para permitir que haja mais tempo para a escola e para a gestão planejar as ações e o recrutamento dos profissionais para aquele atendimento. E parece, já interagindo com a nossa equipe, me parece um ponto fundamental. A questão do diagnóstico precoce, da intersectorialidade Educação/Saúde/Assistência Social. Os problemas da educação não se resolvem só com Educação, ou busca ativa, a estratégia da Unicef é uma evidência eloquente disso. A Saúde tem que cooperar, a Assistência Social tem que cooperar, esse tripé, o senhor identificou bem esse tripé, Deputado Cirone. É fundamental que haja essa intersectorialidade, não tenha dúvida; me parece que é outro ponto que nós precisamos analisar e enfrentar nessa auditoria operacional. Enfim, são muitos os aspectos. Eu estou certo que nós temos uma equipe, que não é de especialistas em Educação, por isso nós precisamos, mais do que nunca, desse conhecimento especializado e de quem sofre esse problema na Educação. Foi feliz a Assembleia Legislativa de ter convidado os pais para relatarem esse drama.

Eu não tenho dúvida, então, para finalizar realmente e para que a gente possa ir descansar e eu cumprir, intempestivamente, meu compromisso com a minha esposa, eu não tenho dúvida de que nós teremos insumos bastante contundentes para contribuir com os avanços que a Seduc argumenta e alega que já vem realizando, e para começar, quem sabe, uma nova fase. Eu falo aqui, deputado, quem me conhece sabe que eu tenho, eu sou, até certo ponto, bastante desconfiado, cético e conservador; mas essa mobilização que está ocorrendo hoje no Estado de Rondônia em relação à Educação, por força de todas essas instituições cooperando em torno desse tema, me anima dizer que nós podemos ser, no Estado de Rondônia, os nossos municípios, no médio e longo prazo, talvez até no curto prazo, uma referência para o país na Educação. Vamos juntos buscar essa conquista. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Doutor Paulo Curi, sempre muito preciso na sua fala. E com certeza nós vamos ter grandes avanços aqui. Bom, o Doutor Paulo Curi disse que iria falar 40 minutos, eu vou fazer o discurso final, Doutor Paulo, acho que com 1 hora eu termino o meu discurso (risos). Brincadeira. Vamos só fazer os encaminhamentos. Sobre o mediador pedagógico, como o Doutor Paulo mesmo falou aqui, foi a fala de todos, pais, profissionais, a própria Seduc, através da Professora, já admitiu a necessidade desse profissional. E por sugestão, eu inclusive já fiz a indicação aqui pela Assembleia Legislativa de ter esse profissional no quadro da Seduc. Como é um profissional que vai dispensar um trabalho a esses alunos, eu até sugiro que não seja nem concurso, que esse profissional seja contratado por seletivo. Primeiro, como foi dito aqui pela doutora, nós vamos ter que fazer essa inscrição ou a matrícula antecipada para saber a necessidade realmente do profissional, porque esse profissional é individualizado. Para cada aluno com a necessidade, vai precisar do profissional. Como vai ser uma necessidade e esse profissional vai ter que estar muito ativo, se nós tivermos um profissional com 30 anos de profissão, será que ele vai ter essa capacidade de mediação com o aluno?

Então tudo isso, eu acho que a Secretaria tem que fazer esses estudos para, realmente, ver se daqui a 30 anos ele vai ter essa condição. Porque hoje nós já vemos na sala de aula muitos professores já adaptados, readaptados, que inclusive hoje estão fazendo esse papel de mediadores e eles têm encontrado dificuldades. Então a gente precisa realmente analisar essa questão. Eu quero sugerir à Casa que faça um Requerimento para a Seduc, para enviar para a Assembleia Legislativa, para o meu gabinete e extenso também ao Tribunal de Contas, esse diagnóstico que a Seduc tem. Que a senhora disse que tem esse diagnóstico. Mande para nós. Fazer o requerimento do diagnóstico e dos dados do Estado de Rondônia, dos últimos dados que vocês têm em relação à Educação Especial aqui no Estado de Rondônia. Então, fazer um Requerimento pela Assembleia Legislativa solicitando esses dados.

Em questão da adequação das leis, a gente tendo esse diagnóstico, essa auditoria, Doutor Paulo, eu coloco aqui à disposição para a gente estar fazendo essa interlocução com os demais deputados, para que a gente possa adequar as leis estaduais às necessidades, o que for preciso para que a gente possa, realmente, implementar essa Educação Especial aqui no Estado. Uma delas seria a questão desse profissional. Vamos ter que mexer aqui na lei e a Assembleia tem esse... Então nós vamos fazer essa interlocução.

O SR. PAULO CURI NETO – Eu já falei muito, eu prometo falar em 10 segundos. Posso, Deputado?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Um aparte para o “Deputado” Paulo Curi (risos).

O SR. PAULO CURI NETO – Como dizem os deputados, um aparte (risos). Veja, tem um assunto que é fundamental para a Educação, que tem que ser entregue em breve na Assembleia Legislativa. É a repartição da cota-parte dos municípios do ICMS. A Constituição agora obriga que pelo menos 10% e até 35% estejam condicionados a resultados educacionais.

Quem sabe não se possa pensar em resultados educacionais também relacionados à Educação Inclusiva. E é pelo menos a segunda maior arrecadação dos municípios do Estado de Rondônia. E outra, se nós ficarmos, é de 10% a 35%. Espero, inclusive, que a Assembleia possa dar uma resposta e dizer o seguinte: “Não são apenas 10%, a gente tem um compromisso tão forte com a Educação que a gente tem que adotar um percentual maior”. Alguns Estados, o Ceará adota 18%.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – É, o Ceará, na obrigatoriedade, o município que nós estivemos lá visitando, eles gastam 33% na Educação.

Então, continuando aqui, a gente, ouvindo essas falas, só para fazer o encaminhamento na questão de uma equipe multidisciplinar nas escolas que têm esse atendimento especial. Na questão do psicólogo, do fono, do terapeuta. A gente vê essa necessidade. Agora, como é que faria isso, a coordenação do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) — porque nós temos 18 coordenações aqui no Estado, não é isso, professora? — teria esse profissional e ele daria assistência a essas escolas? Então tudo isso é um diagnóstico que nós precisamos fazer. Claro, tudo isso tem custo, mas de alguma maneira nós precisamos atender.

Na questão, por exemplo, que o professor falou da infraobras, dos engenheiros, foi uma sugestão nossa que fizesse essa contratação e distribuisse nas coordenações. E hoje é realidade. Tem 74 engenheiros e técnicos contratados.

Então, assim, nós vamos fazer esses encaminhamentos. E estamos aqui, Dr. Paulo, a disposição do Gaepe, da sociedade civil e organizada, das entidades, dos órgãos de controle para quantas vezes for preciso a gente fazer essa audiência, debater, se tiver esse levantamento prévio a gente senta aqui com os pares novamente e vamos dialogar. No entendimento a gente consegue, sim, avançar.

E no mais, quero aqui agradecer nossos servidores da Assembleia Legislativa, a Taquigrafia, que está desde as 15 horas aqui fazendo o trabalho. Obrigado por vocês estarem aqui conosco. Agradecer a todos vocês que vieram aqui contribuir com essa Audiência, os servidores do Tribunal de Contas, os servidores da Educação, os servidores da Saúde, as mães, os pais, os profissionais, todos nós aqui dos órgãos de controle. Obrigado. Obrigado a cada um de vocês. E só assim nós conseguiremos avançar.

Questão de Ordem para a Senhora Rossilena.

A SRA. ROSSILENA MARCOLINO DE SOUZA – Com certeza. Eu gostaria de deixar uma fala final aqui. Infelizmente, nós não temos mais as mães aqui, a não ser as que ali estão, representando... tem mais algumas ali? Opa. Que bom. Mas eu gostaria de dizer uma frase que

nós costumamos usar. E eu faço questão de evidenciá-la aqui. Nada sobre nós sem nós. Essas ações que vocês estão aqui capitaneando para acontecer não podem — e na minha visão, e eu tenho certeza que de todos que estão aqui enquanto representantes de pessoas com deficiência — acontecer sem que haja uma participação efetiva nossa. Por que eu estou falando isso? Eu estou ouvindo com muito carinho e feliz a contratação de engenheiros para a Seduc. É isso?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Isso.

A SRA. ROSSILENA MARCOLINO DE SOUZA – Então, inclusive indicação sua. Mas eu já vi muito engenheiro fazer besteira com adaptação, com acessibilidade. Eu sou muito feliz, gosto de repetir isso, no órgão que estou trabalhando, porque eu sempre sou convidada a testar aquilo que eles estão fazendo para mim e para outras pessoas com deficiência. Porque é muito fácil ler a teoria, a norma NBR 9050, uma série de outras normas que têm em termos de engenharia, mas que elas, na hora da prática, não nos atendem.

Só para finalizar, ilustrar, aliás, aquelas barras de apoio que são colocadas nos banheiros são colocadas uma na lateral e uma nas costas. Eu não consigo me ver pegando essas barras e me apoiando para sentar no vaso sanitário e depois me erguer. Então é uma realidade que precisa ser conhecida para não fazer coisas erradas. Lá no Tribunal de Contas, na minha casa e em outros lugares que eu ando, onde eu vou, eu deixo essa mensagem. As melhores barras de apoio são as barras articuladas. Você coloca elas nas paredes, elas levantam quando ninguém precisa utilizá-las. Quando eu ou outra pessoa precisa, baixa elas e utiliza. Levantou, otimiza o espaço, não atrapalha ninguém e fica tudo perfeito. É só uma amostra do que a gente vê por aí. Tem muita barra de apoio para a gente fazer apoio mesmo. Elas lá em cima e a gente aqui embaixo. Em faculdades isso, hein, gente. Então, assim, nada sobre nós sem nós. Eu quero — eu e com certeza outras pessoas que aqui estiveram e que não estão mais, e outras que ainda estão — ser convidada a participar, a dar um feedback, a ter um feedback e dar uma opinião acerca do que está sendo feito. É um pedido especial que eu quero deixar para a Comissão, para o Tribunal, para o deputado e para todos que estão aqui. Obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Será atendido seu pedido.

E para encerrar, eu quero só pedir a professora Heluizia que nos encaminhe também o convite para participar do Fórum. Encaminhe para nós, para todos que estão aqui à Mesa, para que a gente possa ter a oportunidade de participar desse Fórum.

Invocando a proteção, e em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva, agradecemos a presença de todos que acompanham esta ilustre solenidade. Declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejamos uma excelente noite a todos nós. Obrigada.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 21 horas e 15 minutos)

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**LEI COMPLEMENTAR Nº 1.158, DE 4 DE ABRIL DE 2022.**

Altera e acrescenta o art. 53 da Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992 que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Estado de Rondônia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais e dá outras providências".

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia decretou, e eu, nos termos do § 7º do artigo 42 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 53 da Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 53. Cedência é o ato através do qual o servidor é cedido para esfera federal, outro Estado, Poder, Município, Órgão ou Entidade". (NR)

Art. 2º Ficam acrescentados ao art. 53 da Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992, os §§ 5º, 6º e 7º, com as seguintes redações:

"§ 5º A cedência não resultará em prejuízo de ordem financeira ou funcional ao servidor, sendo vedada supressão de verbas que compõem a remuneração, impedimento de progressão na carreira ou quaisquer alterações que resultem em prejuízo ao servidor conforme definição do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, devendo ainda ser considerado o tempo de cedência como tempo cumprido no próprio órgão cedente.

§ 6º Caberá ao órgão para o qual o servidor está cedido, com base em seus critérios, realizar as avaliações necessárias a eventuais progressões funcionais atinentes à carreira funcional junto ao órgão cedente, e na ausência de avaliação ou de critérios, por parte do órgão público que recebeu a cedência, será considerada a avaliação com nota máxima em todos os critérios de avaliação, a fim de evitar prejuízos ao cedido.

§ 7º A avaliação deverá ser encaminhada anualmente ao órgão de origem do servidor e, ao

encerrar-se a cedência, o órgão de destino deverá encaminhar todas as avaliações consolidadas, nos termos do parágrafo 6º."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de dezembro de 2021.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.159, DE 4 DE ABRIL DE 2022.

Altera a redação dos artigos 1º, 4º e do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar nº 283, de 14 de agosto de 2003, que "Cria o Fundo de Investimento e de Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia – FIDER, sucessor do Fundo de Planejamento e de Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia – FIDER, e dá outras providências".

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia decretou, e eu, nos termos do § 7º do artigo 42 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam alterados os artigos 1º, 4º e o inciso I do artigo 5º da Lei Complementar nº 283, de 14 de agosto de 2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Fundo de Investimento e de Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia – FIDER, vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Social - SEDES, como incentivo de natureza financeira às micro, pequenas e médias empresas dos setores agroindustrial, industrial, comercial, mineral e de prestação de serviços, turismo e preservação ambiental, bem como associações, cooperativas e empreendedores do setor informal e empreendedores do setor individual do Estado, conforme o inciso III, do artigo 4º da Lei Complementar nº 61, de 21 de julho de 1992.

Art. 2º São beneficiárias do FIDER as empresas de micro, pequeno e médio porte dos setores agroindustrial, industrial, comercial, mineral e de prestação de serviços,

microunidades de turismo e preservação ambiental, bem como associações, cooperativas, empreendedores do setor informal e do setor individual sediadas na área territorial do Estado.

Art. 5º

I - Financiar micros, pequenas e médias empresas dos setores agroindustrial, industrial, mineral, comercial e de prestação de serviços, unidades de turismo e preservação ambiental, bem como associações, cooperativas, empreendedores informais e empreendedores individuais, dentro das seguintes modalidades:" (NR)

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 4 de abril de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

LEI Nº 5.327, DE 4 DE ABRIL DE 2022.

Dispõe sobre Permissão, Residência, Estudo e Trabalho dos Médicos de Fronteira, que atuem no Brasil e Bolívia — Considerando os Decretos Bilaterais entre ambos; nº 6.737, de 12 de janeiro de 2009 e 6.975, de 7 de outubro de 2009; combinado com o Decreto Bilateral Brasil/Uruguai nº 7.239, de 26 de julho de 2010.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia decretou, e eu, nos termos do § 7º do artigo 42 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia celebraram, em Santa Cruz da Serra, em 08 de julho de 2004, um acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos;

Art. 2º Fica autorizado o exercício dos profissionais da medicina, nas regiões que o Estado de Rondônia faz fronteira com nosso país vizinho - Bolívia, como está consagrado nos acordos bilaterais entre Brasil e Bolívia nº 6.737 de 12 de janeiro de 2009 e nº 6.975 de 7 outubro de 2009.

Art. 3º Aos nacionais de uma das partes, residentes nas localidades fronteiriças de ambos os países, poderá ser concedida permissão para:

I - residência na localidade vizinha, situada no território da outra parte, à qual fica vinculado na forma desta Lei;

II - exercício de trabalho, ofício ou profissão, com as consequentes obrigações e direitos previdenciários deles recorrentes; e

III - frequência a estabelecimentos de ensino público ou privados.

Parágrafo único. A qualidade de fronteiriço será comprovada mediante apresentação dos documentos pessoais, juntamente com a certidão de nascimento.

Art. 4º Compete ao Departamento da Polícia Federal do Brasil e ao Serviço de Imigração da Bolívia, fiscalizar a situação dos cidadãos que se enquadrem na presente Lei, e demais tratados bilaterais entre os dois países, bem como acordos em vigor entre o Mercosul e tudo que a lei não dispuser.

Parágrafo único. Cada uma das partes, deverá ser tolerante, quanto ao uso do idioma da outra, quando os beneficiários deste acordo se dirigirem a órgãos ou repartições públicas, para reclamar ou reivindicar os benefícios dele recorrentes que a lei determina, afim de fortalecer os laços de amizade e cooperação entre os dois países.

Art. 5º Que a presente Normativa, possa tranquilizar e regularizar de uma vez por todas, a política de livre circulação de pessoas, trabalho e turismo que já existe há várias décadas entre as duas nações, e consequentemente aos países membros do Mercosul.

Art. 6º Convencidos na importância de soluções conciliadoras, aos graves problemas que assolam os Estados partes, e países associados e a comunidade como um todo, das faixas de fronteira, boliviana especificamente, evitando assim; situações que impliquem degradação da dignidade humana, com soluções conjuntas que possam dar segurança jurídica aos atingidos pelas normativas em vigor, e as que estão em fase de elaboração, harmonizando ambas legislações.

Art. 7º Os nacionais de um Estado parte, que desejam residir no território de um outro Estado parte, poderão obter residência legal neste último, conforme os termos desta Lei, mediante a comprovação de sua nacionalidade e apresentação dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 3º do presente.

Art. 8º Os termos da presente Lei, terão a seguinte interpretação:

I - Estados Partes: Estados membros e Países

Associados do Mercosul.

II - nacionais de uma parte: são pessoas que possuem nacionalidade originária de um dos Estados parte ou a nacionalidade adquirida por naturalização há pelo menos 5 (cinco) anos.

III - imigrantes: são nacionais das partes que desejem estabelecer-se no território da outra parte.

IV - país de origem: é o país de nacionalidade dos imigrantes.

V - país de recepção: é o país da nova residência dos imigrantes.

Art. 9º Direitos dos imigrantes e dos membros de suas famílias:

I - igualdade de direitos civis: Os nacionais fronteiriços das partes e suas famílias, que tiverem adquirido residência, nos termos do atual acordo, desfrutarão dos mesmos direitos e liberdades civis, sociais culturais, e econômicas dos nacionais do país de acolhimento, resguardado o direito de trabalhar e desempenhar toda atividade lícita, nas qualidades que dispõem as leis; entrar, permanecer, transitar e sair do território das partes; associar — se para fins lícitos e declarar livremente seu culto, segundo as leis que determinam seu exercício.

II - reunião familiar: Aos da parte da família que não apresentem a nacionalidade de um dos Estados partes, será cedida uma licença de semelhante vigência a da pessoa da qual dependam, sempre e quando apresentarem a documentação que dispõem o artigo 3º e não tenham impedimentos. Se, por sua nacionalidade, os membros da família precisarem de vistos para entrar no país, precisarão tramitar a residência perante a autoridade consular, salvo quando, nos termos dos regulamentos internos do país de recepção, esta última condição não seja necessário.

III - igualdade de tratamento com os nacionais: Os imigrantes gozarão, no território das partes, de acolhimento não menos favorável do que recebe os nacionais do país de recepção, no que compete à aplicação da legislação trabalhista, principalmente em matéria de remuneração, condições de trabalho e seguro social.

IV - compromisso em matéria previdenciária: As partes avaliarão a exequibilidade de firmar acordos de reciprocidade em matéria previdenciária.

V - direito de transferir recursos: Os imigrantes das partes terão direito a transferir livremente, ao seu país de procedência, sua renda e seus pecúlios particulares, em particular os valores fundamentais a subsistência de seus familiares, em concordâncias com as normativas e legislação interna de cada uma das partes.

VI - direito dos filhos dos imigrantes: Os filhos dos imigrantes, que tiverem nascido na jurisdição de uma das partes, terão direito a ter um nome, ao registro de seu nascimento e a ter uma nacionalidade, em consonância e correlato com as legislações internas.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 4 de abril de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

LEI Nº 5.328, DE 4 DE ABRIL DE 2022.

Dispõe sobre a criação do Diploma de Reconhecimento ao Mérito Desportivo no âmbito do estado de Rondônia e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia decretou, e eu, nos termos do § 7º do artigo 42 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Diploma de Reconhecimento ao Mérito Desportivo, a ser conferido aos atletas que galgarem posições de destaque (1º ao 3º colocado), nas competições e eventos esportivos, estaduais, nacionais e internacionais, bem como aos respectivos membros da comissão técnica de preparação dos atletas, cujos treinamentos técnicos e físicos que tenham sido realizados no estado de Rondônia.

Parágrafo único. A diplomação prevista no caput deste artigo será outorgada pela Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do Estado de Rondônia – SEJUCEL em sessão solene, preferencialmente, no Dia do Atleta, comemorado anualmente no dia 21 de dezembro.

Art. 2º Caberá à SEJUCEL acompanhar a classificação dos atletas, bem como a agenda dos eventos esportivos estaduais, nacionais e internacionais, atuando em parceria com as Confederações Nacionais representativas de cada modalidade esportiva.

Art. 3º A diplomação disposta no caput do art. 1º desta Lei será concedida também a todos os atletas que encerrarem sua carreira ou sua participação em eventos esportivos estaduais, nacionais e internacionais.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão às expensas do Orçamento do Estado, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 15 de dezembro de 2021.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

LEI Nº 5.329, DE 4 DE ABRIL DE 2022.

Dispõe sobre a doação de bicicletas apreendidas por ato administrativo ou de polícia, para instituições beneficentes que a transformem em cadeiras de rodas e outros objetos.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia decretou, e eu, nos termos do § 7º do artigo 42 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º As bicicletas apreendidas por ato administrativo ou de polícia serão doadas, quando não forem reivindicadas por seus proprietários e após cumpridas as formalidades legais, às entidades que realizarem a transformação das mesmas em cadeiras de rodas e outros objetos.

§ 1º Entende-se como bicicleta o veículo com duas rodas presas a um quadro, movido pelo esforço do próprio usuário, através de pedais.

§ 2º Entende-se por não reivindicadas as bicicletas que permanecerem no pátio ou local indicado pela autoridade competente, por prazo superior a 90 (noventa) dias, sem que qualquer indivíduo demonstre a sua propriedade, sendo a propriedade comprovada mediante a apresentação de Boletim de Ocorrência ou Nota Fiscal do bem.

§ 3º É vedada a doação de bicicletas que sejam objeto de investigação criminal.

§ 4º É vedada a comercialização das bicicletas, bem como das respectivas peças e acessórios usados e reconicionados.

§ 5º O desmonte das bicicletas doadas deverá ser exclusivamente com o objetivo de transformá-las em cadeiras de rodas ou outros objetos.

§ 6º As entidades beneficentes deverão realizar, em contrapartida, uma doação de 50% (cinquenta por cento) das cadeiras produzidas, com a matéria prima doada, para pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS, que estejam necessitados de tal utensílio.

§ 7º É permitida a comercialização das cadeiras de rodas produzidas através de matéria prima doada pela Administração Pública, desde que atendido o disposto no § 6º deste artigo.

Art. 2º As entidades beneficentes que receberem doações de bicicletas deverão comprovar a efetiva produção de cadeiras de rodas, sob pena de serem

excluídas do rol de entidades beneficiadas.

Art. 3º Os órgãos responsáveis pela manutenção das bicicletas apreendidas através de ato administrativo ou de polícia serão responsáveis pelo cadastro das entidades interessadas nas doações.

Art. 4º Os órgãos responsáveis pela apreensão e guarda das bicicletas terão o prazo de 90 (noventa) dias para realizar as adequações necessárias para início das doações.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 4 de abril de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

LEI Nº 5.330, DE 4 DE ABRIL DE 2022.

Dispõe sobre a inclusão do tema Educação em Direito Animal nos componentes curriculares das escolas da Rede Estadual de Ensino de Rondônia.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia decretou, e eu, nos termos do § 7º do artigo 42 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º As escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado de Rondônia poderão incluir em seus componentes curriculares, na etapa do Ensino Fundamental, em caráter complementar, conteúdo programático de informação e orientação sobre o tema Educação em Direito Animal.

Art. 2º O tema Educação em Direito Animal irá contribuir para evitar a ocorrência de situações de maus-tratos, abandono e abuso animal.

Art. 3º O conteúdo programático de informação e orientação sobre o tema Educação em Direito Animal a ser ministrado poderá ser elaborado pela Secretaria de Estado de Educação de Rondônia - SEDUC.

Art. 4º O tema Educação em Direito Animal poderá ser desenvolvido por meio de palestras, atividades interdisciplinares e leituras com informações atinentes à temática.

Art. 5º Esta Lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo, no ano subsequente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 4 de abril de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

LEI Nº 5.331, DE 4 DE ABRIL DE 2022.

Dispõe sobre o dever dos Cartórios do estado de Rondônia de disponibilizarem como meio de pagamento o cartão de débito.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia decretou, e eu, nos termos do § 7º do artigo 42 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Todos os Cartórios do estado de Rondônia devem disponibilizar, como meio de pagamento dos seus serviços, o cartão de débito.

§ 1º A regra descrita no caput é destinada a todos os tipos de cartórios, sejam eles Oficiais de Registro Civil, Oficiais de Registro de Imóveis, Tabelionato de Notas ou Tabelionato de Protesto.

§ 2º Fica a critério dos Cartórios a possibilidade de realização do pagamento por intermédio de cartão de crédito.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 4 de abril de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

LEI Nº 5.332, DE 4 DE ABRIL DE 2022.

Dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias de água e de energia elétrica, estabelecidas no estado de Rondônia, a disponibilizarem local coberto, climatizado e com assentos suficientes aos usuários que aguardam pelo atendimento em suas agências e postos, inclusive no intervalo intrajornada de seus colaboradores.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do

Estado de Rondônia decretou, e eu, nos termos do § 7º do artigo 42 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º As agências e postos de atendimento das concessionárias prestadoras de serviços de água e de energia elétrica, situadas no estado de Rondônia, ficam obrigadas a disponibilizarem ambiente climatizado e com assentos suficientes aos usuários que aguardam por atendimento.

Art. 2º O usuário tem o direito de aguardar pelo atendimento no salão ou hall a que se refere o art. 1º, inclusive no horário do intervalo intrajornada concedido aos funcionários da concessionária ou prestadora de serviço.

Art. 3º Fica vedado aos funcionários das entidades descritas no art. 1º fechar as portas da agência ou posto no intervalo para o almoço ou exigir que o usuário aguarde pelo atendimento fora do ambiente.

Art. 4º A concessionária ou prestadora de serviço de fornecimento de água e de energia elétrica que descumprirem o disposto nesta Lei ficarão sujeitas à aplicação de multa no valor de 20 (vinte) Unidade Padrão Fiscal de Rondônia - UPF/RO por cada usuário que seja constrangido a aguardar por atendimento fora do recinto a que se refere o art. 1º.

Art. 5º A fiscalização e a aplicação da penalidade descrita no Art. 4º será realizada pelo Programa de Orientação, Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/RO e por outros órgãos cujas atribuições estejam relacionadas à proteção dos direitos dos consumidores, ou a fiscalização dos serviços públicos.

Art. 6º A sanção será imposta mediante lavratura de auto de infração, assegurada à concessionária o contraditório e a ampla defesa, em procedimento administrativo perante o ente público competente.

Art. 7º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que tange a sua efetiva aplicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 4 de abril de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO